

ADRIANA SANAJOTTI NAKAMUTA

Forte São João e o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Dissertação apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Joubert José Lancha

São Carlos-SP
2009

Livros Grátis

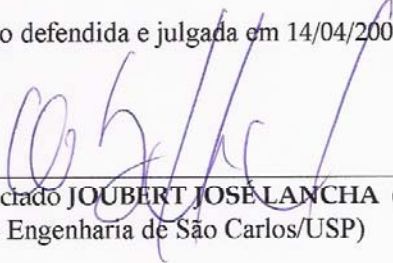
<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FOLHA DE JULGAMENTO

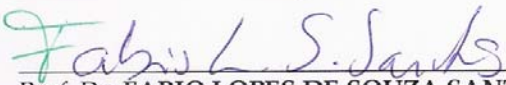
Candidata: Licenciada **ADRIANA SANAJOTTI NAKAMUTA**

Dissertação defendida e julgada em 14/04/2009 perante a Comissão Julgadora:




Prof. Associado **JOUBERT JOSÉ LANCHA (Orientador)**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

APROVADA



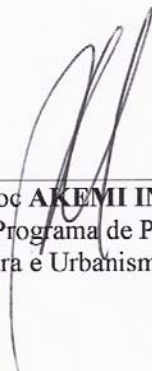
Prof. Dr. **FABIO LOPES DE SOUZA SANTOS**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

aprovada

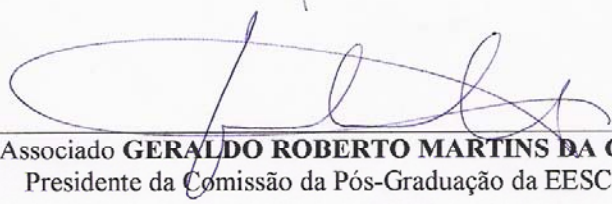


Prof^ª. Dr^ª. **FERNANDA FERNANDES DA SILVA**
(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP)

APROVADA



Prof^ª. Assoc **AKEMI INO**
Vice - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo



Prof. Associado **GERALDO ROBERTO MARTINS DA COSTA**
Presidente da Comissão da Pós-Graduação da EESC

Para Fumio, Regina, Juliana e Paulo

Agradecimentos

É com muita gratidão e carinho que dedico este trabalho às pessoas que direta ou indiretamente acompanharam esse processo e, por isso, também são autores dessa conquista.

Digo isso, especialmente, pela postura paciente e confiante do professor Dr. Joubert José Lancha, meu orientador, a quem devo toda a liberdade de construção do meu trabalho.

Pela minha maior referência, Fumio e Regina, meus amados pais. Responsáveis pelo que sou, pelo que conquistei e pelo sentido do verbo amar.

Aos meus irmãos, Juliana e Paulo, minha alegria de viver. Sem eles isso tudo não teria sentido, somos uma feliz complementação!

A Cíntia Mayumi amiga, irmã e madrinha. O meu maior presente dos últimos tempos.

A Regiane Gambim, pela doce companhia, ajuda e incentivo.

A Adriana Lucena, Raphael Pestana e Felipe Pontes, sinônimos do mais puro amor, da mais gostosa companhia, das melhores viagens e das reflexões mais divertidas sobre o patrimônio cultural.

A Léia, capaz de transformar o meu dia. Obrigada pela força, pelo companheirismo, pela dedicação, pelo carinho e pela alegria.

A Júlia e Guilherme, meus queridos amigos e companheiros do PEP, do IPHAN, do patrimônio e do Rio de Janeiro. Obrigada pelas importantes reflexões. Parte delas hoje está aqui e também é de vocês!

A Patrícia Camilo pela amizade e pelo incentivo que a distância não separa, nem diminui.

A historiadora Sheila Botelho, pela ajuda e carinho com as pesquisas nos arquivos.

Ao historiador Adler Homero, sem dúvida o maior especialista em fortificações. Um especial agradecimento pela atenção, pelo carinho, pela ajuda e pelo privilégio de fazer parte dos seus projetos de pesquisa.

Ao arquiteto e amigo Victor Hugo Mori, pelas imagens, pelas informações tão preciosas e que estão contidas neste trabalho.

A Lia Motta pelos ensinamentos, pela alegria e pelo carinho. Sem dúvida estar no Rio, no IPHAN e trabalhar com ela é um presente.

Aos queridos amigos da Gerência de Pesquisa do IPHAN, Fátima, Bettina, Catarina, Cláudia, Luciano, Analucia, Jean, Oswaldo, Edi, Bat, Adalgiza e José Maria. De modo especial à Juliana, Beatriz, Renata e Márcia pela compreensão perante a minha ausência no trabalho e, por tanta demonstração de carinho.

A todos os amigos da Gerência de Documentação do IPHAN, especialmente à Maria José, Ivan e Hilário, essenciais para os trabalhos de pesquisa com a documentação do Arquivo Central do IPHAN.

Pelo zelo, pelo carinho e pela agradável companhia de Edinéa, Elisa, Vera e Eliane.

Ao Departamento de Arquitetura de São Carlos, especialmente ao querido amigo Marcelo Celestini, pela ajuda sempre atenciosa aos pós-graduandos.

As suas pedras enérgicas, a sua plataforma de vasta perspectiva, as suas vigias pueris, são duma elegância arquitetônica impecável. O dedo do tempo, que é o maior de todos os feitiços, transformou Hércules na própria Ônfale.

Mário de Andrade. *Relatório de Viagem à Bertioga*, 1937

Resumo

A presente pesquisa versa sobre a construção de uma análise histórica e tipológica do Forte São João, arquitetura militar construída na entrada do canal da cidade de Bertioga, no Estado de São Paulo.

Além das questões que envolvem o interesse na construção de uma pesquisa em história da arquitetura, outro fator torna-se relevante para a investigação: o efetivo valor dessa construção para a história e para a arte colonial brasileira, tendo em vista o tombamento federal desse monumento nos anos 40, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Palavras-chave: Fortificação; Forte São João; Patrimônio Militar; SPHAN.

Abstract

The present study aim to investigate the typological and historic analyze about Fort of São João, a military architecture constructed in the entrance of canal of Bertioga city, in São Paulo state. Furthermore, an important question was approached here: the effective value of this revision for brazilian colonial art and history, considering her federal protection in the fourthies, from Artistic and Historic National Service (SPHAN).

Key words: Fortification, São João Fort, SPHAN, Heritage Military.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Elementos da Fortificação Medieval	31
Figura 2. Elementos geométricos da fortificação abaluartada	31
Figura 3. Esquema demonstrativo do merlão e da canhoneira	32
Figura 4. Fortificações construídas pelos portugueses no Brasil	35
Figura 5. Posição do Forte São João (entrada do canal de Bertioga/SP)	45
Figura 6. Ilustração contida na obra de Hans Staden (1937)	46
Figura 7 Mapa o litoral paulista (anteriores a 1800)	48
Figura 8 Mapa o litoral paulista (anteriores a 1800)	48
Figura 9 Plantas do Forte São João – Bertioga/SP (anteriores a 1800)	48
Figura 10 Plantas do Forte São João – Bertioga/SP (anteriores a 1800)	48
Figura 11. Planta do Forte São João – Bertioga/SP (1871)	49
Figura 12. Planta do Forte de São Felipe – Bertioga (1898)	49
Figura 13. Vista do lado esquerdo da plataforma do Forte (1938)	82
Figura 14. Vista do lado esquerdo da plataforma do Forte – guarita (1938)	82
Figura 15. Rachadura do lado esquerdo da plataforma do Forte (1938)	82
Figura 16. Residência do zelador (1938)	82
Figura 17. Escada de acesso à plataforma (1938)	82
Figura 18. Vista da plataforma do Forte (frente) (1938)	83
Figura 19. Vista da plataforma do Forte (atrás) (1938)	83
Figura 20. Vista geral do Forte I (1938)	83

LISTA DE GRÁFICOS

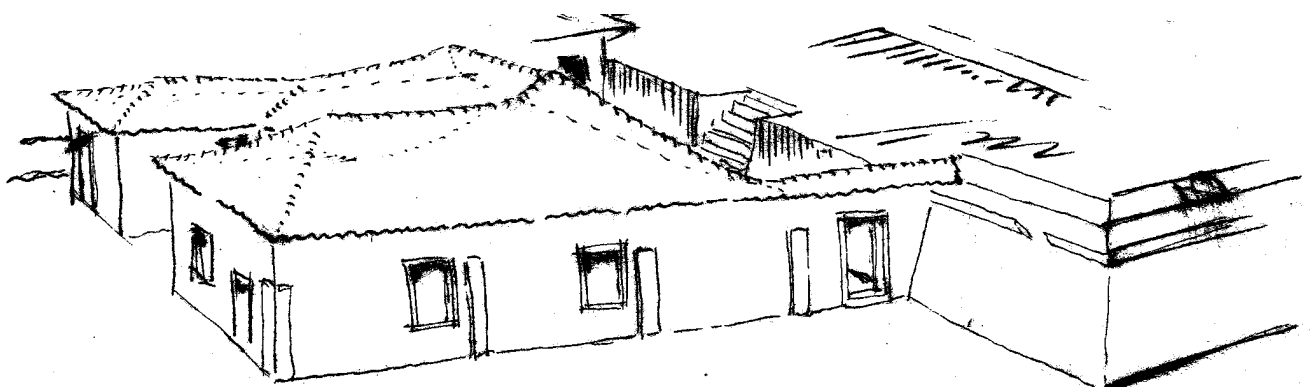
Gráfico 1. Incidência de tombamentos entre os anos de 1937 e 1953.....	103
Gráfico 2. Incidência de tombamentos entre os anos de 1954 e 1967.....	103
Gráfico 3. Incidência de tombamentos no ano de 1938 em estados brasileiros	104
Gráfico 4. Incidência de tombamentos no ano de 1939 em estados brasileiros	104
Gráfico 5. Incidência de tombamentos no ano de 1940 em estados brasileiros.	104
Gráfico 6. Incidência de tombamentos de Arquitetura Militar (1937-1967).....	105
Gráfico 7. Quantidade de bens militares tombados dentre todos os bens tombados (1938 a 1940)..	105
Gráfico 8 Quantidade de bens militares tombados dentre todos os bens tombados (1938 a 1940)...	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PRIMEIRA PARTE: O Forte São João em Bertiooga/SP	27
1.1 Fortificações: <i>aspectos gerais</i>	29
1.2 Fortificações Brasil: <i>da bibliografia sobre o tema</i>	33
1.3 O Forte São João: <i>da implantação à proteção</i>	41
SEGUNDA PARTE: Arquitetura Militar e Patrimônio	51
2.1 Arquitetura Militar e Patrimônio: <i>aspectos gerais</i>	53
2.2 A questão do patrimônio no Brasil: <i>as primeiras iniciativas</i>	59
2.2.1 A institucionalização do patrimônio: <i>sobre a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN</i>	63
2.3.2 As construções fortificadas no SPHAN: <i>vista aos processos de tombamento federal das fortificações (1938-1940)</i>	72
2.2.3 O Forte São João: <i>para além das questões contidas no seu processo de tombamento</i>	75
CONCLUSÃO	85
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
APÊNDICE	102
Apêndice 1: Gráfico: Tombamentos na primeira gestão do SPHAN (1937-1967)	103
2. Gráfico: Tombamentos por estado (1938 a 1940)	104
3. Gráfico: Tombamentos de Arquitetura Militar	105
4. Processo de tombamento (Forte São Tiago, nº 219-T-39).....	106
ANEXO	110
Anexo 1: 12/05/1548: Carta de Luis de Góes	111
Anexo 2: 18/01/1550: Translado de Provisão.....	112
Anexo 3: 25/06/1551: Alvará Regio (1549)	113

Anexo 4: 18/06/1551: Alvará Regio (1564).....	114
Anexo 5: Junho de 1551: Carta do Irmão Diogo Jácome.....	115
Anexo 6: 04/12/1551: Alvará Régio de 1551.....	116
Anexo 7: 08/03/1552: Provisão do Governador Martim Affonso de Souza.....	117
Anexo 8: 01/06/1553: Carta de Tomé de Souza.....	117
Anexo 9: 22/12/1555: Translado de nomeação do Pe. Fernão Luiz Carapeto.....	118
Anexo 10: 28/07/1557: Escritura de doação das terras de Bertioga.....	118
Anexo 11: 02/09/1557: Carta do Pe. Manoel da Nóbrega.....	119
Anexo 12: 1569 a 1578: Milagre das luzes defronte ao Forte de Bertioga.....	119
Anexo 13: 19/01:1585: Narrativa do Pe. Fernão Cardim.....	120
Anexo 14: 1587: Tratado descritivo “O Brasil em 1587”.....	120
Anexo 15: 20/05/1724: Carta do Governador da Capitania Rodrigo Cezar de Menezes.....	121
Anexo 16: 30/10/1733: Carta Regia de D. João ao Conde de Sarzedas.....	121
Anexo 17: 27/09/1738: Carta Regia de D. João V ao Governador da Capitania de São Paulo ...	122
Anexo 18: 20/06/1745: Nomeação de Mathias de Couto Roiz para capitão da Fortaleza de Sam Joam.....	122
Anexo 19: 14/08/1745: Patente de Governador da Praça de Santos.....	123
Anexo 20: Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.....	124
Anexo 21: Relatório de Atividade do SPHAN (1936 a 1940).....	131
Anexo 22: Mário de Andrade: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade.....	132
Anexo 22.1: Primeiro Relatório do Assistente de São Paulo – Mário de Andrade (1937).....	134
Anexo 22.2: Segundo Relatório do Assistente de São Paulo – Mário de Andrade (1937).....	136
Anexo 23: Correspondência de Rodrigo Mello para Mário de Andrade(1937).....	139
Anexo 24: Artigo de Afonso Taunay para a Revista do SPHAN (1937).....	140
Anexo 25: Relatório de José Souza Reis: estado de conservação do Forte (1938).....	142

Anexo 26: Relatório de José Souza Reis: principais serviços a executar (1938)	143
Anexo 27: Projeto Preliminar para trabalho a executar no Forte de Bertioga: Luís Saia (1941) .	145
Anexo 28: Orçamento Preliminar para obras no Forte de Bertioga: Luís Saia (1941).....	147
Anexo 29: Levantamento fotográfico da restauração do Forte por Luís Saia (1941 e 1942).....	148



INTRODUÇÃO

A necessidade das populações construírem sistemas artificiais de defesa está intrinsecamente ligada ao próprio instinto de conservação. Este abrange não apenas as vidas humanas, mas também os bens que a comunidade, ou cada um dos seus membros, possui, e dos quais, por vezes, depende a sua sobrevivência.

Contudo, o complexo fenômeno social que gera a guerra, como realidade cultural e política, conduz o homem não só a verdadeiras crises e calamidades, como ao desenvolvimento de cada vez mais sofisticados mecanismos de defesa e ataque, de táticas e de estratégias diferentes, constituindo efectivo factor de evolução, onde se manifestam importantes aspectos das suas potencialidades criadoras. (Gomes, Mário Gomes, 1989: 09)

O descobrimento e a colonização do Brasil é fato ligado fortemente à expansão marítima portuguesa iniciada em princípios do século XV. Embora Portugal não tenha escapado da crise geral do ocidente da Europa, enfrentou-a em condições melhores que outros países.

Foi devido à experiência mercantil em comércio de longa distância¹, à posição geográfica facilitadora (próximo às ilhas do Atlântico e à costa da África) e ao envolvimento comercial com o Mundo Mediterrâneo, que Portugal, um país “tão pequeno”, tornou-se um reino unificado no comando do comércio internacional em meados do século XV.

De acordo com Fausto (2006) e alguns historiadores, a monarquia portuguesa consolidou-se através de uma história que teve seus pontos mais significativos na Revolução de 1383-1385, onde a partir de uma disputa em torno da sucessão ao trono português, a burguesia comercial de Lisboa se revoltou e fez surgir uma grande sublevação popular, conhecida e dita pelo cronista Fernão Lopes como a “revolta do povo miúdo”.

Nesse sentido, a Revolta de 1383 é considerada por alguns estudiosos uma Revolta Burguesa, e que resultou no reagrupamento de vários setores da sociedade portuguesa. Assim, esse ponto torna-se fundamental para a “discussão sobre as razões da expansão portuguesa, porque nas condições da época era o Estado, ou mais propriamente a Coroa, quem podia se transformar em um grande empreendedor, se alcançasse as condições de força e estabilidade para tanto” (Fausto, 2006: 10).

Deste modo, a expansão correspondeu aos interesses das classes, dos grupos sociais e instituições que compunham a sociedade portuguesa. Ademais, era nesse “projeto nacional” de convergências de interesses, que estavam as perspectivas de bons negócios, as tentativas de uma vida melhor, o servir ao Rei ou a Deus em busca de povos “bárbaros”, e a sede por aventura marítima baseada na imaginação das populações em paraísos terrestres.

¹ Embora não seja possível comparar com os venezianos e genoveses.

Em termos gerais, a expansão representou a renovação das técnicas de marear, o aperfeiçoamento de instrumentos como o quadrante² e o astrolábio³, o desenvolvimento de uma arquitetura naval mais apropriada (como a construção da caravela, muito utilizada nas viagens ao Brasil), além das questões sócio-culturais e religiosas.

Outro ponto considerado relevante desse projeto de expansão é a mudança de mentalidade que, segundo alguns estudos, dizem respeito à verificação das concepções antigas e equivocadas de notáveis humanistas portugueses quanto à descrição do mundo (como por exemplo: Duarte Pacheco Pereira, Diogo Gomes e Dom João de Castro). “Com isso, o critério de autoridade começou a ser posto em dúvida, ou seja, o prestígio de um autor cada vez mais deixava de ser garantia da veracidade de suas afirmações” (Fausto, 2006: 12). Então, o conhecimento passou a ser revisto pelas experiências adquiridas.

O ouro⁴ e as especiarias⁵ foram os bens mais procurados nos séculos XV e XVI, além de outros itens como madeiras, corantes, drogas medicinais, e pouco a pouco, os escravos africanos.

² O quadrante astronómico, conhecido desde a Antiguidade foi o instrumento de alturas mais cedo adaptado à náutica: é referido pela primeira vez no relato de Diogo Gomes, que declara tê-lo utilizado numa viagem efectuada por volta de 1460. Os quadrantes usados em astrologia apresentavam, em geral, outros órgãos acessórios, com escalas que davam as tangentes de certos ângulos, linhas horárias e por vezes também, mas só a partir do século XIII, um cursor que se deslocava ao longo da escala de alturas e resolvia certos problemas astronómicos. Com o tempo procurou-se fazer do quadrante náutico um instrumento de precisão adaptando-lhe um nónio u modificando-o sem lhe alterar a base de construção.

Tinha como finalidade tomar as alturas dos astros e era geralmente feito de madeira ou latão. Era um quarto de círculo e possuía os graus de 0° a 90°. Em ambas as extremidades marcadas com o ângulo recto possuía duas pínulas que continham um pequeno furo por onde se apontava ao astro desejado. Era colocado um fio de prumo ao centro, de forma a interceptar a parte graduada. Era graças a esse fio que se lia a graduação que indicava a altura do astro.

Já no século XV, o quadrante era utilizado pelos portugueses. Este instrumento náutico foi utilizado pelos portugueses no ano de 1460, ano da morte do Infante D. Henrique. O quadrante permitia determinar a latitude entre o ponto de partida e o lugar onde a embarcação se encontrava, cujo o cálculo se baseava na altura da Estrela Polar ou a altura de um astro qualquer ao cruzar o meridiano do local. Tinha a forma de um quarto de círculo, graduado de 0° a 90°. Na extremidade onde estavam marcados os 90° tinha duas pínulas com um orifício por onde se fazia pontaria ao astro. No centro tinha um fio de prumo. Observando a posição do fio de prumo lia-se a graduação que indicava a altura do astro. Tanto o quadrante como o astrolábio permitiam saber se a embarcação se encontrava mais a norte ou mais a sul, é através da medição do ângulo que a Estrela Polar faz com o horizonte, ou medindo a inclinação do sol, também em relação ao horizonte. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Quadrante>, consulta realizada em 27 de janeiro de 2009)

³ O astrolábio é um instrumento naval antigo, usado para medir a altura dos astros acima do horizonte. Convencionou-se dizer que o surgimento do astrolábio é o resultado prático de várias teorias matemáticas, desenvolvidas por célebres estudiosos antigos: Euclides, Ptolomeu, Hiparco de Nicéia e Hipátia de Alexandria. Era usado para determinar a posição dos astros no céu e foi por muito tempo utilizado como instrumento para a navegação marítima com base na determinação da posição das estrelas no céu. Mais tarde foi simplificado e substituído pelo sextante. O astrolábio náutico era uma versão simplificada do tradicional e tinha a possibilidade apenas de medir a altura dos astros para ajudar na localização em alto mar. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Astrol%C3%A1bio>, consulta realizada em 27 de janeiro de 2009).

As duas referências baseiam-se nas informações descritas pelo Instituto de Matemática de São Paulo.

⁴ Moeda confiável e utilizada pela aristocracia na decoração dos templos, palácios, roupas e etc.

Ceuta, no norte da África, por volta de 1415, é um dos pontos que pode ser considerado iniciador da expansão marítima, especialmente com a entrada de Vasco da Gama⁶ no Oceano Índico. Essa entrada possibilitou a chegada na Índia e, posteriormente, na China e no Japão⁷.

A história da ocupação das ilhas do Atlântico parecem diferenciadas. “Sem penetrar profundamente no território africano, os portugueses foram estabelecendo na costa uma série de feitorias, que eram postos de comércio fortificados” (Fausto, 2006: 13). Além da organização do comércio africano, os portugueses realizaram experiências significativas de plantio em grande escala, utilizando-se especialmente do trabalho escravo.

Data então das primeiras décadas de 1500 a chegada da frota contendo treze navios sob o comando do fidalgo Pedro Álvares Cabral, que após passar pelas Ilhas de Cabo Verde, rumo ao oeste e afastando-se da costa africana, teria ancorado no litoral da Bahia, mais especificamente em Porto Seguro. Cabe ressaltar que se sabe de inúmeras revisões historiográficas feitas sobre a chegada dos portugueses no Brasil, no entanto, optou-se por essa data/marca da história oficial por se tratar de uma menção com aspectos sucintos.

As primeiras tentativas de exploração do litoral brasileiro basearam-se no sistema de feitorias e o território foi arrendado por aproximadamente três anos a um consórcio de comerciantes de Lisboa. No entanto, a partir de 1505, a exploração voltou para as mãos da Coroa e, desde então, sua principal atividade econômica estava voltada para a extração de pau-brasil.

Sérgio Buarque de Holanda no clássico *Raízes do Brasil* relembra que os “pioneiros da conquista do trópico para a civilização, tiveram os portugueses, nessa proeza, sua maior missão histórica. E sem embargo de tudo o que possa alegar contra a obra, forçoso é

⁵ O alto valor se explica pelos limites das técnicas de conservação e também por hábitos alimentares. A Europa Ocidental da Idade Média foi uma civilização carnívora.

⁶ Vasco da Gama (1469-1524) foi um dos mais notáveis navegadores e exploradores portugueses da Época dos Descobrimentos, comandante dos primeiros navios a navegar diretamente da Europa para a Índia.

⁷ Alguns historiadores japoneses consideram que houve uma influência considerável no período compreendido entre 1540 e 1630, a ponto de titularem de “século cristão”.

reconhecer que foram não somente os portadores efetivos como os portadores naturais dessa missão”. (Holanda, 1995: 43)

Segundo ele, a exploração dos trópicos não se processou, em verdade, “por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se assim com desleixo e certo abandono” (idem). No entanto, ele adverte que esse reconhecimento não reduz a grandeza e o esforço que foi disposto pelos portugueses.

Ainda sob fatores comparativos dessa expansão marítima e colonizadora, alguns estudiosos da história colonial do Brasil consideram que a implantação da Coroa portuguesa no Brasil foi parecida (em alguns aspectos) com a que aconteceu na Índia, ou seja, o território – de atrações exóticas, de contornos geográficos desconhecidos e de uma população ameríndia bastante homogênea –, serviu de ponto de descanso para a rota já conhecida assim como de possível passagem para um novo caminho, buscado principalmente pelos espanhóis.

O mundo neste momento era dividido em dois hemisférios por meio do Tratado de Tordesilhas (1494), que separava por uma linha imaginária as terras que pertenciam à Espanha – 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde –, e as que caberiam a Portugal – situadas a leste. Porém, a França⁸ que não reconhecia esse sistema de divisão, e por isso, representou a maior ameaça da posse do Brasil por Portugal.

Essas ameaças e até mesmo o estabelecimento dos franceses na Guanabara e no Maranhão, reforçou a convicção de Dom João III, então Rei de Portugal, da necessidade em colonizar a nova terra. Foi a expedição de Martim Afonso (1530-1533) que representou a transição entre o velho e o novo período, cujo objetivo era patrulhar a costa, estabelecer uma colônia e explorar a terra, tendo em vista a necessidade emergencial de sua ocupação.

⁸ Em momentos diversos, iria se estabelecendo primeiro na Guanabara (1555-1560) e depois no Maranhão (1612-1615)

A divisão de terras por meio das Capitânicas Hereditárias representou a tentativa (ainda tateante) de colonização, cujo objetivo também era integrar a Colônia à economia mercantil européia. Porém, exceto a de São Vicente e de Pernambuco, a maioria fracassaram.

Com isso “a decisão de Dom João III de estabelecer o governo-geral do Brasil ocorreu num momento em que certos fatos significativos aconteciam com relação à Coroa Portuguesa, na esfera internacional” (...) e a instituição desse governo “iria representar um passo importante na organização administrativa da colônia” (Fausto, 2006: 20).

A partir dessa ação, que se tem registrado um dos exemplos clássicos citados sobre as primeiras iniciativas defensivas. Trata-se do regimento de D. João III a Tomé de Souza em 1549, solicitando que se erguesse uma fortaleza na Bahia de todos os Santos, uma vez que, ‘era de serviço de Deus e do Rei’ conservar e enobrecer as Capitânicas e povoações das terras do Brasil.

De acordo com esse documento, fazer desde logo uma fortaleza e uma povoação grande e forte, em um lugar conveniente, era preciso, sobretudo, para prover em favor da outras populações e da justiça. D. João III cita então a Bahia de todos os Santos, como o lugar mais conveniente para se fazer a povoação e o assento, sobretudo pela disposição do porto, pelos rios, pela bondade e saúde da terra. Para isso manda uma armada com gente, artilharia, munições e tudo mais que fosse preciso, ordenando:

“(...) que se faça uma fortaleza de grandura e feição e para esta obra vão em nossa campanha alguns oficiais, assim pedreiros e carpinteiros, como outros que poderão servir cal, telha, tijolo; e para se poder começar a dita fortaleza, vão, nos navios desta Armada, algumas achegas, e não achando terra aparelho para se a dita fortaleza fazer de pedra e cal, far-se-á de pedra e barro ou taipas ou madeira (...) como melhor puder ser, de maneira que seja forte; e como na dita fortaleza for feita tanta obra que nos pareça que seguramente vos podereis nela recolher e agasalhar com a gente que levais, vos passareis a ela, deixando, porém, na dita cerca de que está feita, alguma gente que a baste para a povoar e defender” (do Regimento de Tomé de Sousa apud Toledo, 1983: 91 grifo nosso)

Carlos Lemos (1989)⁹ ressalta que os primeiros estabelecimentos portugueses também se viram ameaçados pelos índios. No entanto, até aproximadamente 1580 o sistema defensivo era bastante precário, pois na realidade ainda não existiam valores realmente a se defender¹⁰. “Foi durante o domínio espanhol sobre Portugal que realmente se organizaram os primeiros sistemas eruditos de fortificação, principalmente à vista do perigo holandês” (Lemos, 1989: 235). Deve-se, portanto aos interesses de defesa (muito mais que ataque), as primeiras feitorias fortificadas no Brasil.

O Forte São João (objeto de estudo em questão), localizado na entrada do canal da cidade de Bertioga, no Estado de São Paulo, tem sua implantação datado nas primeiras tentativas de colonização do Brasil e conseqüentemente das primeiras feitorias defensivas.

Afonso Taunay, em seu breve artigo para a Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, comenta que esse Forte “data já dos anos martim-afonsinos, pois reza a tradição no local onde se ergue, levantou o navegador do Ocidente e do Oriente, uma espécie de trincheira”. (Taunay, 1937: 05). Ele adverte ainda que a construção nesse local deve-se ao fato dos constantes assaltos por tamoios incitados, sobretudo, pelos franceses do Rio de Janeiro.

Retomando a epígrafe utilizada na abertura dessa introdução, Gomes (1989) menciona que “a necessidade das populações construírem sistemas artificiais de defesa está intrinsecamente ligada ao próprio instinto de conservação”. Desse modo, o interesse dessa pesquisa versa sobre um duplo sentido de conservação.

De um lado a idéia de conservação partindo dos interesses da Coroa portuguesa em defender o território recém descoberto, e por outro, o interesse na conservação física desse monumento, por se tratar de um bem arquitetônico de valor para a arte e para a história

⁹ Org. Rafael Moreira: *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*.

¹⁰ As poucas povoações que existiam ainda não se encontravam bem estruturadas economicamente através de atividades lucrativas. (LEMOS, Carlos. O Brasil. In: *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, 1989: 235)

colonial brasileira, sob o ponto de vista dos intelectuais à frente do projeto modernizador do Brasil, nos anos 30 e 40.

Apresentação da problemática

Revedo os principais trabalhos publicados sobre a história das fortificações no Brasil, o Forte São João aparece de forma sucinta em todos eles, e há um consenso quando se trata da “antiguidade” dessa construção.

No entanto, embora ele seja mencionado, poucos autores se dedicam a analisá-lo sob o ponto de vista tipológico¹¹, ou seja, analisar esse modelo (esse tipo) de construção dentro do contexto da produção arquitetônica defensiva nos períodos iniciais da história do Brasil, assim como sua relação tipológica com os métodos de fortificar vigentes na Europa nesse período.

Além das questões que envolvem o interesse na construção de uma pesquisa em história da arquitetura, outro fator tornou-se determinante para os rumos da investigação: o efetivo valor dessa arquitetura para a história e para a arte colonial, tendo em vista o tombamento federal desse monumento nos anos 40.

Por essa razão, pode-se considerar que a presente pesquisa versa pela construção de uma análise histórica e tipológica, tendo como área de interesse a arquitetura militar colonial brasileira, assim como a construção de uma análise que visa “revisitar” e “reconstruir” a valoração desse monumento, com base nas narrativas nacionais do projeto modernizador do Brasil dos anos 30 e 40 e na história institucional do SPHAN.

Sob essas perspectivas, a pesquisa de caráter teórico-crítica, baseia-se nas fontes documentais, notadamente pelas textuais e iconográficas, assim como na bibliografia do tema em questão. Para tanto, essa construção dissertativa foi dividida em duas partes.

¹¹ A única publicação (e recente) que se dedica a analisar o Forte mais a fundo é o livro sobre a Arquitetura Militar a partir do Porto de Santos, do arquiteto Victor Hugo Mori. Assunto este que trataremos mais adiante.

A primeira parte que trata das questões históricas e tipológicas do Forte São João foi subdividida em três itens: i. o primeiro dedicado às questões gerais das fortificações; ii. o segundo sobre as fortificações no Brasil com vista à bibliografia sobre o tema e, por fim, iii. o terceiro item dedicado ao Forte São João – da implantação ao tombamento.

Nessa etapa da pesquisa propõe-se citar sucintamente as transformações das fortificações na Idade Média para a Idade Moderna, mais especificamente a introdução do modelo abaluartado pelos italianos, na Renascença.

Ademais, pretende-se analisar textos de referência para as construções fortificadas no Brasil, tendo em vista as perspectivas de abordagem, as metodologias empregadas entre outras características dos autores.

Para isso optou-se pela análise dos seguintes textos/obras: “*História das Fortificações do Brasil*” (1915) do Tenente Annibal Amorim; “*Fortificações no Brasil*” (1958) do Coronel Annibal Barreto; “*Fortificações Construídas pelos Portugueses no Brasil*” (1982) do Ten. Cel. Antonio Henrique Osório Noronha; *Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos*¹² (2003) de Victor Hugo Mori; “*O Brasil*” (1989) de Carlos Lemos (artigo publicado no livro sobre a *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* sob a organização de Rafael Moreira); Os textos da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*¹³ e da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*¹⁴, dois dos mais importantes periódicos referentes à História, à Arte e à Arquitetura do Brasil e “*Fortificações Brasileiras: Máquinas de guerra e de memória*” (1991) de Fernanda Fernandes da Silva.

Por fim, traçar-se-á um panorama histórico da implantação do Forte São João, em Bertioga, com base nos documentos dos anos de 1500 a 1940, selecionados com vista às possíveis datações, materiais utilizados, projetos, empreendedores, e outros, além das

¹² Cabe ressaltar que a obra também conta com a contribuição do historiador Adler H. Fonseca de Castro e do arquiteto Carlos A. Cerqueira Lemos.

¹³ Revista do IHGB

¹⁴ Revista do SPHAN

informações no começo do século XX sobre o tombamento do Forte. Nessa etapa serão analisados os documentos textuais e os iconográficos.

Já a segunda parte, também subdividida e, em seis itens, refere-se às questões do campo do patrimônio, a saber: i. o primeiro relativo às questões gerais acerca da arquitetura militar e do patrimônio, mais especificamente da consolidação do campo do patrimônio no Ocidente; ii. o segundo a questão do patrimônio no Brasil, especialmente as primeiras iniciativas; iii. o terceiro sobre a institucionalização do patrimônio através da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional englobando os três itens seguintes: iv. a arquitetura militar no SPHAN durante os anos de 1938 e 1940, vi. os bens selecionados com vista aos processos de tombamento federal das fortificações no período em tela e, por fim, vi. o Forte São João e o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

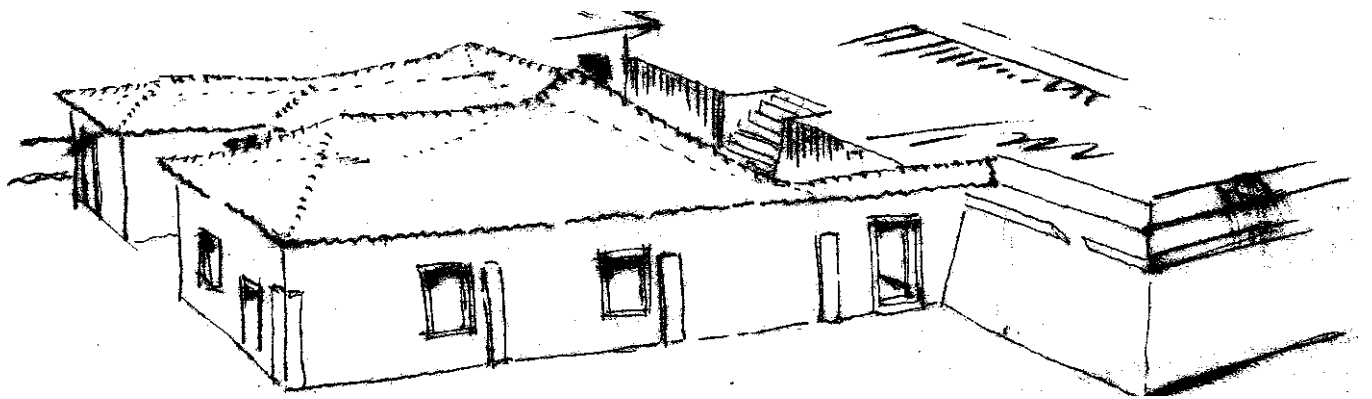
Essa segunda etapa tem como preceito analisar uma história institucional, que por sua vez, fez parte do projeto de modernização do Brasil nos anos 30 (no Estado Novo com ascensão de Gustavo Capanema e as novas políticas para a Educação e a Saúde), assim como os seus agentes envolvidos.

Desses participantes citam-se relevantes para essa pesquisa o escritor Mário de Andrade (à frente do Serviço no Estado de São Paulo, assim como os levantamentos arquitetônicos realizados pelo escritor no estado durante os anos de 1937 e 1938), o advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade (diretor do SPHAN) e o estudante de engenharia Luís Saia (auxiliar técnico de Mário). São dessas datas os Relatórios de Viagem que Mário de Andrade redige como forma de recenseamento do que deveria ser tombado no estado, onde se inclui o Forte São João.

Para essa etapa foram utilizadas as bibliografias que podem ser consideradas como obras de referência quando se trata da questão do patrimônio no Brasil, a saber: *“Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural”* e *“Rodrigo e seus tempos”*

publicações do IPHAN; “*Um Estado Completo que Pode Jamais ter Existido*” do arquiteto de órgão em São Paulo, Antonio Luiz Dias de Andrade; “*O estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*” sobre as implicações jurídicas do tombamento; “*Modernistas na Repartição*” uma coletânea de textos escritos por esses modernistas para a Revista do SPHAN (Revista do Patrimônio); “*O Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*” de Maria Cecília Londres Fonseca; as correspondências de “*Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade*”, “*A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*” de José Reginaldo Santos Gonçalves, além das referências para as questões como modernismo e modernidade, Estado Novo, Mário de Andrade, entre outros.

Além dessas obras de referências se incluem também os documentos (textuais e iconográficos) levantados no Arquivo Central do IPHAN. Nesse levantamento constam: as correspondências trocadas entre Rodrigo e Mário, o levantamento do estado de conservação do forte pelo arquiteto José Reis (1938), o levantamento fotográfico de Luís Saia para acompanhando das obras de restauração (1941 e 1942) e os processos de tombamento das fortificações analisadas (1938 a 1940).



PRIMEIRA PARTE

O Forte São João em Bertioga/SP

A posse dos territórios descobertos a partir das grandes navegações fez surgir, principalmente nas Américas, um novo aspecto relativo aos critérios de defesa militar, quando os primeiros locais de fixação europeia se viram em perigo, ligado de modo especial às longas distâncias que separavam os pioneiros estabelecimentos. Enquanto no continente europeu os sucessos políticos e econômicos estabeleceram ao longo do tempo uma trama articulada de fortificações uniformemente estendida por todo o território, nas novas possessões do além-mar as fortalezas deveriam ser auto-suficientes no isolamento dos vastos e desertos litorais, sem poder contar com o apoio tático de defesas satélites. (Lemos, 1989: 235)

1.1 Fortificações: *aspectos gerais*

Em termos gerais, a expressão *Fortificação* pode ser definida como uma denominação genérica e que designa todos os trabalhos e obras de defesa militar, de uma vasta área ou de um local. Nesse sentido, o termo engloba não só as fortalezas como também os outros meios de valorização do terreno para fins defensivos, como por exemplo, o emprego de armadilhas, paliçadas¹⁵, remoção de terra, fossos¹⁶, covas de lobo¹⁷ entre outros (Nunes, 1991: 109)¹⁸. Além disso, é considerada por muitos estudiosos como uma ciência e uma arte, consecutivamente, por se tratar de princípios fundamentados na Matemática, ou seja, nas ciências puras e por se tratar de invenções a partir da experiência dos ataques contra os inimigos.

O termo *Fortaleza*, por sua vez, é utilizado para designar todo o sítio ou a obra de proteção coletiva, independente de sua área, podendo ser aplicado à fortificação medieval ou à fortificação abaluartada.

Já o *Forte* é considerado uma pequena fortificação isolada, podendo ser autônoma ou dependente de uma praça forte principal. Também é conhecido como *Fortim*. Nunes (1991), no dicionário temático de arquitetura militar, considera ainda o termo *Forte Destacado*, definindo como um forte pequeno, dependente de uma fortaleza principal e integrado a sua defesa. “É uma obra tardia que corresponde a uma época em que a artilharia estava bastante desenvolvida e os fogos consistiam em um grave perigo para a integridade das praças”. (Nunes, 1991: 108 e 109)

¹⁵ Muro formado por estacas (trancos) de madeira.

¹⁶ Vala cercando uma fortificação, com uma função de dificultar a escalada do muro, aumentando sua altura. Pode ser seco ou aquático – cheio de água. Devido a problemas com insalubridade e conservação das alvenarias, os fossos de fortes no Brasil, quando existem, eram secos. A exceção era de alguns fortes holandeses que, seguindo a escola de fortificação holandesa, usavam fossos aquáticos. (Castro, Adler Homero Fonseca. Glossário, mimeo)

¹⁷ Obra de fortificação de campanha constituída por covas, mais ou menos largas, abertas no terreno e dissimuladas por ramos de árvores. Era uma verdadeira armadilha para o inimigo que, na sua progressão, nelas caía imprevisivelmente. (Nunes, 1991: 82)

¹⁸ O dicionário temático de arquitetura militar e arte de fortificar teve suas raízes no Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses de Lisboa, em 1983, ocasião em que, como resultado de uma longa dissertação sobre a definição de Monumento Militar, o autor foi instado a sistematizar os conhecimentos dispersos que as reuniões científicas da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos (APAC) haviam já trazidos à discussão (*nota de abertura*).

Reverendo os estudos dedicados às questões teóricas das fortificações, há um consenso quando se trata de um marco na evolução dessas construções¹⁹. Ou seja, quando o Brasil ainda se tratava de um território de aparência exótica e de pouco interesse econômico, o mundo, especialmente a Europa, era palco de importantes transformações, sobretudo humanísticas. Nesse sentido, é com o Renascimento (que teve o humanismo²⁰ como o principal valor cultivado) que surgem as novas teorias de fortificação, tanto para a defensiva quanto para a ofensiva e proveniente principalmente da revolução da artilharia.

De acordo com Rafael Moreira (1994):

Nenhum elemento foi tão decisivo para o sucesso da expansão europeia quanto o baluarte, suporte da moderna artilharia de fogo: ou melhor, a frente abaluartada, conjunto de dois ou mais baluartes contíguos, correctamente desenhados e posicionados no terreno, a permitir a sua defesa mutua e, pelo varrer ou <varejar> dos tiros frontais e flanqueantes cobrindo de todos os lados uma vasta esplanada à sua frente, impedindo a aproximação de qualquer força hostil contra as suas muralhas. (Moreira, 1994: 85)

Assim, a passagem da Idade Média para a então Idade Moderna, vai exigir da “arte” de defender uma revisão na ciência de fortificar. Ou seja, as necessárias adaptações das Fortificações Medievais²¹ surgem na medida em que esses altos muros tornam-se insuficientes com o surgimento das armas de fogo.

“Os séculos XV e XVI são aqueles em que, de forma decisiva, a Pirobalística²² se vai superiorizar definitivamente à Neurobalística²³, em que da torre se passa ao baluarte e, por sua

¹⁹ Construções, estratégias e meios de peculiares de defesa que aparecem citados na literatura há milênios antes de Cristo.

²⁰ É apontado como uma expressão genérica e que teve como alvo central uma série de valores e ideais, por vezes conflitantes, em torno do ser humano. Data de aproximadamente dos séculos XIV e XV, e é referido também como o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna.

²¹ Fortificação do período que se inicia nos primórdios da nossa nacionalidade, quando não havia ainda armas de fogo, engloba o aparecimento de armas probabilísticas incipientes que surgem no final do século XVI e, historicamente, em Portugal, termina com a construção da Torre de Belém (1516). São elementos caracterizantes das suas fortalezas: muralhas altas, torreões, ameias, seteiras (troneiras no final do século XIV e XV) e a torre de menagem. (Nunes, 1991: 144. Fortificação Medieval). A Torre de Belém em Portugal é citado por muitos estudiosos como a coroamento perfeito dessa transição da Fortificação Medieval para as adaptações Modernas.

²² Ciência que estuda a impulsão de projéteis através da explosão da pólvora.

²³ Ciência que estuda a impulsão de projéteis, por meio da força elástica, provocada pelo tensionamento ou torção de cordas.

vez, a Expansão portuguesa vai ensaiar e testar novas formas de fortificar”. (Pereira, 1994: 38)

Assim como outras invenções geniais, o baluarte (corretamente desenhado e posicionado nos terrenos) incide de uma série de experiências cumulativas ocorridas na Itália, ao longo do século XV.

Trata-se um traçado “relativamente simples” onde a plataforma angular passa a ser saliente em relação ao muro, com influência direta no flanqueamento²⁴ do polígono²⁵, criando um espaço adequado para a instalação e a manobra das peças de fogo de longo alcance.

O baluarte²⁶ passou a ser então o elemento caracterizante dessas transformações e junto a essas soluções matemáticas estavam também os muros mais baixos e mais espessos das fortalezas, associados ao emprego de merlões²⁷ e canhoneiras²⁸, conforme as ilustrações 1, 2 e 3, que segue.

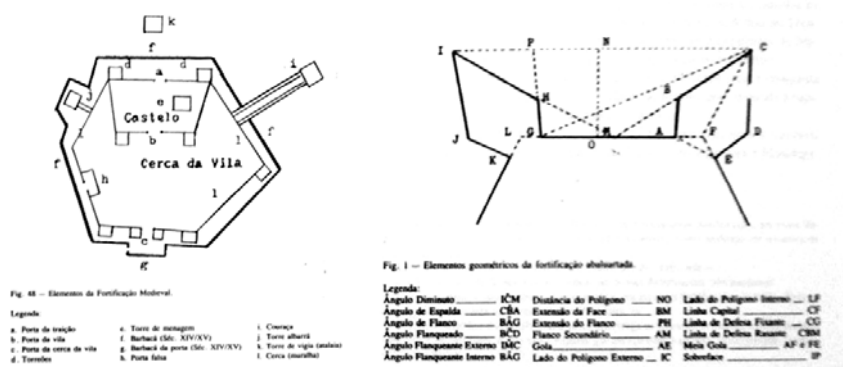


Figura 1. Elementos da Fortificação Medieval (Nunes, 1991: 144) e **Figura 2.** Elementos geométricos da fortificação abaluartada (Nunes, 1991: 19)

²⁴ Linha defensiva de fogos feitos perpendicularmente a ela. Até o século XX, obter o flanqueamento de todos os pontos era o objetivo principal das construções defensivas. Flanqueamento também pode ser a colocação de obras fortificadas destinadas a bater um fosso por meio dos fogos enfiada. Neste último sentido, é o mesmo que defesa lateral, ou de defesa por fogos de flanqueamento. Substitui a defesa vertical, dos castelos medievais. (Castro, Adler Homero Fonseca. Glossário, mimeo)

²⁵ Mesmo com as diferentes escolas de fortificação, de vários engenheiros e de tratadistas, o sistema baseia-se nos seus valores relativos.

²⁶ Obra defensiva, quadrada, composta de faces com canhões atirando contra a campanha e flancos, defendendo o fosso e a cortina da posição. A abertura interna entre os dois flancos chama-se gola. (Castro, Adler Homero Fonseca. Glossário, mimeo)

²⁷ Cada uma das partes maciças do parapeito, separadas uma das outras pelo intervalo de uma canhoneira. O merlão corresponde, na fortificação abaluartada, à ameia da fortificação medieval.

²⁸ Intervalo entre os merlões de uma fortificação abaluartada onde eram dispostas das bocas de fogo. As canhoneiras, que têm o seu correspondente medieval nas aberturas das ameias, começaram por ser rasgadas no corpo da cortina ou do baluarte, havendo casos em que aparecem nos dois níveis – ao alto, entre os merlões, e no corpo do muro. Esta dupla disposição corresponderá à transição da passagem da canhoneira do corpo para a o alto ou constitui exceção, em época posteriores (Nunes, 1991: 61).

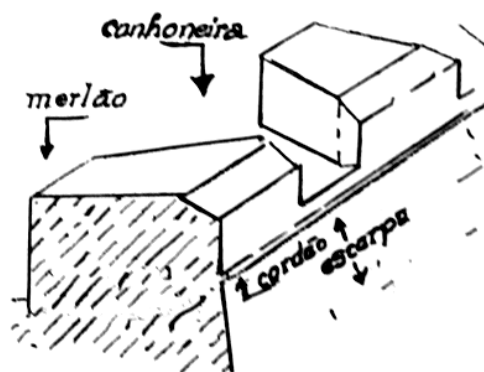


Figura 3. Esquema demonstrativo do merlão e da cunhoneira (Nunes, 1991: 149)

A fortaleza (não mais o castelo) de *Poggio Imperiale*, entre Florença e Siena, construída pelo engenheiro Giuliano da Sangallo por volta de 1482, é considerada na literatura como o modelo renascentista ideal acabado, pois a partir das décadas seguintes as outras construções seriam somente aperfeiçoadas e adaptadas.

Todavia, até a chegada nesse padrão, muitos nomes são citados enquanto participantes ativos na evolução das questões formais das fortificações Renascentistas, amplamente conhecida pelo sistema abaluartado de fortificar.

Desses nomes, citam-se recorrentemente Brunelleschi que em 1436, soube tirar partido balístico dos torrões poligonais na “Rocca Sismonda” que erigiu em Rimini para Sigismundo Malatesta; Francesco de Giorgio Martini, que multiplicou as formas pontiagudas em espigões e revelins, que desde 1477 estava a serviço dos Montefeltro; o jovem Antonio da Sangallo que, em Roma, modernizou as torres redondas do Castelo de Santo Ângelo com baluartes angulares; entre outros como Fra Giocondo, Leonardo e Miguel Ângelo.

Rafael Moreira (1994) comenta que a cronologia absoluta desse estilo de transição é ainda objeto de disputa, mas que os principais marcos históricos e suas filiações aos grandes tipos de progresso contínuo e eficaz, são amplamente conhecidos.

Segundo ele, paralelamente ao advento da tipologia e do armamento, há outro processo de suma importância e que também ditou os novos rumos da cultura européia. Trata-se do

desenvolvimento, pelos portugueses, de uma tipologia de navio que permitiu a conquista do oceano assim como a expansão da cultura européia por várias partes do planeta.

Nesse sentido, deve-se a essa modernidade a conquista e o estabelecimento das redes de contatos de Portugal com os outros continentes e civilizações, como a chegada por mar na Índia, a fixação de núcleos na África, a entrada na Ásia, no Japão e na China assim como o descobrimento e a colonização do Brasil.

1.2 Fortificações no Brasil: da bibliografia sobre o tema

O Brasil, território do presente estudo, teve seus primeiros sistemas de fortificação associados à fundação das três cidades ligadas diretamente à Coroa Portuguesa: Salvador da Baía em 1559, Rio de Janeiro em 1565 e Filipéia de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa) em 1585. No entanto, até aproximadamente 1580 o sistema defensivo era bastante precário, pois na realidade ainda não existiam valores realmente a se defender²⁹.

Conforme já ressaltado por Carlos Lemos (1989)³⁰ foi durante o “domínio espanhol sobre Portugal que realmente se organizaram os primeiros sistemas eruditos de fortificação, principalmente à vista do perigo holandês” (Lemos, 1989: 235).

Nesse sentido, foi de aproximadamente 1580 a 1640 que as arquiteturas militares no Brasil passaram a basear-se nas ordens dos arquitetos sob o comando espanhol. Trata-se dos italianos, os grandes especialistas, e que nesse momento tornaram-se os grandes mentores dos Espanhóis.

Pode-se considerar ainda, que foi a partir da experiência italiana que as fortificações brasileiras abandonaram as características transitórias e medievais, privilegiando as construções baixas e espessas, capazes de absorver e resistir ao impacto dos projéteis.

²⁹ As poucas povoações que existiam ainda não se encontravam bem estruturadas economicamente através de atividades lucrativas. (LEMOS, Carlos. O Brasil. In: *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, 1989: 235)

³⁰ Org. Rafael Moreira: *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*.

Reverendo os estudos relevantes para esta pesquisa, pode-se considerar que as publicações do Tenente Annibal Amorim “*História das Fortificações do Brasil*” (1915) e do Coronel Annibal Barreto “*Fortificações no Brasil*” (1958), são recorrentemente citadas quando se trata da história das fortificações no Brasil.

Amorin (1915) analisa a história dessas construções a partir de três grandes divisões geográficas: as Fortificações do Norte, as Fortificações do Sul e as Fortificações de Matto Grosso. A partir dessas divisões o autor traça uma discussão histórica e levanta questões pertinentes quanto à tipologia das fortificações empregada nessas regiões.

Publicado no *Boletim Mensal do Exército* em julho de 1915, o autor usa como parâmetro para a discussão autores nacionais e internacionais, sobretudo as memórias que se encontram publicadas na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*.

Já Barreto dedica-se especificamente aos dados históricos e arrolamentos da artilharia (quando localizada)³¹, contabilizando cerca de 160 construções implantadas ao longo desses cinco séculos e distribuídas pelos seguintes locais³²: Amazônia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Fernando de Noronha, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Ilha da Trindade, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

O trabalho do Ten. Cel. Antonio Henrique Osório Noronha “*Fortificações Construídas pelos Portugueses no Brasil*” (1982) toma como base o levantamento feito pelo Cel. Barreto. Em síntese no verbete *Brasil* (Fortificações Portuguesas) do *Dicionário de Temático de Arquitetura Militar e Arte de Fortificar* (Nunes, 1991: 56), que baseia-se na obra de Noronha, as fortificações portuguesas distribuem-se ao longo da costa em redor dos núcleos populacionais mais importantes: Florianópolis, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Santos e

³¹ Pode-se considerar que a obra de Aníbal Barreto é essencialmente factual. Também pode ser considerada uma obra de arrolamento do patrimônio militar brasileiro, uma vez que o autor especifica o estado de conservação dessas construções e chama a atenção para preservação desses monumentos.

³² Trata-se de cidades, estados e/ou pontos estratégicos.

Belém, sendo construídos desde a chegada dos portugueses e ganhando reforço nas épocas Filipina e da Restauração. Além disso, ainda cita as construções que são consideradas tardias, pois são construídas no interior, delimitando as fronteiras do território brasileiro: os Fortes do Príncipe da Beira e de Coimbra (Rio Paraguai) – obras de D. José I, e há também as da bacia do Rio Amazonas, conforme mapa ilustrativo da localização aproximada.



Figura 4. Fortificações construídas pelos portugueses no Brasil

No que tange à abordagem do Forte São João nessas publicações, todas tratam da construção pelos seus aspectos históricos e mencionam ainda a importância dessa construção, sobretudo pelos personagens que fizeram parte desse empreendimento.

Outros dois exemplos recentes são dos arquitetos Victor Hugo Mori e Carlos Lemos, respectivamente na obra *“Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos”*³³ (2003) e *“O Brasil”* (1989), o artigo publicado no livro sobre a *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* sob a organização de Rafael Moreira.

Nas duas obras a metodologia utilizada para análise da tipologia das construções fortificadas brasileiras é a divisão em quatro etapas significativas do período colonial.

³³ Cabe ressaltar que a obra também conta com a contribuição do historiador Adler H. Fonseca de Castro e do arquiteto Carlos A. Cerqueira Lemos.

A primeira etapa, portanto, compreende os primeiros anos do descobrimento até o ataque holandês. De acordo com os referidos autores, é uma fase de reconhecimento do território e, por isso, de poucas e/ou praticamente inexistentes informações documentais (textuais) e iconográficas.

A segunda etapa trata do período de permanência dos holandeses no litoral pernambucano e áreas limítrofes (1630-1654), pois esse seria o período que os sistemas fortificados passariam a ser articulados, envolvendo vários redutos e fazendo uso das modernas técnicas de se fortificar.

A terceira é dedicada ao período em que a soberania portuguesa é restaurada e com isso as demarcações separando o Brasil das possessões espanholas estavam confusas. Nessa etapa são considerados os planos de defesa da área da bacia Amazônica, em fins do século XVII até fins do século XVIII, especialmente contra os franceses, ingleses e holandeses interessados em estabelecer domínio ao longo da margem esquerda do rio Amazonas.

E por fim, a quarta etapa referente ao período de demarcação das divisas entre a Espanha e Portugal na América do Sul³⁴, e por isso, as divisas da Capitania do Mato Grosso e as vertentes amazônicas tiveram que ser guarnecidas.

Os textos da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*³⁵ e a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*³⁶, dois dos mais importantes periódicos referentes à História, à Arte e à Arquitetura do Brasil, também podem ser considerados relevantes para a historiografia das fortificações no Brasil.

Na Revista do SPHAN³⁷, oito textos foram localizados referentes às fortificações brasileiras, a saber: “*Uma Relíquia notabilíssima a conservar: O Forte de São Tiago da*

³⁴ Decorrentes do Tratado de Madrid.

³⁵ Revista do IHGB

³⁶ Revista do SPHAN

³⁷ Esse levantamento refere-se à parte do trabalho final para a disciplina AUH 5710 – 6: *Arte e Arquitetura nos três primeiros séculos*, ministrada pelos docentes responsáveis: Prof^o. Dr. Benedito Lima de Toledo e Prof^o. Dr. Mário Henrique D’Agostini, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU-USP.

Obs: Levantamento das Revistas de nº 01 (1937) até a nº 31 (2005), última publicada no período da pesquisa.

Bertioga” (nº01/1937)³⁸; “*Real Forte do Príncipe da Beira*” (nº02/1938); “*Roteiro Histórico das Fortificações do Amazonas*” (nº06/1942); “*Das condições defensivas da Capitania do Pará ao findar o século XVIII*” (nº07/1943); “*A Fortaleza de Villegagnon*” (nº 09/1945); “*Vestígios de Fortim Colonial no Engenho Novo*” (nº11/1947); “*O Forte do Mar, na Bahia*” (nº13/1956) e o “*O Forte de Santo Antonio da Barra*” (nº14/1959).

A primeira revista conta na abertura com o breve artigo de Taunay sobre o Forte de Bertioga. O historiador associa a construção aos fatos e às pessoas marcantes para a história paulista e colonial brasileira. Além disso, chama atenção para a necessária conservação da única subsistência quinhentista nas terras paulistas.

Assim também é a característica do artigo escrito por Ferraz sobre o Real Forte Príncipe da Beira. Trata-se de uma escrita histórica do forte com base em uma ordem cronológica aliada aos principais fatos, eventos e personagens para esse empreendimento.

Segundo ele, com a nomeação do governador de Mato-Grosso, Antonio Rolim de Moura Tavares³⁹, era preciso estabelecer um lugar defensável o mais rápido possível a fim de inibir a possível navegação pelos espanhóis no Rio Guaporé. Ele ainda comenta que o local já tinha sido destinado a um entrincheiramento e paliçada, onde pouco se sabe sobre o traçado primitivo. Finaliza ressaltando a importância de conservação que já havia sido detectada pelo Almirante José Carlos de Carvalho, em 1913, quando passou por lá, “considerado um suntuoso marco, levantado em selvas americanas”

No texto sobre o Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas, o autor se propõe a traçar um roteiro histórico tendo o Fortim do Presépio como ponto de partida, pois segundo o autor, à “sombra” dessa construção se foi constituindo o núcleo urbano e que é hoje a cidade de Belém. Conseqüentemente vai listando as fortificações que se encontram, ou encontravam,

³⁸ Número da revista e ano da publicação.

³⁹ Conforme a carta régia de 9 de maio de 1748.

naquele estado, associando aos dados históricos de implantação e feitoria, a localização geográfica e os possíveis armamentos.

O texto de Arthur Reis sobre as condições defensivas da Capitania do Pará no final do século XVIII refere-se estritamente a uma documentação coletada na seção de manuscrito da Biblioteca Pública de Belém, no Estado do Pará. Segundo o autor, essa documentação fornecia um panorama amplo das condições dessas construções e estabelecimentos na administração do Capitão-General D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, além dos elementos apreciáveis para o conhecimento histórico da Amazônia, sendo também um material apreciável para a crônica artística nacional.

O artigo de França, de 1945, descreve historicamente as etapas da construção da Fortaleza de Villegagnon, com citação das memórias que deixara o Marques de Lavradio, registrado na obra de D. José d'Almeida Corrêa de Sá, 6º Marques de Lavradio.

Já no texto, Vestígios de Fortim Colonial no Engenho Novo, o autor Noronha Santos descreve a localização geográfica de uma construção que se tratava de um posto de observação militar. Segundo Noronha o fortim localiza-se em um dos pontos mais altos do Morro do Jacaré (RJ), onde havia sido erguido o prédio do Instituto São Francisco de Sales. Ao fundo deste prédio ainda era possível encontrar as duas guaritas cilíndricas, de pedra e tijolo, porém em péssimo estado de conservação.

O autor comenta que ainda não havia realizado um levantamento nos livros de registro oficiais no Arquivo Nacional, porém foi possível determinar positivamente dia, mês e ano da construção, deixando de fora a cogitação da realização da obra a pedido do Conde Resende, entre os anos de 1793 e 1795. (SANTOS: 1947, 231).

O Forte do Mar, localizado na Bahia, foi alvo do estudo de Carlos Ott para a Revista. O autor faz descrições históricas da implantação dessa construção, utilizando o conhecido pedido do rei trazido por Tomé de Souza, em 1549, que determinava a construção de uma

cidade-fortaleza na Bahia. Esse empreendimento se fazia necessário para resguardar um dos portos que seria o mais importante do Brasil e que, por sua vez, necessitava de proteção contra os ataques traiçoeiros dos índios. Desta forma, o rochedo plano que aparecia à flor d'água na maré baixa foi o ponto estratégico escolhido para a construção do forte.

Carlos Ott também escreve o último texto localizado na Revista do SPHAN. Trata-se do Forte de Santo Antonio da Barra, uma das construções militares mais antigas da Bahia. O texto também é composto de descrições históricas, fatos correlacionados às outras construções na Bahia, assim como os aspectos do setecentista que resistiram à ação do tempo.

Já na Revista do IGHB, podem-se considerar relevantes e recorrentemente citados nas pesquisas, os textos de Gilberto Ferrez “*Organização da Defesa. Fortificações*, de Inácio José Veríssimo “*História Militar do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII*” de 1967, de José Cruz de Souza Pereira “*Acontecimentos da Fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro até 1844*” e de Antonio do Brito Menezes “*Conta sobre a Fortificação e a artilharia e mais Fortalezas da parca e armazéns do Rio de Janeiro*” (1892), entre outros.

Gilberto Ferrez analisa a história e a tipologia das construções fortificadas no período de 1555 a 1647 no Rio de Janeiro. Esse período antecede dez anos a fundação da cidade e alcança o governo de Duarte Correia Vasqueanes. O texto, assim como a análise, pauta-se em uma série de iconografias (desenhos, gravuras, e outros) apresentadas ao longo do texto.

Já Inácio José Veríssimo se propõe a analisar a história militar no Rio de Janeiro sob o aspectos de duas estruturas: uma **eminente defensiva**⁴⁰ – composto por um sistema de fortes constituído em duas linhas: avançada visando barrar a entrada dos portos e outra recuada, dobrando a primeira e com a missão de impedir ataque à vila, pelos elementos navais inimigos que tenham conseguido penetrar o porto. E a segunda **eminente móvel**⁴¹,

⁴⁰ Os Fortes (estrutura defensiva) são guarnecidos por infantes e artilheiros pagos.

⁴¹ As Companhias e Ordenança (tropa não paga, recrutada entre a população civil e que só formam por ocasião do perigo.

constituída por combatentes volantes aptos a se opor à ação do índio e ao desembarque de corsários (Veríssimo, 1967: 122).

Os textos de José Cruz de Souza Pereira e Antonio do Brito Menezes dizem respeito às informações detalhadas sobre os acontecimentos nas fortificações do Rio de Janeiro, assim como a artilharia que dispunham, a infantaria, a tipologia (os aspectos construtivos / formais) e até mesmo o estado de conservação. Essas publicações dizem respeito às informações coletadas por esses autores no século XIX.

Outros trabalhos ainda podem ser considerados relevantes tanto sob o ponto de vista tipológico, para o período estudado quanto para as implicações dessas construções na conformação de algumas cidades brasileiras. A exemplo disso pode-se citar a tese de doutorado de Fernanda Fernandes da Silva “*Fortificações Brasileiras. Máquinas de guerra e de memória*” (1991), que ao analisar as questões tipológicas das fortificações opta por um recorte e uma metodologia distinta da utilizada por Carlos Lemos.

A autora como forma de assegurar a hipótese a ser comprovada elege por “apresentar primeiramente as fortificações com baluartes angulares, quase sempre de forma angular, por constituírem a família tipológica mais hegemônica, comparecendo com o maior número de exemplares” (Silva, 1991: 158).

Segundo ela, a atualização e os esforços empreendidos pelos tratadistas face ao avanço das armas de fogo vão contribuir ainda mais para a sua difusão e duração como modelo. Por isso, a investigação da autora caminha em outro sentido, é “movidada pela idéia de destacar a dinâmica própria do conhecimento arquitetônico (...) pensá-la sem sujeitá-la de forma tão cabal a um tempo que de certa medida, lhe é exterior (...) demonstrar o próprio tempo da arquitetura penso estar mostrando a forma particular através da qual ela contribui para a produção do tempo social” (Idem: 159).

Percorrendo sucintamente essas referências bibliográficas sobre fortificações no Brasil, cabe ressaltar que a obra de Victor Hugo Mori, juntamente com Adler Homero Fonseca e Carlos Lemos representa uma respeitável contribuição para a análise histórica e tipológica do Forte São João, pois até então os estudos sobre essa construção eram incipientes.

Ao analisar as construções no Brasil, Mori parte da metodologia empregada por Lemos, mas insere o que muitos trabalhos deixaram de fora, o Forte São João e as outras construções da baixada santista, especialmente as da entrada do canal de Bertioga.

Sendo assim, tratar-se-á no próximo item das questões históricas e arquitetônicas movidas para a construção desse forte na entrada do canal de Bertioga, cujo intuito também versa pelas possíveis justificativas para a valoração do bem enquanto patrimônio histórico e artístico nacional.

1.3 O Forte São João: *da implantação à proteção*

Data de meados de 1550 as primeiras informações sobre a necessidade de se fortificar a entrada do canal de Bertioga. Para ser mais precisa é com a vinda da expedição de Martim Afonso (1530-1533) juntamente com a necessidade de estabelecer uma colônia, explorar a terra e conseqüentemente protegê-la, que os primeiros sistemas de defesa da Capitania de São Vicente aparecem na literatura.

Como já ressaltado anteriormente, são poucas as informações sobre os sistemas defensivos nas primeiras décadas da chegada portuguesa em nosso território. Dessa forma, trata-se como documento de análise os possíveis registros feitos pelos viajantes e colonizadores (quando localizados e existentes), as cartas e outros documentos noticiando a Corte dos acontecimentos nessas décadas. São relevantes também as iconografias, quando disponíveis, em forma de mapas e ilustrações.

A primeira notícia data de 12 de maio de 1548 e refere-se à carta de Luis de Góes ao Rei D. João III, pedindo-lhe socorro urgente para as capitanias (de Santos e São Vicente) e para o

litoral do Brasil (*vide Anexo 1*). Góes suplica auxílio ao rei tendo em vista a necessidade de salvar as capitanias, as Costas e as vidas, pois segundo ele, se o Rei não socorrer com braços fortes, muitas almas cristãs serão perdidas (no mínimo setecentas entre homens e mulheres), além de mais de três mil escravos, seis engenhos e muitas fazendas.

A segunda notícia (*vide Anexo 2*) data de 1550 de Francisco Mendes da Costa (quando na cidade de Salvador) e refere-se ao translado do cargo de *Almoxarife* no qual caberia ao confiado – Antonio Adorno Alcaide-mor –, o offício para prover uma dita Fortaleza e uma Villa que deveriam ser habitada e povoada pelos moradores, pois era a única forma de mantê-las seguras.

Em 1551 mais uma informação sobre a necessidade de levantar uma fortaleza na terra de Bertioga. O documento refere-se à carta de D. João III sobre o Alvará régio a propósito da reposição de 1.800 cruzados das rendas da coroa para os oficiais e moradores da Capitania de S. Vicente, conforme segue:

“Eu el Rey faço saber a vós thomé de sousa do meu conselho,..., e governador das terras do brasil e ao provedor de minha fazenda em elas / que os meus officiaes e moradores da capitania de saõ vicente, de que martim afonso de sousa do meu conselho é capitaõ / (...) e porem os governadores da dyta capitania sejaõ obriguados de dar todo o serviço necessario pera as obras da fortaleza que a seu requerimento ora mando fazer na terra da bertiogua da dita capitania, até de todo acabada, posto que monte mais ou menos no dyto serviço que os dytos mil e oytocentos crusados / Noteficovolo asy e ao provedor de minha fasenda na dita capitania de saõ vicente, a que por este mão que dando os ditos moradores toda a ajuda e serviço, que de sua parte for necesaria pera a dita obra alem do que nela mando despender de minhas rendas e dos do dito martim afonso, não obryguem os dytos moradores a pagar a dita contia, nem parte dela / e pase certidaõ aos officiaes que a despenderaõ pera lhe ser levada em contra / e sendo caso que os ditos moradores tenhaõ duvida a dar todo o serviço pera as obras da dita fortaleza e conforme a traça que de ca vay (...) / adriaõ lucio o fez em almerim a 25 de junho de 551 / andré soares o fez escrever //” (Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo - Volume XLVIII – pág. 19/21).

No entanto, cabe ressaltar que outra cópia do alvará régio encontra-se transcrito em um livro de 1564 constando a cifra de 2000 cruzados para as obras da dita Fortaleza (*vide Anexo*

4). Ainda sobre a arrecadação, Martim Afonso de Souza ordena que Braz Cubas, em 1555, (contador da Capitania de São Vicente) entregue 1000 cruzados das rendas dele para as obras da Fortaleza, que haveria de ser feita em Bertioga (*vide Anexo 7*).

Ainda sobre a necessidade de se fortificar Bertioga, têm-se a Carta de 1553 de Tomé de Sousa ao Rio de Portugal, D. João III, onde relata o que fez pelas Capitânicas do Brasil (*vide Anexo 8*). Posteriormente, nos anos de 1555 e 1557 (*vide Anexo 9, 10 e 11*), os documentos encontrados demonstram que as obras da fortaleza ainda não haviam sido concluídas.

Verifica-se então que, até o presente momento de análise desses documentos, nenhuma informação foi localizada sobre o modelo de construção a ser executado, os materiais a serem empregados bem como outras possíveis sugestões vindas da Coroa Portuguesa.

Passaram-se aproximadamente sete anos desde a primeira manifestação da necessidade de defesa e a obra da Fortaleza ainda não havia sido concluída, constando na documentação somente os recursos que foram dispostos para o empreendimento.

É em 1560, com a Carta regia de André Soares para Mem de Sá percebe-se que a Fortaleza aparece como obra concluída e/ou em vias de conclusão. Na carta também consta a solicitação de artilharia necessária para guarnecer a construção, conforme trecho do documento que segue:

“Men de saa. Eu el Rey vos envio muito saudar. Os moradores da capitania de saõ vicente da costa do brasil me enviaraõ diser que a fortaleza da bertioga que está na dita capitania estava por acabar e muito desaperebida asy de polvora, camaras de bombardas como de bombardeiros e outras couzas de que tinhaõ muito necesidade pedindo que ovese por bem que das minhas rendas que tenho na dita capitania a mandase prover e fortificar pera se poder soster e defender dos contrarios quando sobre ela viesem como algumas vezes vinhaõ, e asy que lhes enviase quatro bombardeiros pera residirem na dita fortaleza porque lá não avia quem soubese tirar com pesas dartilharia / E visto seu requerimento ouve por bem que se lhes enviase agora por antonio adorno morador na dita capitania que ora vay pera ela dez quintaes de pollvora, bombardas pera provimento da dita fortaleza / e quanto aos bombardeiros e mais couzas que pedem ey por bem e vos mando que provejais sobre as ditas couzas, como vos parecer mais meu serviço, e lhes façais dar os bombardeiros, camaras e pelouros que vos parecer que averaõ mister pera sua defensaõ / e o que lhes asy fiserdes dar se carreguará em receita sobre os escrivaes da dita capitania a que pertencer e do que nisto

fiserdes me dareis conta por vosas cartas / Adriaõ lucyo a fez em lixboa a 18 de março de 1560. André soares a fez escrever //“ (Fonte: “Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo” - Volume XLVIII – pág. 33/34)⁴²

As duas últimas informações quinhentistas referente ao Forte encontra-se na narrativa do Pe. Fernão Cardim em visita a São Vicente em 1585, para acompanhar o visitante Pe. Christovão Gouvêa, e no Tratado descritivo do Brasil em 1587, obra de Gabriel Soares de Sousa oferecida do Rei.

Na narrativa Pe. Fernão Dias comenta que “Bertioga, aonde está (...) a fortaleza é cousa formosa, parece-se ao longe com a de Belém e tem outra mais pequena defronte, e ambas se ajudavam uma á outra no tempo das guerras”⁴³ (*vide Anexo 13*)

No Tratado as informações referem-se ao “forte com artilharia e bombardeiros, que se chama de S. Felipe (...) defronte da fortaleza de S. Felipe faz uma ponta muito chegada a est’outra, onde está outra torre com bombardeiros e artilharia, que se diz de S. Thiago”⁴⁴ (*vide Anexo 14*)

Nessa fase quinhentista as únicas informações visuais sobre o Forte encontra-se no livro “A verdadeira história dos selvagens nus e ferozes” do viajante Hans Staden quando da sua passagem pelo litoral paulista, por Bertioga e pelo forte (1548-1555). E consta ainda os seguintes detalhes dessa construção: “A cinco milhas de São Vicente fica o povoado de Bertioga. É por lá que os selvagens inimigos chegam, em suas expedições de guerra, quando passam entre a ilha de Santo Amaro e a terra firme, dirigindo-se para São Vicente”.

O viajante ainda comenta que cerca de dois anos antes da chegada dele os irmãos Braga que ali habitavam já haviam erguido uma espécie de fortificação. No entanto, em uma noite foram atacados por 70 barcos. Segundo ele tanto os “mamelucos quanto os portugueses se

⁴² 18/03/1560 – Carta regia a Mem de Sá providenciando sobre o acabamento e aprovisionamento da Fortaleza da Bertioga, da Capitania de S. Vicente (D. Sebastião).

⁴³ Tratados da Terra e Gente do Brasil” – Pe. Fernão Cardim – Cia. Editora Nacional (2ª edição) – 1939 - pag. 310 e 315.

⁴⁴ Publicado pela Cia. Editora Nacional – 1938 (terceira edição) – São Paulo - pag.107/108

refugiaram numa casa feita de barro, de onde se defenderam. (...)”, mas final, os tupinambás venceram a batalha e incendiaram o lugar chamado Bertioga.

Foi em conseqüência desse episódio que os moradores decidiram construir uma fortificação na ilha de Santo Amaro, de frente para Bertioga, e esse seria o Forte de São Felipe. Embora a imagem que segue seja atual, utiliza-se aqui para demonstrar a posição desse forte.



Figura 5. Posição do Forte São João – entrada do canal de Bertioga (SP).
Créditos da imagem: MORI, Victor Hugo.

Hans Staden comenta em sua obra que o fato dele ser alemão e conhecedor de armas de fogo, os moradores vieram a solicitar que ele morasse na Ilha de Santo Amaro (onde fica o Forte São Felipe) e fizesse o serviço de vigia. Mas passado alguns meses, não foi mais preciso pois Tomé de Souza, governador a serviço do rei, havia chegado em Bertioga, examinado o local que o “povo iria fortificar”.

No entanto, em vista do conhecimento do viajante alemão, solicitaram novamente que ele ajudasse na proteção da cidade. Perante isso, Hans Staden teria morado na fortificação por dois anos e ajudado na construção.

Segundo o viajante o “(...) O baluarte de pedra foi erguido e equipado com algumas armas de fogo, e tudo foi confiado a mim. Minha missão era tomar conta do lugar e vigiá-lo bem(...). Sobre o local, mais especificamente a organização dessa “sociedade”, Staden comenta que as aldeias eram protegidas da seguinte forma: “(...) em torno das cabanas ergue-

se uma cerca feita com troncos cortados de palmeiras, com mais ou menos uma braça e meia de altura e tão grossa que nenhuma flecha possa penetrá-la.” (Staden, 1999: 54) Ainda “há nela pequenos buracos pelos quais atiram suas flechas. Em volta dessa cerca erguem ainda uma outra, feita com varas longas e grossas, presas não muito próximas umas às outras, restando no meio uma separação que não permite a passagem de um homem.” (Staden, 1999: 136)

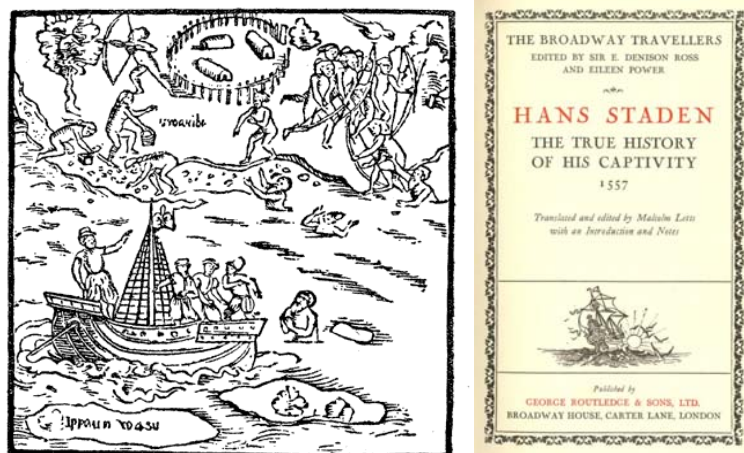


Figura 7. Ilustração contida na obra de Hans Staden (1937)

A obra, fruto da viagem desse alemão pelas terras do Brasil, especialmente pelas terras paulistas, pode ser considerada a única referência (textual e visual) mais detalhada sobre o sistema defensivo disposto nas primeiras décadas da colonização do Brasil, sobretudo em Bertioga. Ele trata não só das questões de defesas como também dos costumes e práticas dos nativos, registradas em formatos de breves textos e ilustradas, como por exemplo, o conhecido ritual de antropofagia.

Depois desse período inicial da colonização, as próximas informações sobre o Forte constam nas datas de 1724, 1733, 1738 e 1745 (*vide Anexo 14 a 18*). Essas informações podem ser consideradas mais relevantes no que tange às questões tipológicas do Forte, pois se referem aos dados mais específicos da tipologia, dos armamentos, dos possíveis reparos, da

substituição de uma estacada de madeira por um muro de pedra e cal, da composição de um quartel, da presença de canhoneiras e outros elementos, conforme trechos que segue abaixo:

20/05/1724

"Como pelo tempo adiante poderá o porto da Vila de Santos ser mais bem visto das Nações Estrangeiras e de piratas, aumentando-se nele o comércio, pelas boas esperanças que nesta Capitania há de novos descobrimentos, procurei pôr na última perfeição a fortaleza da barra da Bertioga, da mesma vila, e me parece foi a obra que se lhe fez de muita conveniência a Real Fazenda de V. Majestade, porque, gastando-se com ela de três em três anos muito perto de quinhentos mil réis com madeiras e estacarias, ultimamente se fez de pedra e cal, com muita regularidade e tudo o mais necessário para a sua boa defesa por um conto setecentos e setenta mil réis."⁴⁵

30/10/1733

"Faço saber a vos Conde de Sarzedas Govor e Capp.m Gn.al da Capp.nia de São Paulo q'havendo visto a vossa carta de dezenove de Agosto do anno passado em q'me daveis conta do estado em que se achavão as fortificações da Praça de Santos as quais era muy preciso que se fizessem; (...) e na barra da Bertioga q'achereis cituada hũa fortaleza pequena chamada de Santo Antonio q'não consistia mais q'de hũ baluarte com cinco peças de Artelharia das quaes só duas tinhão reparos e por outra parte hera fechada com os muros das duas cazas q'servem de coarteis aos soldados da guarnição della seguidas as d.as paredes de hũa grande matta de madeyras de q'não hera facil decobrir-se pessoa algũa se não depois de ganhada a d.a Fortaleza (...)"⁴⁶

27/09/1738

"Que fora a Barra da Bertioga, e hé a q'fica mais ao norte da de S.Vicente, e por onde podem entrar navios thé o sitio a q'chamão o Estaleyro pois tem dez, outo e seis braças thé o ref ° siti, e achára aquella bateria, q'tem na prayam quazi toda areada, sendo prexizo conservar naquella entrada algũa defença, e lhe parecera se devia fazer defronte a obra de que mandou o risco que tambem vos remete, na encosta do monte que faz para aquella parte, sendo só para outo peças, q'hé po q'basta; (...) Sou servido por res.am de vinte quatro deste prez.te mez e anno, em cons.ta do meu Conso. Ultr.o que tudo o que o d.o Brigadeiro José Sylva Paes deixou disposto, e delineado na Praça de Santos sobre as suas fortificações, inteiramente se observem, e se fação com todo o cuidado e promptidão, e senão possa alterar pelos Governadores dessa Capitania a forma dada pelo mesmo Brigadeiro."⁴⁷

20/06/1745

"Mathias de Couto Roiz...havendo se em tudo com toda a rectidão e de novo se oferece por fazer serviço ao mesmo Senhor a reparar a dita Fortaleza á sua custa, assim de canhoeriras, quartéis, e cazas; como de tudo o mais de que carece para o seu reparo prezente, em que há de fazer hum consideravel despendio."⁴⁸

14/08/1745

"A fortaleza da Bertioga tem sete peças, todas desmontadas, e acho que só duas poderão fazer fogo; o quartel está arruinado e por ser muito úmido não pode conservar um só barril de pólvora, e nem tem parte onde se lhe possa fazer cômodo para o ter sem grande risco. Nesta fortaleza por força a artilharia há de estar ao tempo e por isso precisa que o carretamem seja pintado para lhe poder resistir. Este reduto não tem vantagem alguma mais do que servir de registro na ponta da terra firme, porque ali não defende a entrada da barra e

⁴⁵ Carta do Governador da Capitania Rodrigo Cezar de Menezes - fortificações da Praça de Santos. Fonte: Transcrito no livro "Fortes e Fortificações do Litoral Santista" - Muniz Jr.

⁴⁶ Carta regia de D. João ao Conde de Sarzedas, Governador da Capitania de São Paulo, sobre os relatos enviados pelo Gov. sobre as fortificações da Praça de Santos.

⁴⁷ Carta regia de D. João V ao Governador da Capitania de São Paulo em parte reproduzindo o relatório do Brigadeiro José da Silva Paes sobre as fortificações da Praça de Santos, e ordenando o cumprimento das determinações e projetos deixados pelo Brigadeiro.

⁴⁸ Dom Luiz Mascarenhas (conde d'Alva) Gov. da Capitania de S. Paulo nomeia Mathias de Couto Roiz capitão da Fortaleza de Sam Joam da Barra da Bertioga. Fonte: Doc. Inter. para a Hist. e Costume de S. Paulo Vol. LXVIII – pag. 240.

logo que qualquer embarcação entre da barra para dentro tem muito onde fazer desembarque e no caso de a quererem tomar (que não tem necessidade disto) quaisquer 40 ou 50 homens a tomam."⁴⁹

Data também dos setecentos e oitocentos os documentos iconográficos localizados sobre o sistema fortificado do canal de Bertioga. Os dois mapas apresentados (anteriores a 1800) demonstram a presença dos dois Fortes – São João e São Felipe.

No entanto, isso é um fato recorrente quando se trata de um mapa do litoral paulista, pois desde os séculos XVII os mapas dedicados as capitânicas e/ou as vistas da Costa do Brasil (como os elaborados por Albernaz) demonstram a presença de uma fortaleza na entrada do canal de Bertioga.

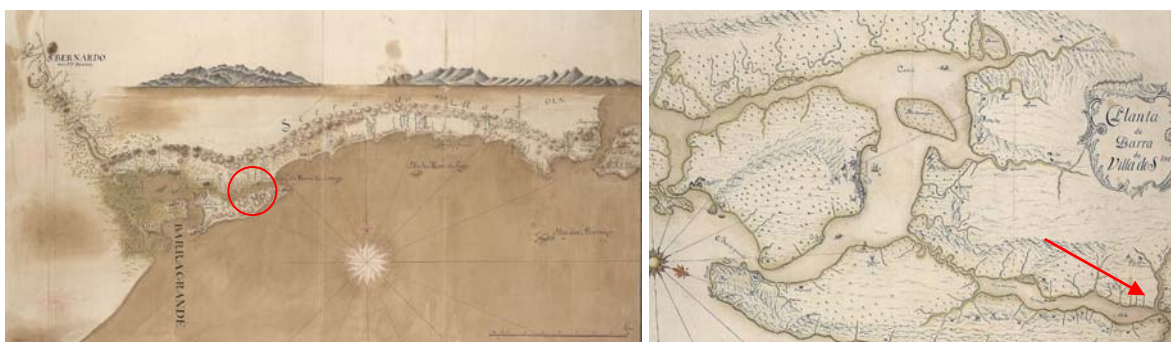


Figura 8 e 9 Mapa o litoral paulista (anteriores a 1800)
Créditos da imagem: Acervo Digital da Biblioteca Nacional/RJ



Figura 7 e 8. Plantas do Forte São João – Bertioga/SP (anteriores a 1800)
Créditos da imagem: Acervo Digital da Biblioteca Nacional/RJ

Já as plantas 7 e 8, acima, também anteriores a 1800, demonstram duas situações do forte. A primeira (figura 7) mostra a escarpa leste do forte arruinada em função do maremoto

⁴⁹ *1795 / 1815 - "Manuscrito do Mal José Arouche de Toledo Rendon" - Inspetor das Milícias. Fonte: Doc. Inter. para a Hist. e Costume de S. Paulo Vol. LXVIII – pag. 243

de 1769, conforme descrição do arquiteto Mori. O arquiteto ainda ressalta que a mesma deve ter recebido somente uma leve reforma, pois só em 1942, com a restauração comandada por Luís Saia, ela foi colocada no prumo de novo.

A outra planta mostra o forte composto por um baluarte de pedra, duas guaritas, um quartel, um portão, um muro com formato de tenalha (ou cauda de andorinha)⁵⁰, uma capela (a de São João e, por isso deixou de se chamar Forte São Tiago para São João), uma estacada dobrada na frente e uma estacada simples atrás, em volta da tenalha.

Já a planta de 1871 (figura 12) apresenta o forte com uma plataforma retangular, duas guaritas, o quartel e a ainda o muro com o formato de uma tenalha. Pelo que consta nas bibliografias, esse modelo é o que subsiste até hoje, modificando levemente o tamanho da plataforma e consecutivamente o número de canhoneiras.

No caso da fig. 13, o Forte São Luiz (o então Forte São Felipe), este nunca chegou a ser concluído. Essa planta trata-se de um projeto não efetivado, ou pode-se dizer que parcialmente iniciado, pois só foi construída uma parte da cortina e uma guarita.



Figura 12. Planta do Forte São João – Bertioga/SP (1871) e **Figura 13.** Planta do Forte de São Felipe – Bertioga (1898) *Créditos das imagens: Arquivo Histórico do Exército-RJ*

⁵⁰ Embora não possua as características nem funções de tenalha. A tenalha é uma obra exterior destinada a ocupar pontos salientes, levando à defesa a maior distância. Compõem-se de dois flancos reentrantes

Sobre as últimas notícias do Forte, em relação às plantas apresentadas, algumas considerações podem ser traçadas, sobretudo no que diz respeito às modificações no traçado / organização dos espaços dessa arquitetura.

As primeiras informações visuais sobre esse Forte encontram-se nos esquemas hipotéticos apresentados por Hans Staden, na obra referente à sua viagem ao Brasil. O Forte da Bertioga é apresentado composto por um baluarte de pedra com uma “casa em cima”, cercada por paliçadas.

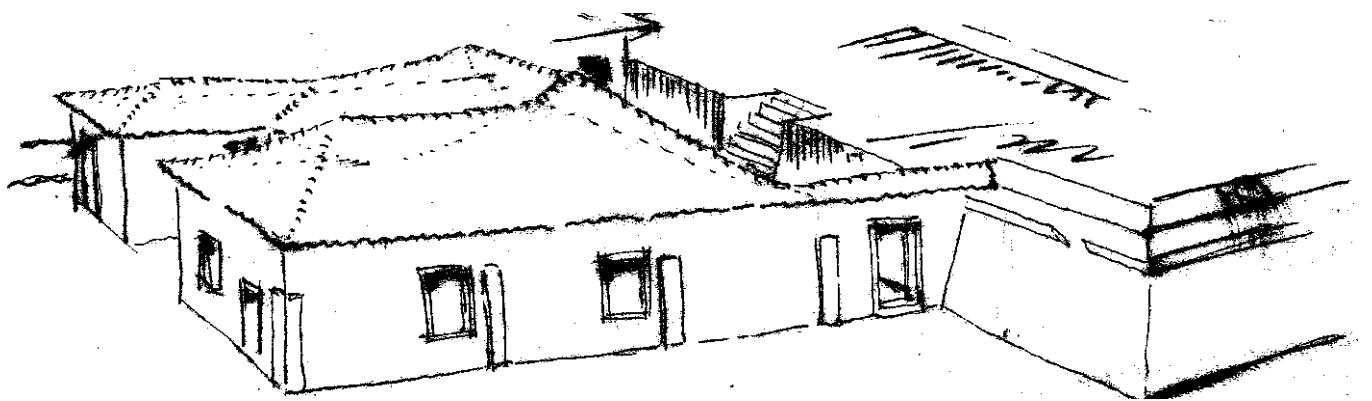
Posteriormente as informações encontram-se nas iconografias dos setecentos e oitocentos, onde o forte efetivamente teria ganhando um novo traçado. No entanto, com verificação da iconografia sobre o Forte no período do seu tombamento, percebe-se que o portão descrito na figura 08 desaparece⁵¹ no traçado da figura 12, mas no registro fotográfico de Luís Saia para a restauração do bem, a posição do portão é referente à iconografia dos setecentos.

Outro aspecto é a tentativa de solução em formato de tenalha (atrás da plataforma), característico em obras abaluartadas, porém no Forte São João a estratégia parece ter a mera função de um muro com dois flancos, muito diferente do que se propõem nos traçados renascentistas para fortificações.

Ainda nesse sentido, as soluções encontradas nesse Forte legitimam muitas hipóteses já lançadas sobre as construções defensivas no Brasil, ou seja, em sua maioria elas são adaptadas à realidade e as condições locais, passando por várias modificações ao longo de muitos anos, e por vezes partindo dos conhecimentos empíricos.

Ainda que o Forte possa ser considerado provido de artifícios “modernos” de se estabelecer fortificações, as soluções são bastante tardias, aproximadamente depois da segunda metade de 1700, mais especificamente em 1800.

⁵¹ Na realidade não desaparece e sim a entrada do portão é modificada.



SEGUNDA PARTE

Arquitetura Militar e Patrimônio

Quer nos parecer que os relativos avultados restos do forte de São Tiago da Bertioiga sejam os únicos vestígios hoje subsistentes da era quinhentista em terras de São Paulo.

(...)

Um grande perigo ameaça o fortim martim-afonsino e de Hans Staden: o oceano assustadoramente avança pela praia da Bertioiga a dentro, e em breve irão as vagas quebra-se sobre o frágil paredão, hoje quase quadri-secular, se não encontrarem a resistência oposta por um enroscamento que o proteja eficazmente.

Urge tal providência, em prol, da conservação do único vestígio quinhentista subsistente do apossamento luso em terras de S. Paulo. (Taunay, A. E, 1937: 05-07)

2.1 Arquitetura Militar e Patrimônio: *aspectos gerais*

“Há muitos, Padre Santíssimo, os quais mensurado com seu pequeno julgamento as coisas grandíssimas que dos Romanos se escrevem, sobre as suas façanhas militares, e sobre a cidade de Roma no que se refere à admirável arte, às riquezas, os ornamentos e grandeza dos edifícios, acham que as mesmas sejam mais fabulosas do que verdadeiras. Entretanto, comigo costumam acontecer o contrário; porque, considerando os vestígios que ainda vemos, as ruínas de Roma, a divindade daquelas almas antigas, opino não estar além da razão de acreditar que muitas coisas que para nós parecem impossíveis, para eles eram fáclimas. No entanto, tendo sido muito estudioso destas antiguidades e tendo depositado não pequeno cuidado ao buscá-las minuciosamente, medi-las com diligência, e, lendo os bons autores, conferindo as obras com os textos escritos, penso ter conseguido um certa noção da Arquitetura antiga. O que por um lado me dá enorme satisfação, por me inteirar de coisa tão excelente, e grandíssima dor, vendo quase o cadáver daquela nobre pátria, que foi a rainha do mundo, assim miseravelmente dilacerada”. (Di Teodoro, 1994: 63-97)⁵²

“Pode-se situar o nascimento do monumento histórico em Roma, por volta do ano de 1420. Após o exílio de Avignon (1305-1377) e, logo depois, do Grande Cisma (1379-1417), Martinho V estabelece a sede do papado na Cidade devastada, cujo poder e prestígio ele pretende recuperar. Um novo clima intelectual se desenvolve em torno das ruínas antigas, que doravante falam da história e confirmam o passado fabuloso de Roma, cujos esplendores Poggio Bracciolini e seus inimigos humanistas pranteiam, condenando-lhes a pilhagem.” (Choay, 2001: 31)

Françoise Choay (2001) ao situar o nascimento do monumento histórico em Roma por volta de 1420, adverte que os recortes cronológicos por vezes optados requerem ser modulados em função de exceções, antecipações e sobrevivência. A exemplo disso comenta que o interesse intelectual e artístico atribuído por uma pequena elite do *Quattrocento* aos monumentos da Antiguidade, já era produto de uma longa maturação e tivera precedentes desde o último quartel do século XIV. (Choay, 2001: 31)

⁵² Cf. cópia do documento original e a transcrição completa publicada por Francesco P. DI TEODORO, in “*Raffaello, Baldassar e la Lettera a Leone X*”, Nuova Alfa Editoriale, Bologna, 1994 (1ª Edição), p.: 63-97; 2ª Edição Minerva Soluzioni Editoriale, Bologna 2003, p. 59-81. Carta Rafael – Castiglione a Leão X – Tradução prof. Luciano Migliaccio / disciplina pós-graduação FAU/USP – Preceptivas Artísticas; 2007/1.

Segundo a autora, a noção moderna de *monumento*⁵³ “pressupõe a idéia de distância e a percepção da alteridade de uma civilização em relação a outras, o que só vai ocorrer no Renascimento, quando, pela primeira vez, uma cultura distante mais de um milênio no tempo é considerada ancestral do presente”. Ela ressalta ainda que o advento desse “olhar distanciado e esteta, liberto das paixões medievais, ‘que metamorfoseia as edificações antigas em objetos de reflexão e de contemplação’”, situa-se na segunda metade do século XV. (FONSECA, 2005)

De modo geral, ao longo dos séculos XV ao XVIII, sobretudo na cultura ocidental, inúmeras foram às tentativas de intervir e “salvaguardar” objetos da antiguidade, edifícios, obras de arte, entre outros. Essas ações esporádicas – dos estudos às interferências físicas propriamente ditas – despontaram em vários países a partir do século XV até o início do XVIII e, de modo especial, dedicando-se mais às obras construídas.

O século XV na Itália, por exemplo, marcado pelas primeiras ordenanças papais⁵⁴, foi palco de grandiosas encomendas⁵⁵. Essas, por sua vez, representavam muitas vezes a atualização de uma obra ao gosto da época, como a da fachada de Santa Maria Novella (1456-1470) em Florença e San Francisco (1450) em Rimini, ambos por Leon Battista Alberti, a manutenção de pontes e vias, a ‘preservação’ dos remanescentes da antiguidade, entre outras encomendas, como as feitas por Michelangelo Buonarroti, Rafael Sanzio e Gianlorenzo Bernini.

⁵³ Para Choay foi preciso ser reformular a noção de monumento enquanto histórico e artístico para que a noção de patrimônio se convertesse em categoria socialmente definida, regulamentada e delimitada, e adquirisse o sentido de herança coletiva cultural. Segundo ela na introdução do livro de Riegl “a invenção do monumento histórico é solidária com as dos conceitos de arte e de história” (Choay, apud Fonseca, 2005: 55)

⁵⁴ Segundo Fonseca (2005: 56) foi no século XV que ocorreram as primeiras medidas de preservação empreendidas por papas através de bulas, visando à proteção de edificações antigas e cristãs. Nesse momento também ocorreu, no tratamento dos vestígios da Antiguidade greco-romana, o cruzamento de três discursos: a da “perspectiva histórica”, o da “perspectiva artística” e o da “conservação”. E os interesses pelas antiguidades foi objeto de duas abordagens: Humanística (letrada) – consideram ilustrações para textos antigos e a Artística (arquitetos e escultores) – interessados nas formas e, por eles, consideradas testemunhos involuntários e, por esse motivo, mais reveladores.

⁵⁵ As intervenções feitas em muitos edifícios eram ditadas pelos interesses da época, assim como do encomendante e/ou arquiteto. Sendo assim, as intervenções desse período não podem ser consideradas como restauração, não no sentido de restauração que se consolidou em fins do século XIX.

Autores como Choay (2001), Fonseca (2005), Kühl (2005/2006) e Pinheiro (2005/2006), consideram que essas ações foram embrionárias no processo de formação de uma ‘consciência histórica e preservacionista’. Tais ações possibilitaram o despontar da moderna noção de *monumentos históricos*⁵⁶, de preservação e de patrimônio, especialmente a partir do século XVIII e início do XIX, quando surgia a idéia de estudar e conservar um edifício por ser tratar de um testemunho da história e/ou uma obra de arte.

Segundo Beatriz Kühl, a noção de “historicidade evoluiu de forma lenta e gradual, remontando ao Renascimento, quando houve um crescente interesse pelas construções da Antiguidade” (Kühl, 1998: 179). Ainda nesse sentido ressalta que a noção de História, como hoje é entendida, é produto em formação no final do século XVIII.

Outro fator a ser considerado é a questão do valor, que começou a despontar, especialmente a partir do austríaco Alöis Riegl, juntamente com Erwin Panofsky, Heinrich Wölfflin e Sir Ernst Gombrich, todos ligados à iconologia anglo-saxã. “Esses autores, assim como Giulio Carlo Argan, chamam a atenção não só por uma atividade acadêmica desenvolvendo pesquisas científicas, mas pela experiência em agências estatais voltadas para a preservação de monumentos”. (Fonseca, 2005: 54).

De acordo com Fonseca (2005):

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a serem mercedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. Esse é, pelo menos, o discurso que costuma justificar a constituição desses patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação (Fonseca, 2005: 21).

⁵⁶ “Nesse sentido é prudente esclarecer que se utiliza a expressão monumentos históricos, não como obras grandiosas isoladas, mas vinculadas ao sentido etimológico de monumento e como interpretada por Riegl, ou seja: como instrumentos da memória coletiva e como obras de valor histórico que, mesmo não sendo “obras de arte”, são sempre obras que possuem uma configuração, uma conformação”. (18) KÜHL, Beatriz Mugayar define em seu artigo intitulado *História e Ética na Conservação e Restauração dos Monumentos Históricos*, R. CPC, São Paulo, v. 01, n. 01, p. 16-40, nov. 2005/abr.2006.

A institucionalização dessa prática de preservação pelo Estado efetivou-se com a criação da primeira Comissão dos Monumentos Históricos, na França em 1837, cabendo ao escritor e historiador francês Prosper Mérimée o cargo de inspetor. Ao percorrer toda a França, Mérimée realizou um notável inventário, não só dos bens, mas também das atitudes da população em relação ao patrimônio, o que foi considerado majestoso e inovador. (FONSECA, 2005: 60).

Nesse processo de amadurecimento, muitos posicionamentos, por vezes opostos⁵⁷, foram sem dúvida significativos para a formação de vertentes teóricas, especialmente no que diz respeito à definição da restauração enquanto área de conhecimento e a formação das características próprias do campo da preservação dos bens culturais.

É no contexto oitocentista, marcado pela Revolução Francesa e Industrial, e resultante do mesmo processo – o Iluminismo, que surgiram então as primeiras ações sistemáticas referentes à preservação dos monumentos históricos, especialmente pelas significativas mudanças políticas, sociais e principalmente culturais⁵⁸.

⁵⁷ Trata-se, por exemplo, dos posicionamentos de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) no cenário francês e John Ruskin (1810-1900) no britânico, participantes ativos e de posicionamentos opostos se destacam na literatura referente às primeiras ações de intervenções. Ao lado de Ruskin, pode-se citar a participação de William Morris (1834-96), participante também da escrita do celebre manifesto *Anti-Scrape Movement*. Outros nomes também merecem destaque, como Alois Riegl (1858-1905) e Max Dvorak (1874-1921) principalmente pelas contribuições fundamentais para a historiografia da arte, pelas novas orientações no campo da preservação, culminando na responsabilidade pela nova organização da Comissão Imperial para a Proteção dos Monumentos, na Áustria. Já Camillo Boito (1836-1914) e Gustavo Giovannoni (1873-1947), no cenário italiano, se destacam principalmente no que se diz respeito às formulações teóricas referentes ao restauro filológico – *a compreensão do restauro enquanto ação cultural* e as contribuições pertinentes para a formulação da *Carta de Atenas*. E, a partir dessas sistematizações, em fins do século XIX e início do XX, essencialmente com as obras de Boito e Riegl que a conservação/preservação dos monumentos históricos adquire o “status de disciplina”, haja vista as revisões das posturas ao longo das décadas que culminaram no amadurecimento dos seus conceitos e procedimentos.

Em meados do século passado até a contemporaneidade um dos grandes expoentes, aportando o problema da preservação no campo da filosofia, historiografia e crítica da arte é o italiano Cesare Brandi (1906-1988), juntamente com Roberto Pane, Renato Bonelli e Paul Philippot.

⁵⁸ Beatriz Mugayar Kühl em sua obra sobre a *Arquitetura do Ferro e a Arquitetura Ferroviária em São Paulo. Reflexões sobre a sua preservação* adverte que “foi somente a partir do século XVIII, com o despontar do Iluminismo, que a noção de História, como entendida hoje, começou a se formar. No final do século XVIII e início do XIX, no período pós-revolucionário, o quadro de desolação em que se encontrava o patrimônio artístico francês contribuiu também para a mudança fundamental da relação de uma dada cultura com seu passado, no decurso do amadurecimento da chamada ‘consciência histórica’ (...) Um sentimento de proteção em relação a um passado arquitetônico, a edifícios notáveis e a ambientes urbanos, ameaçados pela perda irremediável pelas incessantes transformações, despontava. Esses movimentos estão na base da ruptura dos laços tradicionais de várias civilizações com seu próprio passado, que perduram aproximadamente, até fins do século XVIII, dando origem a uma nova maneira de encarar a herança cultural, que resultou nos movimentos de preservação e de restauração” (Kühl, 1998: 179)

Ademais, a efetivação da preservação dos bens culturais concretizou-se quando esses bens apareceram como fato social, ou seja, quando o Estado assumiu a sua proteção, regulamentando o seu uso, a finalidade e o caráter; outrossim, quando ele faz uso dos instrumentos jurídicos específicos para tratar das questões relativas à propriedade, ao zoneamento, ao uso e à ocupação. (Milet apud Fonseca, 2005: 55)

No Brasil, foi o despontar do sentimento de afirmação nacional, especialmente nos séculos XIX e os primeiros anos do século XX, que contribuiu para o surgimento de inúmeras ações ligadas à consciência histórica e preservacionista.

Ainda que essas ações da segunda metade do século XIX sejam relevantes para uma compreensão mais ampla do sentido de identidade nacional (conforme será abordado a seguir), são as primeiras décadas do século XX que nos interessa, por se tratar de um projeto que buscou inserir o Brasil no *rol* das “nações civilizadas” por meio do processo de modernização, da criação de um novo país⁵⁹, de um novo homem brasileiro e da preservação do seu patrimônio histórico e artístico.

Nesse sentido:

A temática do patrimônio surge, portanto, no Brasil, assentada em dois pressupostos do modernismo, enquanto expressão de modernidade: o caráter ao mesmo tempo universal e particular das autênticas expressões artísticas e a autonomia relativa da esfera cultural em relação às outras esferas da vida social. A atuação dos modernistas no SPHAN vai mostrar como eles puseram em prática, num campo cultural e político específico, e sob um regime autoritário, esses pressupostos. (Fonseca, 2005: 92)

É, portanto, através de homens intelectuais e públicos, identificados e motivados pelo sentimento moderno de nacionalidade tão comentado nos anos 20 e 30, que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o SPHAN, em 1937, vai se consolidar.

⁵⁹ Concebido em termos de uma ideologia nacionalista.

José Reginaldo Santos Gonçalves (2002) na obra que analisa os discursos do patrimônio cultural no Brasil⁶⁰ atenta para a retórica que envolve esses intelectuais. Segundo ele, esses homens “autenticam suas afirmações, propósitos e atividades referentes à identificação e a preservação do patrimônio cultural por meio de narrativas históricas e antropológicas do Brasil” (Gonçalves, 2002: 39). Ainda em conformidade com as questões colocadas pelo autor, o que parece mais relevante “é o fato de que os intelectuais associados ao patrimônio sejam eles arquitetos, historiadores, escritores ou cientistas sociais, sempre pensam esse tema nos termos de uma narrativa histórica, na qual uma série de eventos e personagens é apresentada dentro de um enredo estruturado numa ordem cronológica”. (Idem)

“No contexto dos discursos nacionalistas, as chamadas práticas culturais são, usualmente, classificadas como “patrimônio”. Classificar uma cultura como “patrimônio” pressupõe que alguém, algum sujeito individual ou coletivo, esteja agido em relação a ela como se fosse uma propriedade” (Gonçalves, 2002: 63).

No Brasil, essa experiência deve-se ao fato da “defesa de uma tradição para civilizar” (narrativa de Rodrigo M. F. Andrade, apud Gonçalves, 2002: idem), ou seja, apropriação do patrimônio histórico e artístico nacional como forma de apropriação do passado. Rodrigo, em sua narrativa, ressalta que o Brasil passaria a existir na medida em que possuísse um passado ou uma tradição, e esse passado valorizado teria essencialmente o papel de civilizador.

Os monumentos, sobretudo a arquitetura colonial brasileira, “signos visuais de uma condição civilizada e a materialização de valores permanentes de civilização” (RMFA, apud Gonçalves, 2002: 65), “solidificaram” essa narrativa do patrimônio; formas visuais e culturais da memória e da identidade nacional, tão almejadas em fins dos anos 30 do século passado.

⁶⁰ Através da análise das modalidades de invenção discursiva do Brasil produzidas por intelectuais associados à formulação e implementação de políticas oficiais de “patrimônio cultural” – dos anos 30 aos 80.

Rodrigo Melo Franco de Andrade em suas declarações⁶¹ aos jornais sobre a criação do SPHAN e do patrimônio brasileiro referiu-se aos monumentos da seguinte forma: “o acervo dessas produções da sucessão já longa de nossos predecessores é que, ligando os brasileiros de hoje às populações que os antecederam, originárias da própria terra ou providas de outros continentes, em verdade autentica e afirma a existência do Brasil” (Andrade, apud Gonçalves 2005: 37)

No escopo dessas declarações, a segunda parte da pesquisa pretende contemplar as questões que envolveram a consolidação da institucionalização do patrimônio por meio da criação de uma agência estatal (o SPHAN) assim como os bens eleitos à categoria de patrimônio histórico e artístico nacional, mais especificamente ao tombamento das arquiteturas de natureza militar, no qual se inclui o Forte São João.

Trata-se de compreender os discursos tecidos nos primeiros anos de atividade no órgão em relação aos bens selecionados, ou seja, compreender o contexto cultural em que se insere a consolidação dessa institucionalização assim como os bens que – considerados patrimônio nacional –, materializaram os ideais intelectuais de construção de uma identidade cultural nacional, forjada durante os anos de 1938 a 1940.

2.2 A questão do patrimônio no Brasil: as primeiras iniciativas

(...) pelo que respeita aos quartéis que pretendem mudar para o Palácio das Torres, obra do Conde Maurício de Nassau, em que os governadores fazem a sua assistência, me lastimo muito que se haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados que em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda mais me lastima que, com ela, se arruinará também uma memória que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania (...) as fábricas em que se incluem as estimáveis circunstâncias (...) são os livros que falam sem que seja necessário lê-los (...); se necessitasse absolutamente, para defesa dessa Praça, que se demolisse o Palácio, e com ele uma memória tão ilustre, paciência, porque esta mesma desgraça têm experimentado outros edifícios igualmente famosos; (...) (RPHAN 10, 1946 apud Rubino, 1991: 25)

⁶¹ Esse conteúdo refere-se às entrevistas e ensaios do diretor que se encontra na publicação: Rodrigo e seus tempos (1986) e Rodrigo e o SPHAN (1987).

Uma das primeiras notícias que se tem referenciada sobre a ‘preservação’/defesa dos monumentos antigos no Brasil, data de meados do século XVIII, na qual D. André de Mello e Castro – Conde de Galveias, Vice-Rei do Estado do Brasil, impedia que o Palácio de Duas Torres, constituído pelo Conde Maurício de Nassau durante a ocupação holandesa em Pernambuco, fosse utilizado por tropas⁶².

Esse exemplo aparece referenciado com frequência nos trabalhos relativos ao campo do patrimônio, sobretudo enquanto primeiro indício de uma dita “consciência preservacionista”⁶³. No entanto, foram através das medidas esporádicas adotadas no século XIX – principalmente após a implantação do Estado Nacional Brasileiro (Regime Imperial) e o projeto cultural do início do século XX, que as ações sistemáticas de preservação do patrimônio se apoiaram e surgiram em um contexto político-estratégico e estatal.

Nesse contexto cultural do século XIX, pode-se citar como exemplo, a criação de alguns museus no âmbito federal, em prol de uma “organização administrativa”, responsável pela guarda e cautela dos objetos de interesse histórico e artístico do país. Segundo Rubino (1991) esses museus eram concebidos, sobretudo, com o objetivo de “criar” uma história para “construir” uma memória nacional coletiva. Sobre essas criações citam-se a do Museu Nacional no Rio de Janeiro em 1818, a do Museu Goeldi em Belém, em 1866 e do Museu Paulista em São Paulo, em 1894⁶⁴.

⁶² Silvana Rubino (1991) em sua dissertação “*As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*”, cita que no período colonial não existiu nenhum projeto de lei que protegesse qualquer bem cultural. Segundo a autora, toda a iniciativa a esse respeito teria ocorrido a partir da Metrópole. Cita como exemplo a carta de Lei que D. João V editou em 1721 com o objetivo de proteger e inventariar os edifícios históricos portugueses. No entanto, tal iniciativa não incluía o Brasil, ou seja, essa iniciativa não atingia as colônias de Portugal. (24)

⁶³ Outras vertentes também podem ser consideradas no processo de formação de uma consciência preservacionista. Pode-se destacar como exemplo o artigo de Pinheiro (2005/2006) que procura enfocar um ponto de vista ainda pouco estudado, o do “surgimento de uma consciência preservacionista no Brasil a partir dos incipientes estudos da arquitetura brasileira”, considerados pela autora, como um dos “primeiros indícios da emergência de preocupações relativas à preservação do patrimônio cultural” (41-68).

⁶⁴ “O edifício em estilo neoclássico que abrigou o Museu do Estado a partir de 1894 não foi inicialmente projetado para essa finalidade; sua concepção inicial destinava-se a ser o Monumento à Independência brasileira, tendo sido construído na colina do Ipiranga, próximo ao lugar onde D. Pedro I teria proferido o famoso ‘grito’, que fez do Brasil um país independente. O Palácio Bezzzi, como ficou conhecido, começou a ser construído em 1885, sendo considerado terminado em 1890, apesar de inacabado por falta de recursos. Em 1892, o edifício tornou-se propriedade do Estado, e finalmente em 1894 tornou-se a nova sede do Museu do Estado, oficialmente batizado Museu Paulista”. (BREFE, Ana Claudia Fonseca. Introdução: Um Museu às

Ainda no século XIX, na segunda metade, projetos culturais de tendência nacionalista eram perceptíveis na literatura, na música e nas artes plásticas, haja vista as obras de Vitor Meireles, Rodolfo Amoedo, Jose de Alencar, Gonçalves Magalhães e outros. Maria de Fátima Morethy Couto (2004) em sua obra sobre a análise das questões que marcaram a introdução da arte abstrata no Brasil dos anos 50 e a retomada da figuração nos 60 lembra que as primeiras décadas do século XX evocaram uma das questões cruciais dos países colonizados: a busca de suas verdadeiras raízes, por sua identidade e afirmação nacional. Nesse contexto a autora cita o século XIX como precursor dessas preocupações, conforme a citação que segue:

Cabe, porém, ressaltar que os primeiros indícios de um projeto cultural mais amplo de tendência nacionalista no Brasil remontam, na realidade, à segunda metade do século XIX, ao período do Segundo Reinado (1840-1889). Preocupado em conferir uma unidade efetiva ao país e em afirmá-lo externamente como uma nação civilizada, Dom Pedro II participou ativamente da vida intelectual de seu Império, freqüentando as reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), custeando o Prêmio de Viagem ao Exterior concedido nas exposições organizadas pela Academia Imperial, deixando-se retratar por seus alunos de maior destaque e financiando os poetas, músicos, pintores e cientistas de seu agrado com o chamado “bolsinho imperial”. Artistas e escritores, sob a impulsão do Romantismo europeu e fortemente encorajados pelo imperador, engajaram-se então na descoberta da “essência brasileira”, dispostos a “inventariar o que deveriam ser as originalidades locais” e formular um imaginário coletivo para a jovem nação. Visando reconstruir, através da arte, um passado idealizado, buscaram inspiração nos elementos primitivos da terra, ou ainda, nos acontecimentos marcantes da história política do Brasil, ignorando expressamente, porém, a contribuição dos negros e os efeitos nefastos da escravatura (...) o índio, foi aclamado como arquétipo dos valores nacionais por poetas e escritores do movimento indianista (...) por exemplo, José de Alencar narra o “encontro que deu início a nossa nacionalidade” (...) no campo da crítica de arte, a legitimação teórica dessa “inflexão cultural nativista” foi dada especialmente por Manoel de Araújo Porto Alegre. (Couto, 2004: 23-24)

O Brasil no século XIX e nos primeiros anos do século XX foi marcado por inúmeros fatores que fizeram despertar o sentimento de afirmação nacional, inicialmente no campo literário e artístico, e posteriormente no plano científico, acadêmico e tecnológico adentrando inclusive às ações estatais.

margens do Ipiranga. In: *O Museu Paulista. Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005, p: 20-21).

Sobre esse ‘estado’ pode-se tomar como exemplo uma das crônicas do escritor Manuel Bandeira publicada no jornal “*A Província*” do Recife de 04 de janeiro de 1930. Bandeira advertia aos seus leitores sobre os impactos causados pela guerra de 1914 que provocou em todo o mundo o reviver de um sentimento nacional, já esquecido por décadas com a propaganda socialista ativa. Ressaltava ainda que o movimento nacionalista assumiu naturalmente as formas de patriotismo mais agressivo, e nos países mais remotamente interessados, como foi o caso do Brasil, o sentimento nativista exprimiu-se nas artes como volta aos assuntos nacionais. (Bandeira, 2006:83)⁶⁵

Essas ações encontradas na literatura sobre o contexto cultural da segunda metade do século XIX são extremamente relevantes para uma compreensão mais ampla do sentido de identidade nacional. No entanto, são as primeiras décadas do século XX de particular interesse para essa pesquisa⁶⁶.

Trata-se, portanto, da concretização das ações de proteção do patrimônio nacional, principalmente pela participação de intelectuais e do Estado na efetivação desse projeto, no período conhecido como modernismo.

Carlos Alberto Martins (1992) ressalta que o movimento modernista brasileiro foi interrogar o passado, a tradição, em busca de elementos para construir uma imagem que desse

⁶⁵ Sobre a natureza dessas crônicas cita-se o seguinte trecho do prefácio: “A maioria destes artigos de jornal foram escritos às pressas para *A Província* do Recife, *Diário Nacional* de São Paulo e o Estado de Minas de Belo Horizonte. Eram crônicas de um provinciano para a província. Aliás, este mesmo Rio de Janeiro de nós todos não guarda, até hoje, uma alma de província? O Brasil todo é ainda província. Deus conserve assim por muitos anos!” Bandeira, Manuel. (1886-1968) *Crônicas da província do Brasil*: Manuel Bandeira. Organização, posfácio de notas: Júlio Costanón Guimarães. 2ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006, 320 pp.

⁶⁶ Cabe ressaltar outras tentativas que surgiram anteriormente à criação do órgão oficial de preservação. O final dos anos 20 e início dos 30 foram marcados por iniciativas como a da formação de uma comissão nomeada por Minas Gerais em 1925, cujo objetivo era propor medidas de defesa dos monumentos históricos do estado com apresentação de um anteprojeto de lei federal de proteção do patrimônio. Entretanto, tal iniciativa também não foi aprovada.

Observou-se ainda, que nos anos seguintes inúmeros órgãos estaduais foram instituídos, a saber: 1926 com a criação da Inspetoria Estadual de Monumentos de Minas Gerais, 1927 com a Inspetoria Estadual de Monumentos da Bahia e 1928, com a criação da Inspetoria Estadual de Monumentos de Pernambuco. Só em 1933, “é que, elevando a cidade de Ouro Preto a monumento nacional, por meio do Decreto nº. 22.928, de 12 de julho, o Governo Provisório promulgou a primeira lei federal no sentido da preservação do patrimônio de arte e de história do país”.

Um ano mais tarde, em 1934, atribui-se a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, como o primeiro órgão federal de proteção “a fim de conservar os imóveis públicos ou particulares, que de um ponto de vista da história ou da arte, revistam um interesse nacional”⁶⁶. No entanto, essa instituição teve uma atuação restrita, sendo desativada em 1937, em virtude da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

sentido ao Brasil moderno. Logo, a busca por uma identidade nacional – tão citada neste momento, deve ser analisada como projeto e não como origem, cujo intuito é a transformação do território em nação.

Deste modo, refletir sobre a construção do campo do patrimônio cultural no Brasil através da institucionalização dessa prática é pensar em tradição e modernidade – modernidade por sua vez, no sentido do modernismo – que passou a orientar um novo olhar para dentro do país, uma arte e literatura que exprimissem a sociedade (Nogueira, 2002), e tradição que buscará no passado ou nos mitos fundadores (de maneira simbólica e até mesmo metafórica), os elementos constitutivos da identidade nacional, sempre aliados à questão da brasilidade.

2.2.1 A institucionalização do patrimônio: sobre a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN

O despertar do sentimento nacional é sem dúvida intrínseco ao chamado movimento moderno e a constituição de um Estado-nação. São os ideais de construção de uma identidade, de uma memória e de uma tradição coletiva que materializou e legitimou a idéia de nação.

O patrimônio representou, então, a afirmação do Estado-nação, onde se buscavam as raízes e singularidades da cultura brasileira por meio do estabelecimento de uma “pesquisa consciente e sistemática da brasilidade” (Couto, 2004:29), visando a “fabricação de uma matéria-prima” exclusivamente nacional. Ademais, essa necessidade de construir um novo olhar sobre o Brasil surgiria de um pequeno grupo de intelectuais a partir de seu contato com a produção cultural da vanguarda européia. (Martins, 1992).

Num primeiro tempo (1917-1924) é nítida aquela aventura modernista. O contato com as vanguardas européias estimulou o espírito dos vanguardistas Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Sérgio Milliet, Victor Brecheret, Vila-Lobos, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de

Holanda, Prudente de Moraes Netto, entre outros, na atualização das artes. Com exceção de Mário, que nunca saiu do país, Paris era o destino da maioria. (Nogueira, 2002: 32)

Segundo Nogueira (2002) a estetização do cotidiano proposto pelo futurismo, cubismo, expressionismo, surrealismo, primitivismo entre outros, possibilitou a realização de um projeto modernizador entendido como um processo de atualização da produção cultural. O movimento modernista, portanto, representou-se como um pronunciador, preparador e, por muitas partes, criador de um estado de espírito nacional.

Inúmeras causas internacionais contribuíram para o desenvolvimento dessa consciência. Os progressos internos da técnica e da educação exigiram não só a criação de um novo espírito como também da verificação e remodelação da inteligência nacional. (Nogueira, 2002). O projeto de modernização do Brasil nas primeiras décadas do século XX contou também com a institucionalização da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, um dos idealizadores do projeto de organização de um serviço federal de preservação, enfatizou para um jornal do Rio de Janeiro, em 1936, a relevância da iniciativa. Segundo ele, a proteção do patrimônio era um dever cumprido por todas as nações “civilizadas” do mundo. Se a nação brasileira falhasse no cumprimento desse dever, ela seria condenada não somente pelas gerações futuras de brasileiros, mas, também pela “opinião do mundo civilizado”. (Gonçalves, 2002:47)

Gonçalves (2002) cita que as chamadas “práticas culturais” de preservação histórica estiveram ligadas a uma concepção moderna de história na qual tais práticas aparecem como um processo inexorável de destruição, onde valores, instituições e objetos associados a uma cultura, tradição, identidade ou memória nacional tendem a perder-se.

Assim também são os discursos e campanha tecida nos primeiros anos de consolidação do órgão federal de preservação no Brasil. Percebe-se nos documentos que os discursos que

justificavam a criação do órgão e a atuação desse grupo de intelectuais pautavam-se na necessidade emergencial de “salvar o patrimônio histórico artístico” que estava sendo destruído, assim como a ascensão do país no panorama das sociedades “modernas e civilizadas”.

Inserir então o Brasil no *rol* das nações civilizadas contou, não só, com pequenas iniciativas de grupos de intelectuais ativos neste momento, mas, sobretudo, com a efetiva participação do Estado em um duplo ideal – a construção de uma tradição e de uma modernidade.

Em suma, o rompimento e abandono de princípios e técnicas, assim como os anseios por uma nova linguagem visual – sob a ótica do chamado movimento modernista (na arquitetura, nas artes visuais, na literatura, entre outros campos), estiveram aliados ao sentimento nacional de “construção de uma tradição brasileira autêntica”, posto num amplo e sistemático projeto cultural com a instauração do Estado Novo⁶⁷.

Esta união, por sua vez, é uma peculiaridade da formação do campo do patrimônio no Brasil. Aliás, a união e a organização deste projeto só foram possíveis mediante ascensão de Gustavo Capanema⁶⁸ no Ministério da Educação e Saúde – politicamente forte no governo getulista – cuja identificação intelectual se deu com vários escritores modernistas. Sobre essa identificação, cita-se a expressiva participação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos

⁶⁷ Em 1930 ocorreu um golpe de Estado conhecido como a Revolução de 1930, com a qual Getúlio Vargas assumiu como presidente provisoriamente sob um governo autoritário. Em 1934 o Estado de exceção foi finalizado com a promulgação da nova Constituição. A nova Constituição, elaborada por uma Assembléia Nacional Constituinte, introduziu no país uma nova ordem jurídico-política que consagrava a democracia (...) mas a Constituição durou pouco. Três anos depois, antes mesmo que a primeira eleição que elegeria o novo presidente se realizasse, Getúlio Vargas deu um golpe para manter-se no poder e instaurou uma ditadura, conhecida como Estado Novo. Assim, em 10 de novembro de 1937, foi outorgada uma nova Constituição, idealizada e redigida pelo ministro da Justiça, Francisco Campos (...) O Estado Novo parece ter nascido, vivido e morrido sob a égide das transformações mundiais.

(http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/EstadoNovo.htm, consulta realiza no dia 10/02/2008)

Getúlio Vargas, ao assumir o poder, ansiava uma ampla renovação política, econômica e cultural. Esse anseio reflete-se pela criação, por exemplo, do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, tendo como preceito uma “ação voltada para o futuro e a formação do novo homem brasileiro” (Cavalcanti, 1993:65).

⁶⁸ Gustavo Capanema Filho (1900-1985). Advogado formado na Faculdade de Minas Gerais. Sua gestão no ministério (1934 a 1945) foi marcada pela centralização, a nível federal, das iniciativas no campo da educação e saúde pública no Brasil. Outra importante iniciativa do ministério foi a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Capanema buscou como ministro, estabelecer um bom relacionamento com os intelectuais brasileiros, tendo sido auxiliado nessa tarefa pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete. (Consulta aos Arquivos Digitais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea – CPDOC/FGV, acessado em 16 de janeiro de 2009).

Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Mário de Andrade, entre outros intelectuais respeitados e bastante eruditos na época.

Em princípio de 1936, o então Ministro Sr. Gustavo Capanema solicitou ao Sr. Mário de Andrade (diretor do Departamento de Cultura de São Paulo) a elaboração de um anteprojeto que atendesse as necessidades previstas para organização de um serviço de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Ainda que inúmeras iniciativas tenham tornado-se pioneiras na consolidação desse campo e na elaboração jurídica dessas preocupações (*vide anexo 2*), “pode-se afirmar categoricamente que esse foi o momento fundador de um discurso sobre o patrimônio, assim como da institucionalização de uma prática preservacionista em consonância com a política vigente” (Nogueira, 2002: 189-190)

Nogueira (2002) refere-se à elaboração do anteprojeto de Mário de Andrade como fundação inicial para a institucionalização de um discurso. Nesse sentido, o anteprojeto foi reflexo das idéias nacionalistas geradas nos anos 20 e 30 e expressadas em um movimento de reinvenção do passado nacional.

Apesar do empenho de Mário de Andrade na tarefa de elaboração do anteprojeto, o Ministro Gustavo Capanema considerou que seria inadequado apresentar um projeto de lei definitivo sem um estudo maior, pautado em uma experiência técnico-administrativa (*vide anexo 2*). Desta forma, considerando pertinente como ponto de partida o anteprojeto e a necessidade da experiência, Capanema solicitou ao Sr. Presidente da República a autorização para dar início as atividades do SPHAN. Foi então em 19 de abril de 1936 que os trabalhos no serviço foram iniciados e integraram-se oficialmente a estrutura do MES em janeiro de 1937, com a lei nº. 378.

O SPHAN, inicialmente contou somente com duas divisões: a Divisão de Estudos e Tombamento (DET) formada pela Seção de Arte, Seção de História e Arquivo Central e pela Divisão de Conservação e Restauração (DCR). Somente em 21 de janeiro de 1946, por meio

do Decreto-lei nº 8.534 que transformou o SPHAN em DPHAN⁶⁹, que a estrutura foi modificada e conseqüentemente ampliada⁷⁰.

Esse espaço de consolidação inicial do serviço deveu-se, fundamentalmente, à atuação do advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade (no qual lhe foi confiada a direção do serviço e onde permaneceu durante trinta anos, 1937-1967), às contribuições do escritor Mário de Andrade (integrante do grupo paulista, idealizador do anteprojeto e representante técnico da instituição em São Paulo), do arquiteto Lúcio Costa (principal autoridade técnica e chefe da DET), de Carlos Drummond de Andrade (organizador do Arquivo e responsável pela Seção de História) entre outros⁷¹, sobretudo os arquitetos.

A criação oficial do SPHAN advém, portanto, da chamada “modernização” do país, do estabelecimento do Estado Novo e também da promulgação do Decreto-lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937, que definiu a constituição do patrimônio histórico e artístico nacional, conforme dispostos no Capítulo I, art. 1º e § 1º e 2º, bem como a sua forma de proteção através do tombamento (*vide anexo 1*).

“O procedimento legal por meio do qual os bens culturais são apropriados ou oficialmente reconhecidos como “patrimônio” é o chamado “tombamento” (o correspondente ao termo *registration*, em inglês, e ao termo *classement*, em francês). (Gonçalves, 2002: 65)

⁶⁹ Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁷⁰ O Decreto-Lei nº 20.303, de 02/01/1946, manteve o órgão como subordinado direto do Ministério da Educação e Saúde. Sua estrutura passou a consistir de: Gabinete do Diretor-Geral, Divisão de Estudos e Tombamento, Divisão de Conservação e Restauração, Distritos, Serviço Auxiliar, Museu da Inconfidência, Museu das Missões e Museu do Ouro. Sua competência, definida pelo mesmo decreto, era de inventariar, classificar, tomba e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país; catalogar sistematicamente e proteger os arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessassem à história nacional e à história da arte no Brasil; tomar medidas que tivessem por objetivo o enriquecimento do patrimônio histórico e artístico nacional; proteger os bens tombados na conformidade do Decreto-lei nº 25, de 1937 e, bem assim, fiscalizar os mesmos, extensivamente ao comércio de antiguidades e de obras de arte tradicional do país, para os fins estabelecidos no citado decreto-lei; coordenar e orientar as atividades dos museus de arte, história, etnografia e arqueologia; realizar exposições temporárias de obras de valor artístico, assim como publicações e quaisquer outros empreendimentos que visassem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. (Levantamento descritivo do IPHAN realizado pela Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN)

⁷¹ Nos primeiros do SPHAN, Rodrigo contou com a colaboração de Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Leão, Paulo Tedim Barreto, Heloísa Alberto Torres, Luís Jardim, José de Sousa Reis, Lúcio Costa, Dom Clemente da Silva Nigra, Francisco Marques dos Santos, Edgar Jacinto da Silva, Renato Soeiro, Gustavo Barroso, Osvaldo Teixeira, Afirton de Almeida Carvalho, Rafael Carneiro da Rocha, Afonso Arinos de Melo Franco, Edgar Roquete Pinto, Pedro Correia de Araújo, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freire, Godofredo Filho, Francisco Agenor de Noronha Santos, Aníbal Fernandes, Augusto Meyer, Joaquim Cardoso, Alcides da Rocha Miranda, Hanna Levy, Vinícius de Moraes, Celso Cunha, Artur César Ferreira Reis, Sérgio Buarque de Holanda e outros (In: *Rodrigo e seus tempos. Coletânea de textos sobre artes e letras*. Rio de Janeiro: MinC; Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p: 21)

A proteção do patrimônio nacional através do tombamento surgia como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade privada e da defesa do interesse público pela preservação dos valores culturais⁷², ou como o diretor Rodrigo costumava proclamar, “em defesa das peças mais caras à tradição e à arte do país” (Andrade, 1987:24). Ou seja, um instrumento jurídico “elaborado por alguém com larga experiência jurídica como Rodrigo, estava voltado basicamente para garantir ao órgão que surgia, os meios legais para a sua atuação num campo extremamente complexo: a questão da propriedade. (Fonseca, 2005: 104)

Cabe ressaltar que os esforços jurídicos no Brasil relativos à preservação dos bens culturais permeiam a constituição desde 1934. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934, elaborada pela Assembléia Nacional Constituinte, ampliou os poderes da União, a citar o próprio princípio federalista que norteou a presente legislação e os novos capítulos referentes à ordem econômica e social. Como exemplo disso, menciona-se o art. 113⁷³, que pela primeira vez no ordenamento jurídico brasileiro dá espaço ao interesse social e coletivo em detrimento da propriedade privada.

Outrossim, atenta-se também para a relevância dessa Constituição que insere a Cultura no âmbito dos encargos públicos estatais, atribuindo responsabilidade à União, Estados e aos Municípios⁷⁴. Todavia, mesmo com a referência à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, incorporada na Constituição de 1934, não se conceitua tampouco se cria

⁷² Maria Cecília Londres Fonseca em sua obra sobre a trajetória da política federal de preservação no Brasil ressalta ainda que essa solução do tombamento foi sem dúvida uma solução considerada bem sucedida do ponto de vista legal, cuja legitimação social era uma conquista ainda a ser feita. E que por sua vez seria alcançada pela fixação de um padrão ético de trabalho do diretor Rodrigo Mello Franco de Andrade associado aos rigorosos e modernos critérios científicos e à cuidadosa escolha dos seus colaboradores.

Era então a imagem de uma instituição coesa, desvinculada de interesses político-partidários e totalmente voltada ao “interesse político” (105).

⁷³ Art. 113 – A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes (...)

17) É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior.

⁷⁴ Art. 148 – Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

meios de proteção através dessa Carta Magna. É somente em 1937, quando outorgada uma nova Constituição e promulgado o Decreto-lei nº. 25 que se definiu o patrimônio e a sua forma de proteção por meio do tombamento.

O tombamento consiste em um ato administrativo e refere-se à inscrição de bens materiais – sejam eles móveis ou imóveis – em um dos Livros do Tombo com o objetivo de conservar e proteger o bem cultural. Castro (1991) ressalta a diferença entre a preservação e o tombamento, cujos conceitos acabam sendo utilizados muitas vezes como sinônimos, no entanto, a diferença está no efeito no campo jurídico.

Para a autora, preservação é o conceito genérico e que pode ser compreendido como “toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação” (Castro, 1991:05). Já o tombamento é uma das formas legais de proteção que requer a elaboração de um processo administrativo e um órgão que reconheça e atribua esses valores, neste caso o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (anteriormente SPHAN).

Nesse sentido, os processos de tombamento representam uma importante ferramenta documental, onde disputas, critérios e decisões foram registrados. Rubino (1991 e 1992) considera que cada tombamento é uma construção – de significado, de história, mito e passado. Considera ainda que os processos de tombamentos assim como os bens selecionados para o recebimento dessa chancela/cautela representam o ponto nodal da trajetória da instituição na construção do campo de patrimônio cultural nacional.

Nos primeiros anos de atuação do SPHAN a justificativa que ancorava as primeiras ações era a da “realização geral do tombamento dos monumentos a fim de evitar a evasão e a destruição das obras, objetos de arte e de história, dignos de nossa tradição e apreço”, conforme justificativa dada por Rodrigo no jornal *Diário da Noite* do Rio de Janeiro, em 1936. (Andrade, 1987:24).

De fato é perceptível um intenso número de tombamentos registrados no primeiro ano de atuação do SPHAN (*gráfico 1 e 2, vide apêndice*). Duzentos e trinta e cinco bens foram tombados no ano de 1938, em 10 estados brasileiros, a saber: 55 no estado da Bahia, 26 no estado de Minas Gerais, 11 no estado da Paraíba, 06 no estado do Paraná, 37 no estado de Pernambuco, 02 no estado do Piauí, 82 no estado do Rio de Janeiro, 08 no estado do Rio Grande de Sul, 04 no estado de Santa Catarina e 04 no estado de São Paulo (*gráfico 3, vide apêndice*).

No que tange aos outros anos que será feito vistas aos processos de arquitetura militar, têm-se os seguintes dados: 46 bens tombados no ano de 1939 e 19 no ano de 1940⁷⁵. E além dos estados contemplados no ano de 1938 aparece a presença do Espírito Santo e do Pará (*gráfico 4 e 5, vide apêndice*).

Durante a primeira gestão do SPHAN (1937-1967), verifica-se o tombamento de 698 bens. Ou seja, a primeira ação de tombamento, realizado no ano de 1938 equivale a 33% dos bens tombados ao longo dos trinta anos de gestão de Rodrigo M. F. de Andrade.

A estratégica ação de tomar um número elevado de bens no ano de 1938 assegura algumas afirmativas levantadas anteriormente, tais como, uma ação imediata a fim de impedir a destruição e evasão das obras relevantes para a arte e para história nacional, bem como a ascensão do país no panorama das sociedades “modernas e civilizadas”, quase que como uma medida emergencial.

Os processos de tombamento sem dúvida representam uma importante ferramenta documental para análise do patrimônio histórico e artístico nacional. No entanto, nas primeiras décadas do SPHAN⁷⁶, poucas informações (ou quase nenhuma) aparecem nos processos, e raramente dizem sobre a justificativa da escolha do bem a ser tombado.

⁷⁵ Ano de tombamento do Forte em estudo nessa dissertação.

⁷⁶ Mais especificamente até os anos 70, salvo algumas exceções

Todavia, o SPHAN “caracterizou-se por ser não apenas uma instituição de preservação histórica, mas também uma instituição de pesquisa na área de história da arte e da arquitetura brasileira. Desse modo, desempenhou um importante papel na institucionalização dessas disciplinas (...)” (Gonçalves, 2002: 67-68).

Isso deve-se à importância das pesquisas que eram realizadas desde os primeiros anos, garantindo uma função legitimadora dos discursos e propósitos institucionais através de sistemática publicação da Revista do SPHAN⁷⁷ (amplamente conhecida como a Revista do Patrimônio).

O “Programa”⁷⁸ da revista, anunciado por Rodrigo em 1937, foi parte integrante das atribuições do serviço, sobretudo por se tratar de uma instituição com a finalidade eminentemente cultural, segundo o próprio diretor. Os assuntos abordados, especialmente nos primeiros números, relacionavam-se com as atividades em desenvolvimento no órgão, desempenhando o caráter legitimador de um conhecimento especializado que se constituía.

Esta afirmativa refere-se ao fato de que esse tipo de conhecimento especializado acerca dos valores da arte e da arquitetura no Brasil ainda era bastante escasso, e o que existia estava disperso em folhetos, jornais e revistas⁷⁹.

⁷⁷ Assim, a organização da revista como fruto das investigações e dos ideais do órgão, representava um novo gênero de literatura, haja vista que frente à movimentação do início do século, sobretudo com o movimento moderno, os atuais periódicos difundiam principalmente os ideais da “nova estética” no campo das artes plásticas e da literatura, como a revista *Klaxon* (lançada na cidade de São Paulo, em 1922, com aspectos gráficos de origem futurista e sob a liderança de Mário de Andrade), a revista *Estética* (Rio de Janeiro, setembro de 1924 a março 1925, fundada por Sérgio Buarque de Holanda e Prudente Moraes Neto) e ainda incentivando o aparecimento de outras como a *Novíssima* (São Paulo e Rio de Janeiro), *Terra Roxa* e *Outras Terras* (São Paulo).

⁷⁸ A publicação desta revista não é uma iniciativa de propaganda do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujas atividades, por serem ainda muito modestas e limitadas, não justificariam tão cedo a impressão dispendiosa de um volume exclusivamente para registrá-las. O objetivo visado aqui consiste antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores de arte e história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo. [...] ninguém contestará, no entanto, que há necessidade de uma ação sistemática e continuada com o objetivo de dilatar e tornar mais seguro e apurado o conhecimento dos valores da arte e de história no país. A tendência entre nós, quando se trata desses assuntos, é descambar para um gênero de literatura impróprio para o estudo objetivo das questões que há a esclarecer. Essa balda pouco apreciável nos tem feito perder um tempo precioso, que cumpre recuperar. ANDRADE, R. M. F., “Programa”, In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 01, 1937, p.03.

⁷⁹ No século XIX, mesmo com o ambiente de “desamor” à arquitetura colonial, alguns estudos podem ser apontados, porém, estes representavam muitas vezes o histórico de algumas construções ou dados biográficos de determinados artistas, como por exemplo, o artigo de Rodrigo Bretas – *Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa* na Revista do Arquivo Público Mineiro (Ouro Preto/1896), a publicação de Jean Baptiste Debret – *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (1834-1839)⁷⁹, os artigos do IHGB⁷⁹, dentre eles o do “fundador” da história da arte brasileira, Manuel de Araújo Porto-Alegre sob o título *Memória sobre a antiga escola fluminense de pintura* (Rio de Janeiro/1841), Araújo Viana (Ernesto da Cunha) – *Das artes plásticas no Brasil em geral e no Rio de Janeiro em particular* (Rio de Janeiro/1898) entre outros.

Outras atividades também são citadas no âmbito desse “programa institucional de Rodrigo”, desenvolvidas também desde os primeiros anos de atuação do serviço, a saber i. proceder ao inventário geral e sistemático dos bens de interesse histórico e artístico no país a fim de servir como base para os tombamentos; ii. os trabalhos de reparação, conservação e restauração dos monumentos; iii. o auxílio aos museus nacionais bem como a organização de novos; iv. a conservação de manuscritos; v. as publicações do serviço; vi. a realização de exposições; vii. a articulação das pesquisas e, viii. a organização de uma biblioteca especializada. (Relatórios de Atividades do SPHAN, 1936-1940, grifo nosso)⁸⁰

A organização dessas atividades demonstraram o objetivo em empreender um “programa de preservação”, cujo conjunto da documentação que se encontra nos arquivos da instituição possibilita uma compreensão mais ampla dessa trajetória institucional.

Portanto, é esse leque de informações (sobretudo no que tange às ações desenvolvidas no período estudado) que será articulado e analisado para compreender os valores atribuídos e justificáveis para o tombamento federal.

2.2.2 As construções fortificadas no SPHAN: *vista aos processos de tombamento (1938-1940)*

Conforme apresentado anteriormente, o tombamento “surgia como uma das formas legais de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais” (Fonseca, 2005: 105). E coube a Constituição de 1934 o aparelhamento jurídico referente ao patrimônio, baseada na limitação ao direito de propriedade, uma vez que esta levava em conta o interesse coletivo, constituído dentre outros, pelo interesse cultural.

⁸⁰ Documentação localizada no Arquivo Noronha Santos, Série: Arquivo Técnico e Administrativo, Sub-Série: Relatório, Título: Atividades do SPHAN (1936-1937).

José Celso de Mello Filho afirma que o tombamento é o “meio posto à disposição do Poder Público para a efetiva tutela do patrimônio cultural e natural do País”. Segundo ele, é por meio do tombamento que o Poder Público cumpre a obrigação constitucional de proteger os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas. (Filho apud Castro, 1991:05)

Em termos jurídicos o ato administrativo do tombamento⁸¹ tem como finalidade a conservação da coisa que, embora “apropriável” carrega o valor cultural do objeto protegido. Segundo Castro (1991), o bem⁸², objeto de proteção, está materializado na coisa, mas não é a coisa em si: “é o seu significado simbólico, traduzido pelo valor cultural que ela representa”. Dessa forma o tombamento recai sobre os bens materiais somente, sejam eles móveis ou imóveis, entretanto visa preservar valores não econômicos e sim histórico-sociais. Por outro lado, em termos econômicos, ao garantir ao proprietário não só o uso como a posse do bem material, o instituto do tombamento dispensa, para a finalidade de preservação, a onerosa e praticamente inviável figura de desapropriação.

No tocante à questão normativa, percebe-se que o Decreto-lei 25 recorrentemente é citado como um importante e avançado instrumento utilizado pelo IPHAN, desde 1937. Ademais, as cartas, os ofícios, os memorandos, os pareceres entre outros documentos que compõem os processos, constituem o “corpo conceitual” desse aparelho, apresentando-se através de argumentações, justificativas, contestações e demais informações circunscritas ao bem.

Foram selecionados para análise vinte e cinco processos de tombamento das construções fortificadas, entre o primeiro ano de atuação até o ano de tombamento do Forte estudado. Sendo eles: *Fortaleza do Morro de São Paulo* (Cairu/BA); *Forte de São Lourenço* (Itaparica/BA); *Forte de Paraguassu* (Maragogipe/BA); *Forte da Gamboa* (Salvador/BA);

⁸¹ O Decreto-lei 25/37 previu, dentre outras coisas, o órgão do Executivo que terá a competência para escolher e julgar o valor de determinado bem, tratando-se, portanto, de ato do Executivo.

⁸² Bens, no seu sentido jurídico, podem ser imateriais, não econômicos, não integrando o patrimônio individual.

Forte de Santa Maria (Salvador/BA); *Forte de Santo Antônio da Barra* (Salvador/BA); *Forte de São Marcelo* (Salvador/BA); *Fortaleza de Santa Catarina* (Cabedelo/PB); *Forte Velho: ruínas* (Cabedelo/PB); *Forte Orange* (Itamaracá/PE); *Forte do Pau Amarelo* (Paulista/PE); *Forte das Cinco Pontas* (Recife/PE); *Forte do Brum* (Recife/PE); *Fortaleza da Ilha do Mel* (Paranaguá/PR); *Forte de Gragoatá* (Niterói/RJ); *Fortaleza da Conceição* (Rio de Janeiro/RJ); *Fortaleza de São João: portão* (Rio de Janeiro/RJ); *Forte de Caetano Madeira* (Rio de Janeiro/RJ); *Forte de Caçapava* (Caçapava do Sul/RS); *Fortaleza de Santana* (Florianópolis/SC); *Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés* (Florianópolis/SC); *Fortaleza de São Jose da Ponta Grossa* (Florianópolis/SC); *Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim* (Governador Celso Ramos/SC); *Fortaleza de Santa Cruz* (Niterói/RJ) e *Forte de São Tiago* ou *Forte de São João* (Bertioga/SP).

No que tange ao conteúdo dos processos (*vide apêndice 2*) foram selecionadas como informações relevantes para essa pesquisa os seguintes itens: número do processo (que identifica o ano de abertura do processo), ano/data do tombamento (quando constante as certidões de tombamento), as correspondências, ofícios, artigos, possíveis documentos de abertura do processo (para verificação do solicitante), certidão do tombamento para verificação dos livros, folhas, datas e caráter do tombamento.

Desses processos, 23 foram abertos e inscritos no ano de 1938, 1 no ano de 1939 e 1 no ano de 1940. Esses bens representam as seguintes estatísticas na totalidade de tombamento dos anos analisados: em 1938: 235 bens foram tombados sendo 23 de arquitetura militar, o correspondente a 11% da totalidade de tombamento no primeiro ano de atuação do órgão. Em 1939: 46 bens foram tombados sendo 1 de arquitetura militar e, em 1940: 19 bens foram tombados sendo 1 de arquitetura militar. (*vide apêndice 1*)

Ainda sobre os dados quantitativos, das 25 fortificações tombadas, 07 estão no estado da Bahia, 02 no estado da Paraíba, 04 no estado de Pernambuco, 01 no estado do Paraná, 05

no estado do Rio de Janeiro, 04 no estado de Santa Catarina, 01 no estado do Rio Grande do Sul e 01 no estado de São Paulo (o Forte São João).

Dos 25 processos vistos, 22 fortificações foram inscritas em dois Livros de Tombo concomitantemente, no de Belas Artes e no Histórico. Dois foram inscritos somente no Livro Histórico (Forte Caetano Madeira e Forte Velho: ruínas) e 1 somente no de Belas Artes (Forte de Caçapava).

Nenhum dos processos possui uma justificativa pertinente quanto ao valor atribuído ao do bem para fins de tombamento. Em alguns casos, como do Forte São João, cita-se a necessidade emergencial de obras para conservação e/ou restauração.

Os documentos localizados nos processos, em sua maioria, tratam de questões “administrativas” se assim podemos considerar, como por exemplo, os ofícios encaminhados aos proprietários informando a abertura do processo, a anuência dos mesmos e a solicitação de inscrição. E mais, todos os processos são de caráter de *ex-officio* (conforme já previsto no Art. 5º, do II Capítulo do Decreto-lei nº 25).

Coincidentemente, ou não, são os estados com maior número de tombamento no ano de 1938 que também possuem o maior número de construções fortificadas tombadas, como por exemplo, os estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. E todas, representativas do sistema defensivo da costa litorânea do período colonial brasileiro.

2.2.3 O Forte São João: para além das questões contidas no seu processo de tombamento

Rio de Janeiro, 05 de abril de 1937

Meu caro Mário:

(...)

Esta carta, porém, tem sobretudo o fim de lhe submeter uma consulta: quem é que v. me aconselha contractar para delegado do SPHAN, em São Paulo?

O Presidente da República já me autorizou o contracto de um assistente tecnico para iniciar o tombamento nesse Estado, a partir de maio próximo, com os vencimentos de 1.500\$000 mensaes. Preciso, portanto, escolher desde logo o representante do Serviço ahi, devendo de preferênciã a escolha recair sobre um architecto ou amator de

arquitetura, uma vez que o tombamento terá de se iniciar em todo Brasil pelas obras de architecture. Todavia convirá que o escolhido tenha certo conhecimento de artes plasticas em geral, pois será bom que, simultaneamente, prepare o tombamento de obras de outra natureza. Quem é que v. me indica? Peço-lhe (...) resposta com a maior urgência.

Abraço apertado do (*Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade à Mário de Andrade, 1937*)⁸³

Em carta a Mário de Andrade, sete meses anteriores à criação oficial do SPHAN, Rodrigo já anunciava a necessidade da sistematização regional dos trabalhos com a representação do órgão em alguns estados brasileiros. Isso se deve, principalmente, pelo cumprimento de uma das atribuições primordiais da instituição nos primeiros anos: identificar e tomar os bens de valor nacional, inicialmente pelas obras de arquitetura.

Em resposta a Rodrigo, Mário comenta a dificuldade em indicar um profissional para tal cargo, mas cita a possibilidade da vaga ser ocupada por um jovem estudante de engenharia que ele conhecia. Segundo Mário, Luiz Saia era um rapaz bastante inteligente e dedicado à arquitetura tradicional, não passadista (*vide Anexo 3, 06/04/37*).

Porém, Luiz Saia ainda era um jovem estudante, o que fez com que o escritor e homem público de São Paulo – Mário de Andrade, aceitasse o convite de Rodrigo para ocupar o cargo de *Assistente Técnico* na Sexta Região do SPHAN, na cidade de São Paulo (*vide Anexo 3, 13/04/37*).

Durante os anos de 1937 e 1938⁸⁴, Mário esteve à frente do cargo e contou com a participação do historiador Nuto Sant’Ana e do então estudante de engenharia Luiz Saia. Esses, segundo o escritor, foram os dois principais colaboradores para primeiras pesquisas e levantamentos do patrimônio histórico e artístico do estado de São Paulo.

⁸³ Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Mário de Andrade, localizada no Arquivo Noronha Santos/RJ. Série: Arquivo Técnico e Administrativo; Sub-série: Relatório; Título: Atividades do SPHAN (1936-1937)

⁸⁴ Em 1938, como consequência da política imposta pelo Estado Novo, é obrigado a deixar a diretoria do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde continua ligado do SPHAN. Ao voltar para São Paulo, em 1941, permanece como colaborador do Serviço, incumbido por Rodrigo de realizar leitura e fichamento sistemático de Testamentos e Inventários existentes naquele Estado, para registro de nomes de artistas que ali houvessem trabalhado no período colonial. (In: *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981, pag. 21)

Como já alertado por Rodrigo, nos primeiros anos de atuação do órgão era preciso proceder ao “inventário geral e sistemático dos bens de interesse histórico e artístico para servir de base para os tombamentos” e, para isso, Mário considerou que seria preciso organizar um plano de viagens.

Desse modo, Mário de Andrade dividiu o Estado de São Paulo em zonas vastas e principais, a saber: o Vale do Paraíba, o caminho do Tietê, o Litoral Sul, Litoral Norte, São Paulo e arredores. O plano de viagem deveria ser executado de carro, uma vez que segundo ele, de trem se perderiam as coisas mais importantes que se encontravam nas terras paulistas. Mário afirma que era principalmente nos vilarejos e no meio dos caminhos que se encontravam as coisas mais valiosas, sob os dois pontos de vista que mais interessavam: da história e da arte (*vide Anexo 3, 13/04/37*).

Para esse “recenseamento” (expressão utilizada por Mário nas cartas trocadas com Rodrigo, e que pode ser considerada a idéia de inventário, no sentido de levantamento) o recurso utilizado foi a fotografia⁸⁵. Segundo Mário, além dos auxiliares de pesquisa, era preciso utilizar os serviços de um fotógrafo profissional para que os lugares e os bens fossem documentalmente registrados, ou seja, utilizar o recurso técnico da fotografia como o instrumento e a metodologia do recenseamento geral executado no estado de São Paulo desde 1937. (*vide Anexo 3, 13/04/37*).

Ainda sobre o recenseamento, Mário atentava Rodrigo sobre o problema geral que encontrava em São Paulo, conforme trecho dessa carta:

S.Paulo 13-IV-37

Rodrigo,

(...)

E há o problema geral de S. Paulo. Você entenderá comigo que não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal. A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica e estética. Recensar e futuramente tomar o pouco que nos resta seiscentista e

⁸⁵ O principal fotógrafo do SPHAN de e no Estado de São Paulo foi Germano Graeser.

setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mais do que beleza propriamente (esta quase não existe) tombar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características ou mais originais. Acha bom assim?

(...)

Mário

Segundo ele, para fins de tombamento, os monumentos de interesse eram àqueles derivados do pouco que restava da produção seiscentista e setecentista, sobretudo nos locais onde aconteceram os grandes fatos históricos nas terras paulistas.

Já do ponto de vista estético, ele dizia que a beleza ali quase não existia. O que existia era soluções arquitetônicas e autênticas que poderiam ser consideradas de valor estético ou enquanto valor de arte.

Em seu texto sobre a *Capela de Santo Antônio* para a *Revista do Patrimônio* de 1937, Mário de Andrade dizia que “vagar assim, pelos mil caminhos de São Paulo em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e de muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quase nada”. Segundo ele, o “critério para um trabalho proveitoso de defesa e tombamento do que o passado nos legou, tem de se pautar no Estado de São Paulo, quase que exclusivamente sob o ponto de vista histórico” (Andrade, 1937 apud Cavalcanti, 2000: 119).

Para ele, uma pesquisa minuciosa poderia mostrar os detalhes de beleza e as soluções arquitetônicas de interesse técnico encontrados nas construções e objetos do estado de São Paulo, mas seria indiscutível que, como arte, estes sequer se aproximariam da arquitetura e estatuária mineira, das pinturas internas e completas encontradas no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia. Para ele, o critério de valoração dos monumentos do estado teria que ser outro. “Tem de ser histórico, e em vez de se preocupar muito com beleza, há de se reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir” (Andrade, 1937: 120).

Durante as suas viagens pelo Estado de São Paulo à serviço do SPHAN, mais especificamente para “S. Roque, Cotia, Itaquaquecetuba, Mboy, Voturuna, Sto. Amaro, S.

Miguel, Itu, Porto Feliz, Sorocaba, S. Luis do Paraitinga, Ubatuba, Parnaíba, Pirapora, Barueri, Cabreúva, Atibaia, Perdões e Biacica”, Mário lista em forma de *Relatório Técnico* os monumentos arquitetônicos de valor histórico e artístico que, segundo ele, eram dignos de tombamento federal.

O *Primeiro Relatório* (vide Anexo 3.1) enviado referia-se aos lugares já visitados que tinham como característica uma visão mais geral do estado, provenientes de pesquisas históricas. O Forte São João, por sua vez, aparece listado no subitem *Santos e arredores*, com uma breve citação histórica. No entanto, Mário adverte que esta região ainda não havia sido estudada, pois as viagens projetadas tiveram que ser adiadas por causa das chuvas⁸⁶.

Ao final do primeiro registro documental das viagens e dos possíveis monumentos de interesse para o Serviço, Mário lembra novamente:

Cumpre-nos ainda lembrar mais uma vez o que já afirmei a V. Ex.^a verbalmente. Não é possível esperar-se de S. Paulo grande coisa com valor artístico tradicional. As condições históricas e econômicas deste meu Estado, a contínua evasão dos Paulistas empreendedores para outras partes do Brasil nos sécs. XVII e XVIII, o vertiginoso progresso ocasionado pelo café, são as causas principais da nossa miséria artística tradicional. Ou ruínas de quanto o progresso rastaquera não cuidou de conservar, ou precariedades dum gente dura e ambiciosa, que menos cuidava das delícias que aventura. Se é sempre certo que sobram aos paulistas mil meios de se consolar de sua pobreza artística tradicional: consolação não modifica a verdade.

(...)

Andrade, M. *Primeiro Relatório* enviado pelo Assistente Técnico à Diretoria do SPHAN. S. Paulo, 16 de outubro de 1937.

Ainda em 1937, ele encaminha o *Segundo Relatório* (vide Anexo 3.2). Assim como no primeiro, ele dizia que as chuvas continuavam castigando o estado e que pouca coisa pôde ser feita. Tanto ele quanto seus auxiliares tentaram realizar algumas viagens e obter algumas fotografias, mas dizia: “os resultados foram desastrosos. Semana e meia gastas na região de Santos e municípios vizinhos, pelos auxiliares do Serviço, foram quase perdidas. Outra

⁸⁶ Primeiro Relatório de Mário de Andrade enviado para o Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (S. Paulo, 16 de outubro de 1937).

viagem deste Assistente à Bertioiga foi de todo em todo infrutífera”. (Andrade. *Segundo Relatório*. São Paulo 28 de novembro de 1937)

Ainda assim encaminha o relatório com um estudo mais detalhado. Atenta especialmente para questão do estado de conservação do Forte, que segundo ele, estava bastante danificado pelo tempo e ameaçando ruína. Nesse sentido, propõe à Sociedade dos Amigos de Bertioiga o encargo de restauração do Forte São João.

Ainda no conteúdo do relatório, cita que os membros dessa sociedade já estavam manifestando algumas preocupações sobre a cidade de Bertioiga nos jornais “dizendo-se ciosa e apressada em levantar esse recanto do esquecimento, saneá-los, conservar-lhes os monumentos históricos e transformá-lo em lugar de veraneio e turismo” (Andrade, 1937. *Segundo Relatório*).

Para Mário de Andrade era preciso preservar o Forte, pois:

(...) trata-se justamente de um dos mais deliciosos perfis da arquitetura militar colonial que possuímos e há que conservá-lo. Na quebra da praia, olhando o mar e as águas sombrias do rio, entestando o maciço montanhoso da ilha de Santo Amaro, o forte de São Tiago é uma expressão magnífica. No primeiro século defendeu Santos dos Tamoios que vindo do mar, desejariam atacar a vila pelas costas. Hoje é simplesmente gracioso. As suas pedras enérgicas, a sua plataforma de vasta perspectiva, as suas vigias pueris, são duma elegância arquitetônica impecável. O dedo do tempo, que é o maior de todos os feitiços, transformou Hércules na própria Onfale.
Andrade, M. *Segundo Relatório* enviado pelo Assistente Técnico à Diretoria do SPHAN. S. Paulo, 16 de outubro de 1937.

No que tange às questões arquitetônicas, Mário escreve que o bem era composto de três construções distintas: forte, habitação e capela.

A capela, que fica na parte noroeste, estava completamente arruinada e sem possibilidade de restauração. A habitação anexa (que servia de alojamento para os soldados do forte) também era da mesma técnica de construção da capela: de pedra com os interstícios cheios de canjicada e descrevendo a seguinte forma: (...) “a sua fachada corre na linha sudeste-noroeste, e está separada do corpo do forte por uma pequena parede, com portão

comunicante de 1,10 de largura. A habitação esta afastada da linha da fachada lateral do forte, de 4,56 e se compõem de cinco dependências. A cobertura é de duas águas, telha vã e o piso empedrado”. (Andrade, 1937. Segundo Relatório)

Por fim, ele descreve analiticamente o Forte, de acordo com seu estado de conservação:

(...) um grande bloco retangular maciço, com suas paredes de pedra, cheios de interstícios de canjicada de pedra e areia, e possivelmente ligada com óleo de baleia. A altura do bloco, do piso interno à calçada de pedra em que se assenta é de 2,74 m. O piso interno mede 24,76 por 7,10, e é revestido de lajes de pedra com área média de 90 centímetros quadrados. Sobre este piso assentaram modernamente um desastrado poste de linha telefônica. Envolvendo toda a volta do piso, e subindo a uma altura mínima de 0,53 há uma parede de resguardo com 1,12 de espessura. Na fachada principal este envoltório está aberto de viseiras rasas, em quatro lugares. Na fachada de sudoeste surgem uma viseira e um pilar de 1,06 de largura por 0,75 de altura, com coroamento repartido em duas quedas iguais, de pequeno declive. Na fachada oposta à principal, até 4,90 dos lados, continua o envoltório, desaparecendo aí. No piso, sem resguardo se localiza a escada de acesso, que tem 1,80 de largura e onze degraus. Na quarta fachada o envoltório ruiu. Nos dois cantos do retângulo, limitando a fachada principal – sul e este – se localizam duas vigias do forte. São cilíndricas e construídas de pedra canjicada. A entrada para elas se faz por meio duma abertura de 40 centímetros de largura. Aos dois lados das vigias o envoltório do piso se eleva mais, de maneira a proteger melhor o acesso às vigias. A altura destas, do piso do forte à cobertura é de metros. A cobertura abobadada é da mesma técnica de construção. As vigias servem por três olhais de 0,20x0,10, abertos a 1,60 de altura. Sustentam a estrutura das vigias, coroamentos inferiores, de forma cônica, lisos. Da calçada onde se assenta o forte à altura do piso, as paredes apresentam uma graciosa inclinação de reforço (...)

Como localização topográfica a planta regular do forte, de 27 metros por 25 metros, dispõe-se de tal maneira que a fachada principal (a maior) guarda a linha sudoeste-nordeste olhando para o mar, e a sudoeste voltada para o canal que liga Bertioga a Santos. O forte de S. Tiago necessita de reparos urgentes. O paredão da fachada principal sofreu uma rachadura de alto e baixo, e o peso do material que enche o bloco esforçou a fachada noroeste que está cedendo. Já está quase vertical e a sua vigia pendendo para a terra, ameaça a ruir.

Mário, ao final do relatório, reforça novamente a necessidade emergencial de reparos no Forte São João, alegando que até a presente data como não havia obtido nenhuma resposta da Sociedade dos Amigos de Bertioga, e por isso, ele não teria dado prosseguimento aos estudos mais detalhados para a restauração do forte.

Porém, consta datado de 1938, o relatório redigido pelo arquiteto José Souza Reis referente ao estado de conservação do Forte. Segundo descrição dele, o estado da construção era bastante precário, especialmente o ângulo esquerdo que junto com a guarita encontrava-se um pouco tombada e com uma enorme fenda na muralha. (*Figura 14 / A*)

A fim de descrever detalhadamente o estado de conservação, o arquiteto faz uso da fotografia em uma série detalhada sobre o estado atual assim como o programa dessa arquitetura, que vai desde a situação da plataforma, a casa do zelador às pias de pedra que pertenceram a antiga capela. (*vide Anexo 25*)

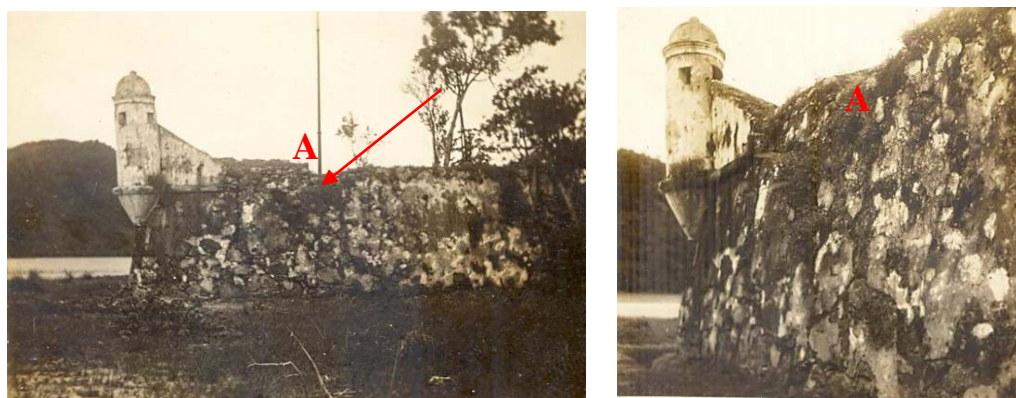


Figura 14 e 15 (A) Vista do lado esquerdo da plataforma do Forte, onde se encontra a fenda e a guarita levemente tombada.

Créditos da imagem: Arquivo Central do IPHAN (Levantamento fotográfico de José Reis, 1938)



Figura 16. (A) Rachadura do lado esquerdo. **Figura 17.** Residência do zelador. **Figura 18.** Escada de acesso à plataforma

Créditos da imagem: Arquivo Central do IPHAN (Levantamento fotográfico de José Reis, 1938)



Figura 19 e 20. Vista da plataforma

Créditos da imagem: Arquivo Central do IPHAN (Levantamento fotográfico de José Reis, 1938)



Figura 21. Vista geral do Forte São João

Créditos da imagem: Arquivo Central do IPHAN (Levantamento fotográfico de José Reis, 1938)

Junto ao relatório do estado de conservação, José Reis lista os serviços que deveriam ser executados, a saber: reposição da parte deslocada; consolidação da base da muralha; limpeza geral; refatura das partes mais prejudicadas da mureta, restaurando a forma primitiva; retirada do poste de ligação e acabamento. (*vide, anexo 26 e 27*).

No entanto, a restauração de Forte só viria acontecer em 1941 e 1942, quando Luís Saia já estava à frente dos serviços do SPHAN, em São Paulo. Ao que consta nos anexos, 27 e 28, a restauração do Forte teve como preceito principal a consolidação da estrutura e reposição do canto deslocado para sua primitiva posição. Para isso, o engenheiro menciona no projeto preliminar, o uso do concreto para o reforço e consolidação da plataforma e das guaritas e a “cal de marisco” no lugar do sambaqui para o acabamento⁸⁷.

⁸⁷ Cita ainda que a pátina nos pontos de frinchas e em outras pequenas partes poderá ser obtida artificialmente.

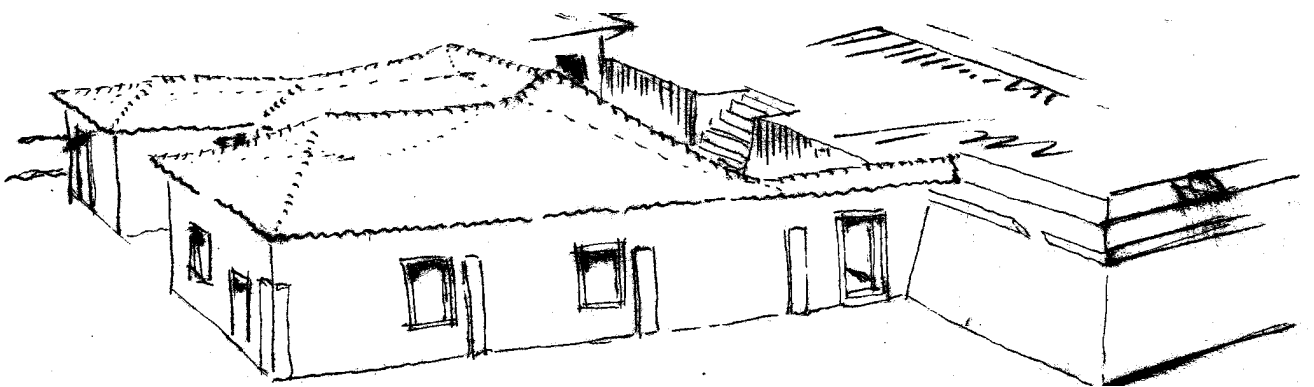
Além do interesse e das informações descritas sobre o Forte por Mário de Andrade, José Souza Reis e Luís Saia, outro escritor também se dedica à explanação desse monumento. É através do artigo inuagural para o primeiro número da *Revista do SPHAN* (a então Revista Patrimônio, n.º. 01 de 1937) que Afonso D'Escragnolle Taunay⁸⁸ também evidencia as suas preocupações relativas à conservação e a proteção do Forte São João.

Taunay pode-se dizer que “foi catarinense de nascimento, fluminense de formação e paulista de realização (...) em São Paulo realizou toda a sua vasta obra e à história de São Paulo consagrou-se de corpo e alma, tornando-se, inquestionavelmente, o maior historiador paulista”. (Matos, 1977: 25). Por isso, segundo Taunay era preciso preservar o Forte São João, por se tratar do único vestígio quinhentista subsistente da ocupação luso em terras paulistas. (*vide Anexo 24*)

O Forte São João, portanto, monumento datado dos primeiros anos da colonização do litoral paulista (nos arredores de Santos), teve seu processo aberto em 1939 e efetivamente tombado em 1940, quando inscrito nos Livros do Tombo de Belas Artes (*vol. I, inscrição n.º 48, folha 278*) e Histórico (*vol. I, inscrição n.º 22, folha 123*).

Além dos fatos históricos associado a esse monumento, outro fator pode ser considerado como ponto de relevância para o tombamento do Forte: o seu estado de conservação. Ou seja, esse monumento se enquadrava na “campanha” inicial de tombamento das obras de arquitetura, dos lugares onde aconteceram os fatos marcantes para a história do Brasil, das narrativas de preservação associadas ao sentimento de perda, assim como da construção de uma identidade nacional que também buscou as raízes, as marcas e os significados de uma história regional.

⁸⁸ (1876-1958): biógrafo, historiador, ensaísta, romancista e professor. Contribuiu significativamente para a historiografia brasileira, sobretudo, com estudos relativos ao período colonial e a produção arquitetônica em São Paulo.



CONCLUSÃO

Eric Hobsbawn no clássico *Invenção das Tradições*, cita que “muitas vezes ‘tradições’ que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas” e que por sua vez o termo “tradição inventada” é utilizado “num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgem de maneira mais difícil de se localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez” (Hobsbawn, 2006: 09)

Já Edward Said (*Cultura e Política*, 2003) comenta em sua obra que o “papel do intelectual, de modo geral, é elucidar a disputa, desafiar e derrotar tanto no silêncio imposto quanto no silêncio conformado do poder invisível, em todo lugar e momento em que seja possível” (2003: 35)

Nesse sentido a escolha em estudar uma arquitetura militar tombada, mais especificamente o Forte São João, consistiu na análise das estratégias que levaram esse exemplar ao reconhecimento e à proteção enquanto patrimônio histórico e artístico nacional.

Além das questões voltadas para o Forte enquanto patrimônio nacional, tiveram também as questões relativas à história das fortificações no Brasil, pois revendo textos dos clássicos às publicações mais recentes, poucos autores se dedicam a tratar dessa construção. Os poucos que foram encontrados tratavam restritamente a um breve histórico e baseado em determinadas datas relevantes para história colonial do Brasil.

Neste trabalho tratamos de elencar as informações mais relevantes dentro da história da implantação do Forte São João, na entrada da barra de Bertioga. Como já salientado, por se tratar de uma construção que data já as primeiras décadas da colonização do Brasil, poucas informações (e com precisão) puderam ser encontradas.

Com base na documentação levantada percebeu-se que a necessidade de um sistema defensivo para o canal de Bertiooga provinha de uma visão militar da Coroa. No entanto, também fica perceptível nos documentos que a efetiva preocupação em fortificar o local está ligado às questões de ataque e combate entre os colonizadores e os próprios nativos.

O Forte São João sofreu modificações desde as primeiras décadas de sua implantação. Essas modificações estiveram aliadas aos muitos fracassos que encontram-se nos documentos sobre a história do local e do Forte. Esses relatos apontam o local da construção como alvo de constantes ataques, sobretudo feito pelos próprios nativos. Outro aspecto relato tratava-se da insuficiência da estrutura, ou melhor, da organização da construção (do modelo e dos materiais).

Sua composição, à que chegou até o período do tombamento⁸⁹, compõem-se uma planta regular, de aproximadamente 27x25 metros, dispendo a fachada principal (maior) na linha sudoeste-nordeste, olhando para o mar, conforme descrição de Mário de Andrade. O escritor ainda reforça que o Forte era composto de três construções distintas, sendo uma habitação, o forte e uma capela. Porém a capela encontrava-se em ruínas, sem condições para a restauração.

A importância desse sítio para a história da colonização do estado de São Paulo é notória, no entanto, pensando em termos de fortificação, essa construção representa uma solução local (específica), com concepções e estratégias de adaptações tardias, tanto em relação aos conhecimentos difundidos pela Europa quanto os que já existiam no Brasil.

Dessa forma, a preservação desse modelo de arquitetura, ou mais especificamente desse Forte em São Paulo, representou a materialização das estratégias para se criar uma identidade cultural nacional do que necessariamente uma peculiar construção quinhentista, já que essa

⁸⁹ Um importante registro deste período foi feito por Luís Saia, responsável pela restauração do Forte nos anos 40.

idéia de permanência quinhentista foi utilizada pelos intelectuais do SPHAN como estratégia para criação dessas raízes paulistas.

O tombar o Forte São João, representou a singularidade, o perfil, o evento histórico oficial e de grandes personagens, materializado através dessa construção. O monumento também se enquadrava na definição disposta no decreto que regia os trabalhos. Porém são os agentes envolvidos que vão confirmar essa escolha como uma estratégica construção/invenção das raízes e da cultura nacional no Estado de São Paulo, em termos de um projeto nacionalista.

É com a figura do “homem intelectual, de vanguarda e da cultura brasileira” que Rodrigo vai contar para a legitimação da atuação do SPHAN em São Paulo. Ainda nesse sentido é Mário de Andrade junto com importância que a cidade de São Paulo representava para as primeiras décadas do século XX, que vai consolidar a presença do estado nesse projeto nacional. No entanto, cabe ressaltar as inúmeras vezes mencionadas neste trabalho os relatos que Mário de Andrade fazia em relação ao estado, onde nada de valor existia, especialmente relativo às artes eruditas.

Os intelectuais ligados à organização e consolidação do SPHAN também contou com Afonso Taunay, uma figura politicamente forte e responsável pela formação de uma “história paulista visual”. Taunay além de responsável pela organização do Museu Paulista, tornou-se imprescindível para compreender a escolha e proteção do Forte.

Pode-se considerar que a participação de Taunay é provida de certezas, escolhas e relações que se estabelecem nesse projeto, pois, Taunay além de escrever o artigo de abertura da Revista do SPHAN em 1937, como também vai encomendar para Benedito Calixto (pintor paulista do começo do século XX) uma tela com a imagem do Forte São João para compor os salões do Museu em formação.



Detalhe da obra de Benedito Calixto
Créditos da imagem: Catálogo digital das obras de Calixto – Museu Paulista

Essa experiência brasileira de “defesa de uma tradição para civilizar” (narrativa de Rodrigo M. F. Andrade, apud Gonçalves, 2002), ou seja, da apropriação do patrimônio histórico e artístico nacional como forma de apropriação de um passado, parece dar sentido prático as palavras utilizadas na abertura dessa seção, por Hobsbaw.

O Forte se enquadrou nessa “campanha” inicial de tombamento das obras de arquitetura, como também na construção de uma identidade nacional que também buscou as raízes e as marcas de uma história regional como estratégia para construção de um Estado-nação.

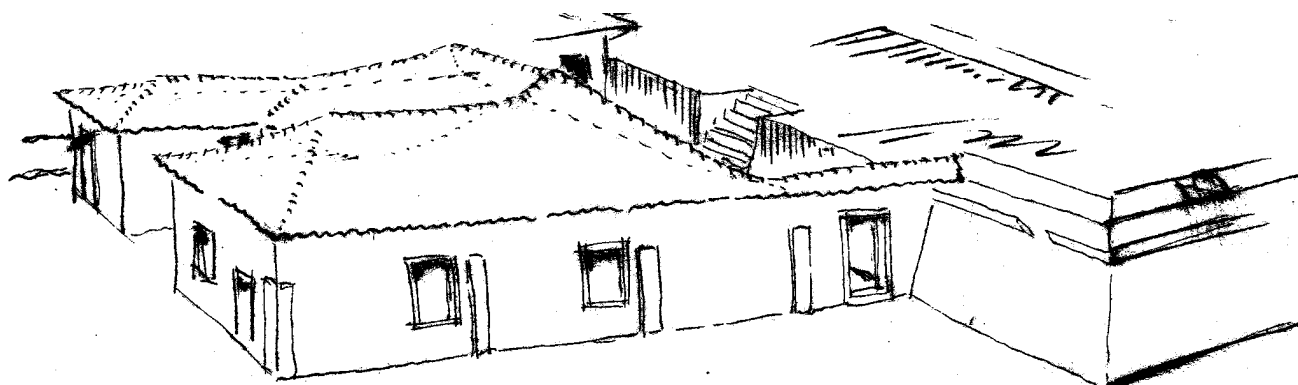
Segundo Mário, o forte representava:

“um dos mais deliciosos perfis da arquitetura militar colonial que possuímos e há que conservá-lo. Na quebra da praia, olhando o mar e as águas sombrias do rio, entestando o maciço montanhoso da ilha de Santo Amaro, o forte de São Tiago é uma expressão magnífica. No primeiro século defendeu Santos dos Tamoios que vindo do mar, desejariam atacar a vila pelas costas. Hoje é simplesmente gracioso. As suas pedras enérgicas, a sua plataforma de vasta perspectiva, as suas vigias pueris, são duma elegância arquitetônica impecável. O dedo do tempo, que é o maior de todos os feitiços, transformou Hércules na própria Onfale” (Andrade, 1937).

Mesmo considerando que em São Paulo não era possível “descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal”, a “orientação paulista teria de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica e estética” (1937). E por isso, a preservação teria que recair no pouco que restava “seiscentista e setecentista dos monumentos onde se passaram grandes fatos históricos” nas terras paulistas.

Mas então porque o Forte foi inscrito no Livro de Belas Artes? Se do ponto de vista estético quase nada existia?

Quase todos os fortes foram tombados nos dois livros e, por isso, representou o interesse e o olhar tanto do ponto histórico quanto das Belas Artes. A noção de monumento arquitetônico juntamente com as soluções peculiares encontradas no Brasil foi associada à idéia de obra de arte. Ou seja, os monumentos eleitos nessa campanha inicial eram compreendidos sob o ponto de vista artístico, signos visuais de uma história nacional inventada a partir dos ideais modernistas que estavam à frente do projeto de construção de um Estado-nação e da identidade cultural através da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional



FONTES E REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo Central do IPHAN

Séries

- **Processos de Tombamento**

- Fortaleza do Morro de São Paulo – Cairu/BA (1938)
- Forte de São Lourenço – Itaparica/BA (1938)
- Forte do Paraguassu – Maragogipe/BA (1938)
- Forte da Gamboa – Salvador/BA (1938)
- Forte de Santa Maria – Salvador/BA (1938)
- Forte de Santo Antônio da Barra – Salvador/BA (1938)
- Forte de São Marcelo – Salvador/BA (1938)
- Fortaleza de Santa Catarina – Cabedelo/PB (1938)
- Forte Velho: ruínas – Cabedelo/PB (1938)
- Forte Orange – Itamaracá/PE (1938)
- Forte do Pau Amarelo – Paulista/PE (1938)
- Forte das Cinco Pontas – Recife/PE (1938)
- Forte do Brum – Recife/PE (1938)
- Fortaleza da Ilha do Mel – Paranaguá/PR (1938)
- Forte de Gragoatá – Niterói/RJ (1938)
- Fortaleza da Conceição – Rio de Janeiro/RJ (1938)
- Fortaleza de São João: portão – Rio de Janeiro/RJ (1938)
- Forte de Caetano Madeira – Rio de Janeiro/RJ (1938)
- Forte de Caçapava – Caçapava do Sul/RS (1938)
- Fortaleza de Santana – Florianópolis/SC (1938)
- Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés – Florianópolis/SC (1938)
- Fortaleza de São José da Ponta Grossa – Florianópolis/SC (1938)
- Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim – Governador Celso Ramos/SC (1938)
- Fortaleza de Santa Cruz – Niterói/RJ (1939)
- **Forte de São Tiago** – Bertioga/SP (1940)

- **Arquivo Técnico de Administrativo**

Sub-séries:

Relatórios/Atividades do SPHAN (1936-1940): AA01/M073/P03/CX.0001/310/P.03

Relatórios/Atividades do SPHAN (1937-1949): AA01/M073/P03/CX.0001/310/P.04 -06

Relatório/Geral do MEC AA01/P06/CX.0007/065/P.0025

Planos e Projetos

- **Obras**

Forte São João da Bertioga

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. *A Arquitetura Militar na Expansão Portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.
2. ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. São Paulo: Pro-Editores, 2000. 670 p.il. 2º ed.
3. AMARAL, Aracy. *Artes Plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
4. AMORIM, Anníbal. *Boletim Mensal do Esta Maior do Exercito*, nº 1 – julho de 1915 – vol. X. Republica dos Estados Unidos do Brazil: Ministério da Guerra. Capital Federal: Imprensa Militar: Estado Maior do Exército, 1915.
5. ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. *Um Estado Completo que Pode Jamais ter Existido*, São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1993.
6. ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de (1898-1969). *Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
7. ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
8. ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
9. ARGAN, Giulio Carlo. *Arte e Crítica de Arte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
10. BAÊNA, Miguel Sanches de. A artilharia moderna. In: *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, 1989, pág. 73-90
11. BALAKRISHNAN, Gopal (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
12. Bandeira, Manuel. (1886-1968) *Crônicas da província do Brasil: Manuel Bandeira*. Organização, posfácio de notas: Júlio Costanón Guimarães. 2ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
13. BARRETO, Aníbal Barreto. *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Ministério da Guerra, 1958.
14. BATISTA, Marta Rossetti. Introdução. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº. 30, Mário de Andrade. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002, pág. 07-23.
15. BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo: Metavideo, 1994.

16. *Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
17. BOITO, Camilo. *Os restauradores. Conferência feita na Exposição de Turim em 07 de junho de 1884*.
18. Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército. *História das Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar; Estado-Maior do Exército, 1915.
19. BRANDI, Cesari. *Teoria da Restauração*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
20. BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista. Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005.
21. BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro. I Antecedentes da Semana de Arte Moderna*. São Paulo: Edição Saraiva, 1958.
22. Caderno de História, nº. 19. *Memorial do Rio Grande do Sul. Voltaire Schilling. Portugal e a Conquista do Brasil*, 2006.
23. CAMPELLO, Glauco. Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio. In: *Revista do Patrimônio e Artístico Nacional*, nº. 23, 116-125, 1994.
24. CAMPOFIORITO, Ítalo. Introdução. As primeiras árvores. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 26. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997.
25. CANCLINI, Néstor García. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. In: *Revista do Patrimônio e Artístico Nacional*, nº 23, 94-115, 1994.
26. CASTRO, Adler Homero de. *O “Forte” do Brumadinho como Fortificação*. Rio de Janeiro, 2007. (mimeo)
27. CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Da evolução das teorias de fortificação: Os primórdios: a revolução da artilharia. In: *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de aço. Fortificações do Brasil de 1502 a 2006*. (mimeo)
28. CASTRO, Sonia Rabello de. *O estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
29. CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na Repartição*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MinC – IPHAN, 2000.
30. CAVALCANTI, Lauro. O Quarteto Antropofágico: da Redescoberta ao Moderno e ao Contemporâneo. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº. 31, Museus. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005, pag. 59-73
31. CHILVERS, Ian (org.). *Dicionário Oxford de Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
32. CHING, Francis D. K. *Dicionário visual de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
33. CHOAY, François. *A alegoria do patrimônio*. Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

34. CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. 377 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense – Niterói, 1998.
35. COELHO NETTO, José Teixeira. *A construção do sentido na arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
36. COSTA, Lúcio. Arquitetura Jesuítica no Brasil. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1941, nº 05, p. 07-103.
37. COSTA, Lúcio. *Arquitetura*. Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 1980.
38. COSTA, Lygia Martins. *De museologia, arte e políticas de patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.
39. COUTO, Maria de Fátima Morethy. *Por uma vanguarda nacional. A crítica brasileira em busca de uma identidade nacional (1940-1960)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
40. CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio Histórico e Cidadania: uma discussão necessária. In: *O Direito a Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: SMC/DPH, 1992, 9-11.
41. DE DECCA, Edgar S. Memória e Cidadania. In: *O Direito a Memória: _patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: SMC/DPH, 1992, 129-136
42. DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1938, 306 p.
43. DUCHER, Robert. *Características dos Estilos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
44. DURHAM, E. R. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
45. *Edificações Militares: Um percurso*. Sl. Sn, 1999.
46. FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
47. FENELON, Déa Ribeiro. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: SMC/DPH, 1992. 29-36.
48. FERRAZ, A. L. Pereira. *Real Forte do Príncipe da Beira*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 02, 1938, p: 141-148
49. FERREIRA, Lucio Menezes; FUNARI, Pedro Paulo. *Cultura Material, Histórica e Patrimônio*. IFCH/UNICAMP: Campinas, 2003.
50. FILHO, Nestor Goulart Reis. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

51. FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.
52. *Fortalezas Históricas do Brasil*. São Paulo: Rhodia Empreendimento Cultural, 1983.
53. FRANÇA, Mário Ferreira. *A Fortaleza de Villegagnon*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 09, 1945, p: 369-.
54. FUNARI, P.P. A hermenêutica das ciências humanas: a história e a teoria e práxis arqueológicas. *Revista da SBPC*. Curitiba: 10,3-9,1995.
55. FUNARI, P.P. *Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil*, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto, 41, ½, 2001, 23-32.
56. GIOVANNONI, Gustavo, *Restauro*, in Enciclopédia Italiana Treccani, vol. XXIX, Roma, 1936, pp. 127-130.
57. GOMBRICH, E.H. *A História da Arte*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
58. Gomes, Mário Gomes. Primórdios: Das origens à Romanização. In: *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, 1989, pág. 09-37.
59. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.
60. GONÇALVES, José Reinaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: *Estudos Históricos*. V.1 – nº 2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1988, 267-275.
61. GOULART, Lairton Gomes. *Bertioga. Berço da história do Brasil*. Bertioga: Garilli, 2002.
62. HALE, J. R. *Renaissance Fortification. Art or Engineering*. Thames and Hudson, 1977.
63. HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
64. IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
65. KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: FAPESP: Secretaria da Cultura, 1998.
66. KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e Restauração dos Monumentos Históricos, *Revista do Centro de Preservação Cultural CPC-USP*, São Paulo, v. 01, n. 01, p. 16-40, nov. 2005/abr.2006
67. LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, pág. 525-541.

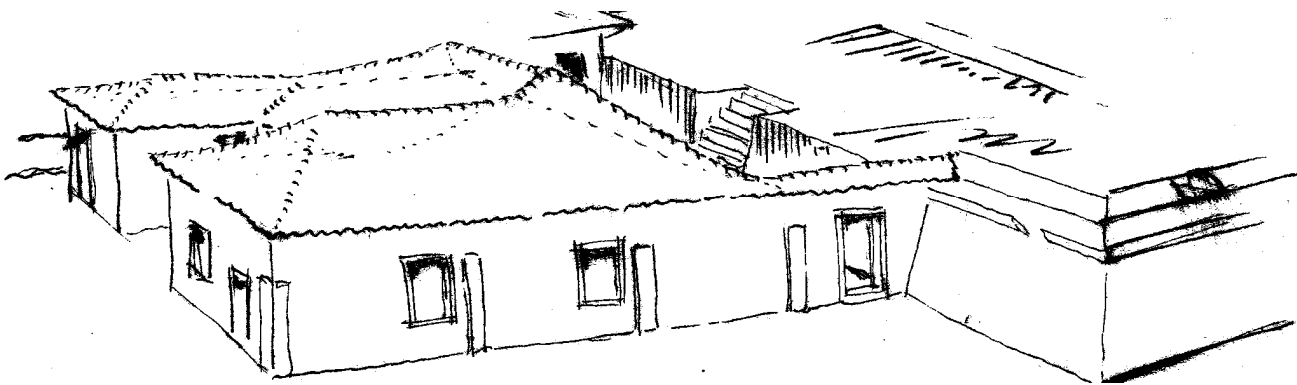
68. LEITE, Aureliano. *História da Civilização Paulista. Enriquecida de vasta bibliografia sobre cousas e pessoas de São Paulo desde 1502 a 1945*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1946.
69. LEMOS, Carlos. O Brasil. In: *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, 1989, pág. 235-254.
70. LIMA, João Guy de Oliveira. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Cultura. Fundação Nacional Pró-Memória. *Projeto de Preservação e Pesquisa da Memória Militar do Brasil através da Restauração, Conservação e Revitalização dos Bens Tombados de Arquitetura Militar – Fortes e Fortalezas em Conjunto com as Forças Armadas Brasileiras*. Rio de Janeiro, julho de 1983. (mimeo)
71. *Lúcio Costa: documentos de trabalho*. Org. José Pessoa. 2ª Ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
72. Manifesto Antropófago – Oswald de Andrade. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº. 31, Museus. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.
73. *MAPA: Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993, 396 p. il., mapas.
74. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981.
75. MARTINS, Carlos Alberto F. Identidade Nacional e Estado no projeto modernista. In: *Revista Óculum nº. 02. Modernismo Modernidade*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas: FAUPUCCAMP, Setembro de 1992, p. 71-76.
76. MATOS, Odilon Nogueira de. *Afonso de Taunay. Historiador de São Paulo e do Brasil – perfil biográfico e ensaio bibliográfico*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, vol. 1, 1977.
77. MICHEL, G. As cidades históricas – Formas de vida do passado que ainda subsistem. *O correio. Natureza e Cultura. Um patrimônio para todos*. Rio de Janeiro: ano 16, nº 10, p. 16-26, out. 1988.
78. MOREIRA, Rafael (direção). *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Alfa, 1989.
79. MOREIRA, Rafael. A época manuelina. In: *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, 1989, pág. 91-158.

80. MOREIRA, Rafael. Caravelas e Baluartes. In: *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, junho-setembro de 1994, pag. 85-107.
81. MOREIRA, Rafael. Fortalezas do Renascimento. In: *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, junho-setembro de 1994, pag. 129-145.
82. MORI, Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (orgs). *Patrimônio: Atualizando o Debate*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006.
83. MORI, Victor Hugo (org.). *Arquitetura Militar. Um panorama histórico a partir do porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.
84. NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos. Mário de Andrade e a concepção de inventário*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC São Paulo, 2002.
85. NUNES, António Lopes Pires (Tenente Coronel). *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*. Lisboa: Estado Maior do Exército, Direcção do Serviço Histórico Militar, 1991.
86. OTT, Carlos. *O Forte de Santo Antonio da Barra*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 14, 1959, p: 135-160.
87. OTT, Carlos. *O Forte do Mar, na Bahia*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 13, 1956, p: 85-108.
88. PANOFSKY, Erwin. A história da arte como uma disciplina humanística. In: *Significado nas Artes Visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1976, 19-46.
89. PEIXOTO, Fernanda. Diálogo “Interessantíssimo”. Roger Bastide e o modernismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, junho, vol. 14, nº 40. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Brasil, pp.: 93-109.
90. PEREIRA, Sonia Gomes (org.). *Anais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Rio de Janeiro: CBHA / PUC-Rio / UERJ / UFRJ, 2004. 2 volumes.
91. PESSOA, José (org). *Lúcio Costa: Documentos de Trabalho*. Rio de Janeiro, IPHAN, 1999.
92. PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural. *Revista do CPC/USP*, nº. 01, p: 41-68, São Paulo, 2005/2006
93. PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. William Morris e a SPBA. *Rotunda*, nº 03, p.p: 22-35, Campinas, 2004. (www.iar.unicamp.br/rotunda/rotunda03.pdf)

94. REIS, Artur Cezar Ferreira. *Das condições defensivas da Capitania do Pará ao findar o século XVIII*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 07, 1943, p: 283-308.
95. REIS, Artur Cezar Ferreira. *Roteiro Histórico das Fortificações do Amazonas*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 06, 1942, p: 119-168.
96. *Rodrigo e a SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural* / Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro: MinC, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
97. RUBINO, Silvana Barbosa. Gilberto Freyre, ou a Boa Tradição. O Patrimônio Intelectual do SPHAN. In: *Revista Óculum nº. 02. Modernismo Modernidade*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas: FAUPUCCAMP, Setembro de 1992, p. 77-80.
98. RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1991, p: 2005.
99. RUSKIN, John. *Las siete Lamparadas de la Arquitectura*. Buenos Aires: Liberia “El Atenea” Editorial, 1956.
100. SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
101. SANTOS, Cecília Rodrigues dos. *Novas fronteiras e pactos para o patrimônio cultural*. São Paulo: perspectiva, v. 15, n. 2, abr. /jun.2001.
102. SANTOS, Francisco Martins. *Bertioga. Histórica e Legendária 1531-1947*. Edição Comemorativa do IVº Centenário da Fortaleza de São Tiago ou S. João e do Xº aniversário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Santos: Edição Armando Lichti, 1948.
103. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Canibalismo da Memória: o Negro nos Museus Brasileiros. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Museus*, nº 31. Brasília: IPHAN, 2005, pág. 37-55
104. SANTOS, Noronha. *Vestígios de Fortim Colonial no Engenho Novo*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 11, 1947, p: 225-232.
105. Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. *A proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Pro-Memória, 1980.
106. SILVA, F.F. *Fortificações Brasileiras: máquina de guerra e de memória*. 1991. 265 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1991.

107. SILVA, F.F. *Fortificações Brasileiras: máquina de guerra e de memória*. 1991. 265 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1991.
108. SILVA, Fernando Fernandes da. *As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
109. SILVEIRA, Luís. *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental com as descrições do Marítimo dos Reinos e Províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes. Contribuição para a história das Fortalezas dos Portugueses no Ultramar*. Lisboa, sd.
110. SOUZA, Augusto Fausto de. *Fortificações no Brazil*. Rio de Janeiro: Universal de Laemmert e C., 1885.
111. SPHAN / Pró-Memória. Preservação de Bens Culturais e Naturais. Situação Geral dos Fortes Tombados pela SPHAN. Maio de 1987. (Trabalho elaborado pela Coordenadoria Geral de Preservação – mimeo)
112. SUMMERSON, John. *A linguagem clássica da arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
113. TAUNAY, A. de E. Uma relíquia notabilíssima a conservar – O Forte de São Tiago da Bertioga. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937, p: 05-07.
114. TAUNAY, Afonso d. E. Uma relíquia notabilíssima a conservar: o Forte de São Tiago na Bertioga. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 01. Rio de Janeiro: IPHAN, 1937, pag. 5-7.
115. TAUNAY, Afonso de E. *O Forte de São Tiago da Bertioga*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 01, 1937, p: 05-07
116. TOLEDO, Benedito Lima de. *História Geral da Arte no Brasil*, vol. I. São Paulo: Instituto Walter Salles, 1983.
117. VENTURI, Lionello. *Histoire de la Critique d'art*. Bruxelles: Editions de la Connaissance, S.A, 1936
118. VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuele. *Restauração*. São Paulo: Ateliê, 2000.
119. WOLFFLIN, H. *Conceitos fundamentais da história da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
120. WOLFFLIN, Heinrich. *Renascença e Barroco: estudo sobre a essência do estilo barroco e sua origem na Itália*. São Paulo: perspectiva, 2005.

121. ZANINI, Walter (org). *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.
122. ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.



APÊNDICE

1. BENS TOMBADOS NA 1ª. GESTÃO DO SPHAN

Rodrigo Mello Franco de Andrade (1937-1967)

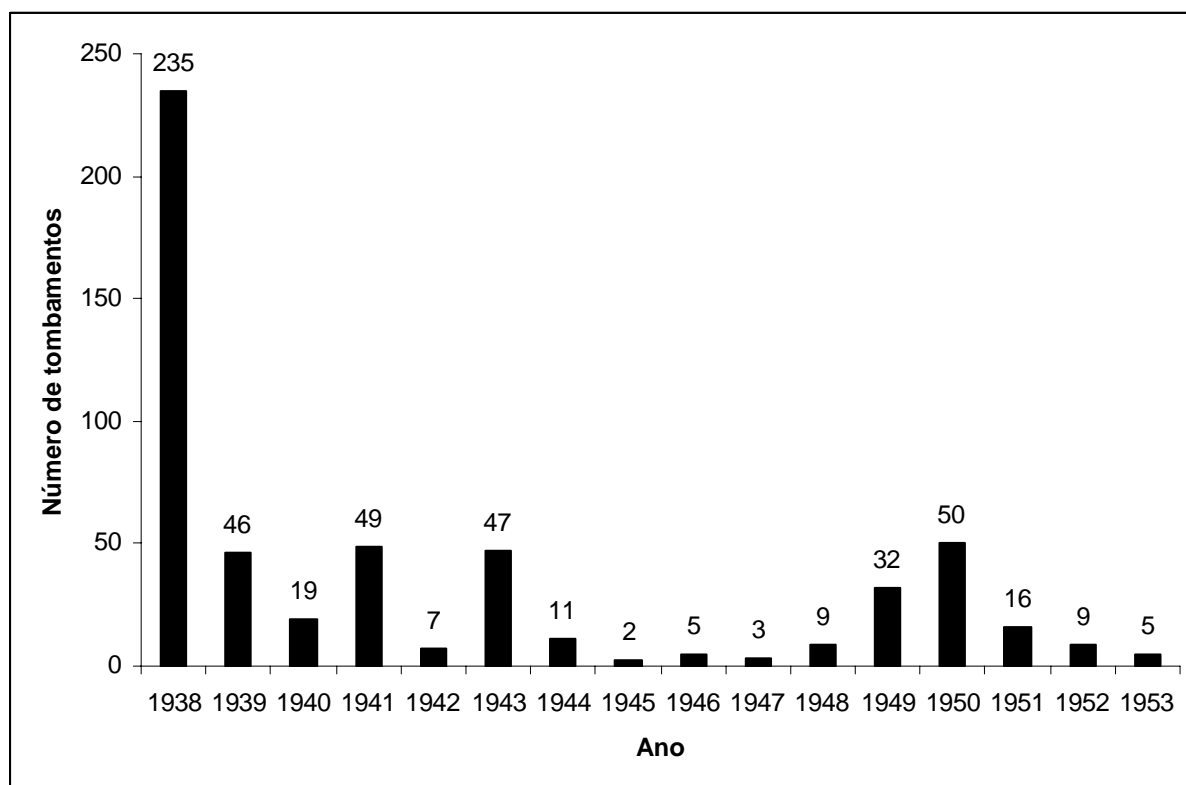


Gráfico 1. Incidência de tombamentos entre os anos de 1937 e 1953. As barras representam o número de bens tombados. *Base de dados/IPHAN*

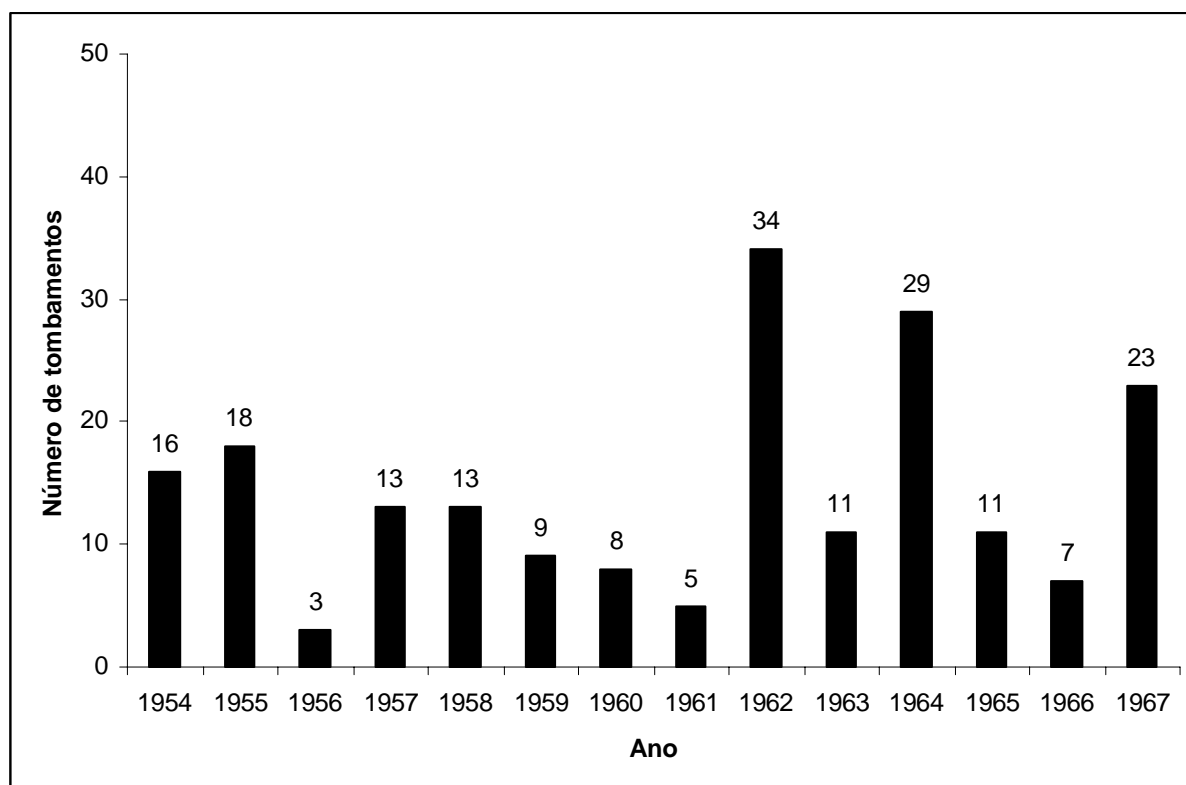


Gráfico 2. Incidência de tombamentos entre os anos de 1954 e 1967. As barras representam o número de bens tombados. *Base de dados/IPHAN*

2. BENS TOMBADOS NOS ESTADOS BRASILEIROS (1938, 1939 E 1940)

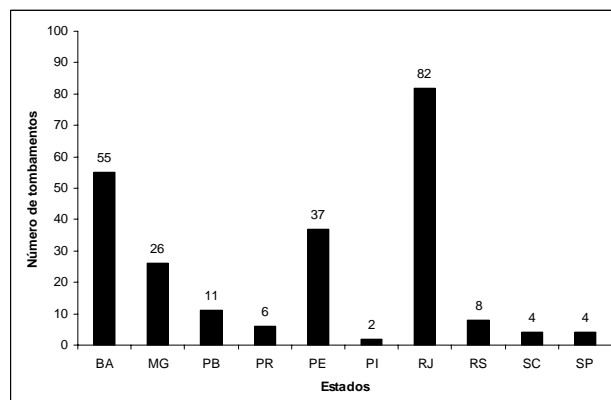


Gráfico 3. Incidência de tombamentos no ano de 1938 em estados brasileiros. As barras representam o número de bens tombados. BA, MG, PB, PR, PE, PI, RJ, RS, SC e SP indicam, respectivamente, os estados da Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. *Base de dados/IPHAN*

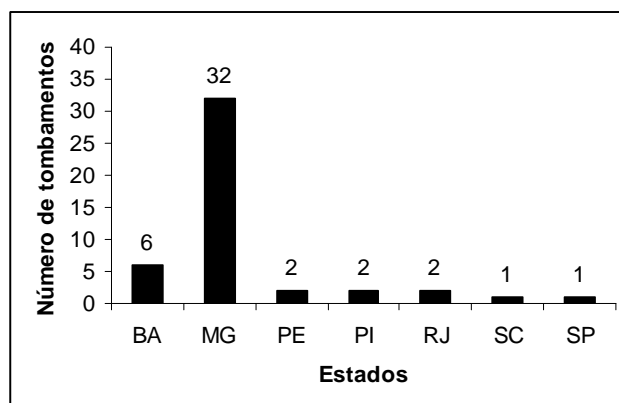


Gráfico 4. Incidência de tombamentos no ano de 1939 em estados brasileiros. As barras representam o número de bens tombados. BA, MG, PE, PI, RJ, SC e SP indicam, respectivamente, os estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. *Base de dados/IPHAN*

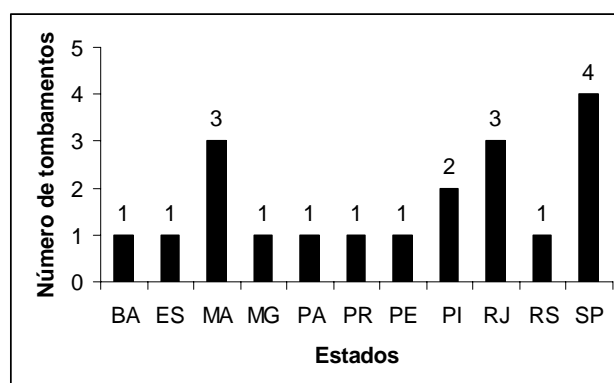


Gráfico 5. Incidência de tombamentos no ano de 1940 em estados brasileiros. As barras representam o número de bens tombados. BA, ES, MA, MG, PA, PR, PE, PI, RJ, RS e SP indicam, respectivamente, os estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. *Base de dados/IPHAN*

3. TOMBAMENTOS DE ARQUITETURA MILITAR

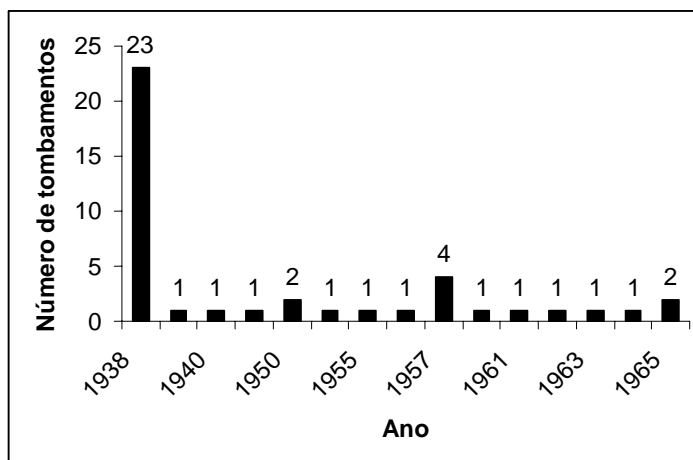


Gráfico 5. Incidência de tombamentos de Arquitetura Militar durante a primeira gestão do SPHAN (1937-1967). As barras representam o número tombamentos. *Base de dados/IPHAN*

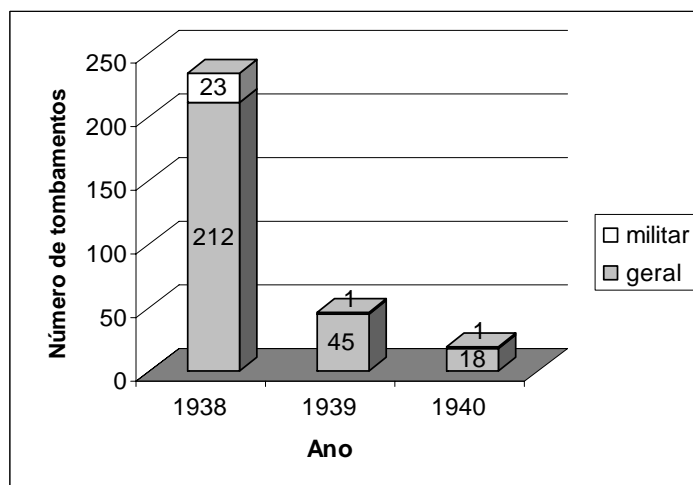


Gráfico 6. Quantidade de bens militares tombados dentre todos os bens tombados nos anos de 1938 a 1940. As barras representam a quantidade de bens militares tombados no período citado. *Base de dados/IPHAN*

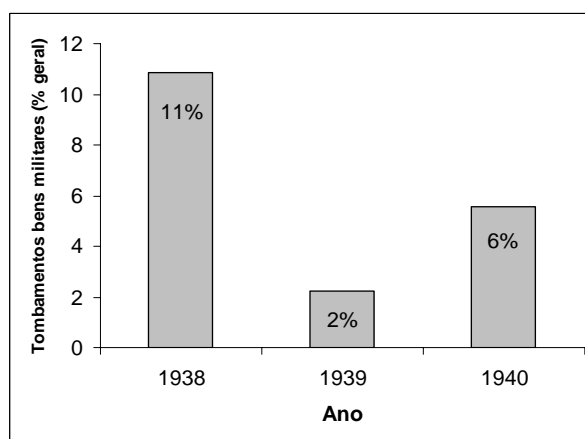


Gráfico 7. Quantidade de bens militares tombados relativa aos bens tombados nos anos de 1938 a 1940. As barras representam a porcentagem de bens militares tombados relativa ao total de tombamentos realizados pelo SPHAN no período citado.

4. PROCESSO DE TOMBAMENTO DO FORTE SÃO JOAO (OU SÃO TIAGO)

Processo nº 219-T-39 – Forte de São Tiago ou Forte de São João (Bertioga/SP)

1. Capa: Forte de São Tiago ou São João da Bertioga e Casa do Trem (Rua Tiro Onze). Santos – SP. Notificação nº 317

2. O Bem foi inscrito junto com a Casa do Trem, porém, só copiei a parte relativa ao Forte São Tiago

3. Não consta parecer.

4. Solicitante do Tombamento: Rodrigo de Melo Franco de Andrade, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (página 1)

5. Abertura do Processo: Rio de Janeiro, DF, 22 de dezembro de 1939 (página 1).

“Em 22 de dezembro de 1939.

Notificação nº 317

Senhor Ministro:

Tenho o prazer de levar ao conhecimento de V. Excia., para os fins estabelecidos no artigo 5 do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que foi determinado o tombamento, no Livro do Tombo que se refere o artigo 4º, números 2 e 3, do citado Decreto-lei, dos seguintes bens pertencentes ao bairro da e da Serventia do Ministério da Guerra: Forte de São Tiago ou São João da Bertioga e Casa do Trem onde se acha atualmente Instalado o Tiro de Guerra nº 11, ambos situados em Santos, Estado de São Paulo. Rogando a V.Excia se digne responder acusando recebimento da presente notificação apresentando-lhes os protestos de minha alta estima e consideração. Rodrigo Melo Franco de Andrade.

6. Inscrição do Processo: Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1940 (página 4)

“Inscreva-se

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1940.

Rodrigo M.F. de Andrade

Diretor

7. Constam do Livro do Tombo, na data do despacho supra, as seguintes informações:

Fortaleza de São João da Bertioga: Inscrição nº 123, a fls 22 do Livro nº 2, inscrição nº 278, a fls 48 do Livro nº3.

Em 30.X.1956

C. Drummond (Chefe da S.H.)” .

8. Duas Certidões (páginas 23, 24 e 25)

“a determinação do Senhor Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação do Ministério da Educação e Cultura, CERTIFICO que revendo o Livro do Tombo Histórico da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituído pelo Decreto-Lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele consta o seguinte na folha vinte e dois: “Número de Inscrição: cento e vinte e três; Obra: Forte de São Tiago ou de São João da Bertioga; Natureza da Obra: Arquitetura Militar; Situação: Santos, Estado de São Paulo; Proprietário: Domínio da União (União Federal) e serventia do Ministério da Guerra (atual Ministério do Exército); Processo Número:duzentos e dezenove traço T traço trinta e nove; Caráter do Tombamento: Ex-offício; Data da Inscrição: dezenove de fevereiro de mil novecentos e quarenta; Observação: Passou para a serventia e guarda do Ministério da Educação e Cultura, em nove de abril de mil novecentos e setenta e dois, de acordo com o Termo de Entrega e Recebimento, que fez o Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Educação e Cultura, conforme o Processo Número 259-62 D.S.P.U.-S.P., ou 192. 543/ 61/ S.Co.M.F.”. CERTIFICO; ainda que revendo o Livro do Tombo das Belas Artes da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, igualmente instituído pelo Decreto-Lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele consta o seguinte a folha quarenta e oito: “Número de Inscrição: duzentos e setenta e oito; Obra: **Forte de São Tiago ou de São João da Bertioga**; Natureza da Obra: Arquitetura Militar; Situação: Santos, Estado de São Paulo; Proprietário: Domínio da União (União Federal) e serventia do Ministério da Guerra (atual Ministério do

Exército); Processo Número:duzentos e dezenove traço T traço trinta e nove; Caráter do Tombamento: Ex-offício; Data da Inscrição: dezenove de fevereiro de mil novecentos e quarenta; Observação: Passou para a serventia e guarda do Ministério da Educação e Cultura, em nove de abril de mil novecentos e setenta e dois, de acordo com o Termo de Entrega e Recebimento, que fez o Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Educação e Cultura, conforme o Processo Número 259-62 D.S.P.U.-S.P., ou 1921543/ 6/ S.Co.M.F.”. E por ser verdade, eu Edson de Britto Maia, Chefe do Arquivo da Divisão de Registro e Documentação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada e visada pelo doutor José Laurenio de Melo, Diretor da Divisão de Registro e Documentação e pelo Doutor Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 02 de julho de 1985.

9. Uso Atual do Bem:
páginas 6/7

10. “DPHAN
Ofício nº 1028.
12.7.61

Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
Diretoria d Serviço de Patrimônio da União
Senhor Diretor:

Em aditamento à correspondência anterior desta Diretoria acerca do próprio nacional Fortaleza da Bertioiga, situado no Município de Guarujá-Bertioiga, Estado de São Paulo, objeto do processo nº 254.372/60 –M.F. , peça permissão para levar ao conhecimento de V. As o seguinte:

Não tendo mais, desde muitos anos, utilidade militar, o referido imóvel precisa ser conservado tão só como monumento histórico, uma vez que foi inscrito nos Livros do Tombo instituídos pelo Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. De acordo com esse critério, a DPHAN beneficiou-se recentemente com obras extensas de restauração e de restauro, mas julga indispensável que seja transferido da jurisdição do Ministério da Guerra, ao qual deixou de prestar serviços, para o Ministério da Educação e Cultura, a fim de que possa ter tratamento adequado, permanentemente.

Com o mesmo objetivo, o Instituto Histórico Guarujá-Bertioiga intercedeu junto ao Ministério da Guerra, interessado em se encarregar não somente na manutenção do Forte de Bertioiga no melhor estado de conservação possível, mas também em converter algumas das dependências internas do monumento num pequeno museu-cívico-histórico, de acordo com a orientação desta Diretoria.

Verifica-se, portanto que o propósito daquela coincide exatamente com o desta repartição, podendo a conservação adequada e permanente do Forte ficar assegurada mediante regime de cooperação, em condições a serem estabelecidos na forma de convênio ulterior que não subtrairá o monumento à jurisdição do Ministério da Educação e Cultura.

À vista do exposto e atendendo a pronunciamento favorável do Ministério da Guerra, tomo a liberdade de reiterar a V.Sa a solicitação formulada no Aviso do Ministério da Educação e Cultura que originou o Proc. Nº 254.372/60, encarecendo a urgência da medida pleiteada.

Prevaleço-me do ensejo para renovar a V. As os protestos de meu elevado apreço.
Rodrigo M. F. de Andrade”.

11. Onze correspondências:

1) página 1
Notificação n 317
Data: 22/12/39

De: Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
Ao: Sua Excelência Eurico Gaspar Dutra, D. Ministro da Guerra
Assunto: Sobre determinações do Tombamento do Forte. Levar ao conhecimento o tombamento do Forte.

2) página 2
Ofício nº 487
Data: 22/12/39

De: Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
Ao: Dr. Gustavo Capanema, D. Ministro da Educação e Saúde.
Assunto: Sobre determinações do Tombamento do Forte. Solicita transmitir ao Ministro da Guerra a notificação referente ao tombamento.

3) Página 3

Documento do MEC com acusa de recebimento do Aviso 654, com encaminhamento da notificação 317. Assinado por Eurico G. Dutra e encaminhado ao SPHAN. Data:23/1/40
Assinado também por Drummond e com visto de conferência de Rodrigo Melo.

Obs: a página 4

Nela consta a inscrição já copiada mais acima.

4) página 5

Ofício nº 39

Data: 10/1/58

De: Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Ao: Senhor Diretor do Serviço do Patrimônio da União.

Assunto: Sobre determinações do Tombamento do Forte. Comunica que o Forte se acha inscrito.

5) páginas 6/7 – já copiado mais acima

Ofício nº 1228.

Data: 12/7/61

De: Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Ao: Senhor Doutor Francisco Sá Filho, Diretor do Serviço do Patrimônio da União.

Assunto: Pedido de informações sobre o Forte.

6) página 8

Ofício nº 180

Proc. 192 543/61

Data: 1/2/62

Resposta da Correspondência acima.

Ao: Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

De: Senhor Doutor Francisco Sá Filho, Diretor do Serviço do Patrimônio da União.

Assunto: Transferência do Forte para a jurisdição do Ministério da Educação e Cultura.

Obs: Página 9

“Designo o arquiteto Luís Saia, Chefe do 4º Distrito da DPHAN a fim de providenciar junto ao Snr. Chefe da Delegacia Regional do Serviço do Patrimônio da União, no Estado de São Paulo, o que for necessário à efetivação da transferência, autorizada, do Forte de Bertioga para jurisdição do Ministério da Educação e Cultura, passando o referido próprio nacional a ficar sob guarda permanente desta Diretoria. O mesmo arquiteto Luís Saia deverá assinar o termo de entrega e recebimento do imóvel”.

7) página 10

Ofício nº 230

Data: 15/2/62

De: Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Ao: Senhor Doutor Francisco Sá Filho, Diretor do Serviço do Patrimônio da União.

Assunto: Acusa de recebimento do Ofício nº 180.

8) página 11

Data: 17/4/72

De: Luís Saia, Chefe do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)

Ao: Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Assunto: Envio de Termo de Entrega do Forte em anexo

9) páginas 12

Of. 180

Data: 1/2/62

Do: Senhor Doutor Francisco Sá Filho, Diretor do Serviço do Patrimônio da União.

Ao: Diretor do DPHAN

Assunto: Autorização para transferência do Forte para o Ministério da Educação e Cultura.

Obs: há um documento manuscrito no verso assinado pelo Chefe do S.H., João (ilegível). Sobre encaminhamento de ofício a Chefia do 4º Distrito.

- OBS: página 13

Possui uma cópia do documento da página 9, só que revista por Rodrigo Melo. Possuindo também nela um documento manuscrito sobre entrega e recebimento do imóvel. São Paulo, abril de 1962. Chefe do 4º Distrito do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

-Obs: Página 14/15

Termo de Entrega e Recebimento.

Obs: Página 16/17

Cópia autêntica de folhas do verso a folhas 10 do Livro nº 6 de Termos de entrega e recebimento de imóveis da União lavrados nesta Delegacia.

10) página 18

Ofício nº 611

Data: 16/5/62.

De: Judith Martins, Chefe do S.H.

Ao: De: Luís Saia, Chefe do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Assunto: Recebimento do processo com anexo do traslado de entrega do Forte.

11) Página 19

Aviso nº 015- D/ 4

Data: 28/2/64

De: General Jair Ribeiro

Ao: Senhor Ministro da Educação e Cultura, Doutor Julio Furquim Sambaquy.

Assunto: Sobre ressalva da condição de utilização da Fortaleza da Barra Grande pelo Círculo Militar.

Obs: Páginas 20/21

Serviço de Patrimônio da União

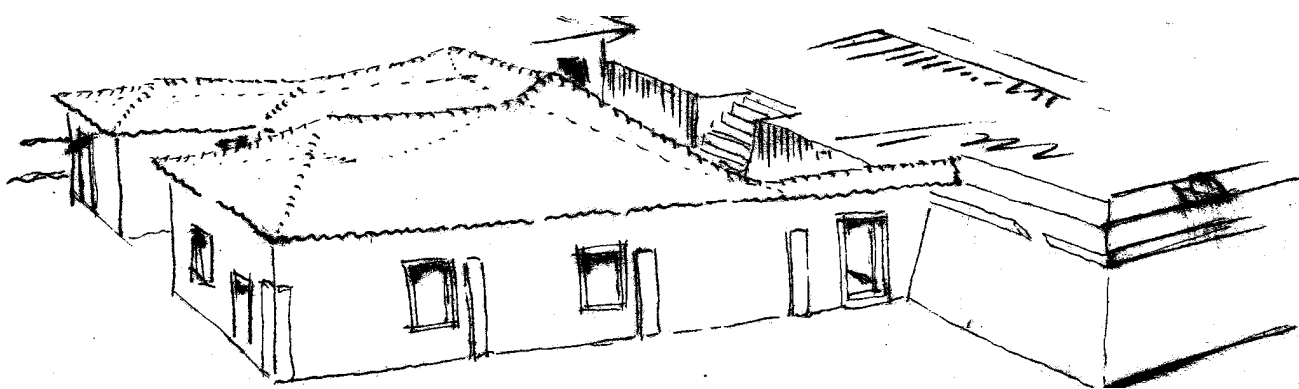
Delegacia do Estado de São Paulo

Cópia autêntica de folhas do verso a folhas 10 do Livro nº 6 de Termos de entrega e recebimento de imóveis da União lavrados nesta Delegacia.

Obs: Página 22

Timbre Armas da Republica. Assinado por Paulino Braga Junior. Carimbo Registro Geral de Hipoteca. Circunscrição Oficial.

Obs: Páginas 23 a 25 certidões copiadas mais acima.



ANEXO

ANEXO 1

DOCUMENTOS E RELATOS SOBRE O FORTE DA BERTIOGA

12/05/1548 - Carta de Luis de Góes, escripta da Villa de Santos a El-Rei D. João III, pedindo-lhe que socorresse urgentemente as capitánias e o litoral do Brasil, para que a corôa portuguesa não perdesse esta sua conquista americana.

Senhor - já os dias passados por meu filho pero de guois escrevi a vosa Alteza algumas couzas que compriaõ ao serviço de Deos e seu. = E nesta asy o farei = porque antes quero ser repellido de ygnorante escrevendo a tam alto E poderozo principe que magoar a fee E lealdade que lhe devo, Emcoabrindo e calando E nam fazendo sabedor do que tanto compre a seu serviço (...) diguo muy Alto E muy poderoso Senhor que se com tempo e brevidade vosa Alteza nam socorre a estas capitánias e Costa do Brasill, que ainda que nos percamos as vidas e fazemdas vossa Alteza perderá a terra, E que nisto perqua pouco, aventura perder muito, poque não estaa em mais de serem os francezes Senhores dela que em se acabarem de perder estas Capitánias que ficaõ.E de ter elles um pee no brazil ey medo adomde quereraõ E podem Ter o outro, Eu quizera antes dizelo em pessoa a vossa Alteza que escrevello porque tam periguossa estaa a costa que não sey Esta Carta que fim averá. (...) Já não ha Capitania que não seja Roubada e alevantada por elles, E a sua cauza, as que se perderam sam perdidas, E Esta Estaa para se perder E antes que mais se perca, socorra vossa Alteza, E com braço forte, que tudo se ha mester, E se honaõ mover a terra, E os Incomvenientes acima ditos, aja vossa Alteza piedade de muitas almas christaãs que soo nesta capitania antre homens e molheres E mininos a mais de seiscentas almas, E de Escravaria mais de tres mil E seis Emgenhos, E muita fazenda que nela se pode perder afora muita que he guastada asi por nos que a povoamos como por muitos que ajudaram a povoar, que de mim diguo que des o dia que vossa Alteza me mandou que a ella viesse com martim afonso de souza alem de gastar o melhor de minha vida ate agora nam fiz senam gastar, até mais não ter E até mais não poder E o que fica para guastar he a minha vida E a de minha molher E meus filhos, das quaes a deos a vossa Aalteza farei sacrificio he Em mentes nos durar, sempre Rogaremos a deos pola vida, E Estado de vossa Alteza o qual elle mesmo deos acrecente por muitos Annos, desta Villa de santos capitania de sam vicente de que he Capitaõ E governador, martim afomso de soussa = Oje 12 dias domes de mayo de 1548 annos. = as Reaes maõs de vosa Alteza beijo. = lluis de guois.

Fonte: Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo - Volume XLVIII
– pág. 09/12

ANEXO 2

DOCUMENTOS E RELATOS SOBRE O FORTE DA BERTIOGA

18/01/1550 - "Traslado de Provisão, por que o Governador Thomé de souza proveu de Almojarife da fortaleza de Britroga antonio Adorno Alcaide-mor da dita Fortaleza, e Villa."

"Thomé de Souza etc. Faço saber a quantos esta Minha Carta virem, que confiando eu de Antonio Adorno Alcaide-mor da Fortaleza da Britogua Capitania de São Vicente, que nos cargos de que o encarregar os servirá bem e fielmente, como cumpre a serviço de Deus, e do dito Senhor, o dou ora por Almojarife da Villa da Britroga, e dos Armazens, Artilharia della, com o qual Officio não haverá Ordenado algum porquanto elle o não quis, e ser ao presente pouca cousa o que Sua Alteza manda, que haja a digo, haja com aquelle ordenado, que houver por seu serviço que elle haja, e o servirá enquanto o dito Senhor não mandar o contrário; o qual Officio assim novamente provi por Sua Alteza mandar, que na dita Fortaleza, e Villa o haja por virtude de uma verba de uma sua Provisão dirigida a mim, de que o teor é o seguinte: E ordenarei, que na dita Fortaleza haja moradores, que a povoem, com que possa estar segura, e delles escolhereis uma pessoa apta, que encarregareis de Almojarife das ditas obras, e do Armazem, e Artilharia, que para guarda, e defensão della mando levar o que passareis Provisão do dito Cargo com o Ordenado, que vos bem parecer, conformando-vos com o que por minhas Cartas lá têm os Almojarifes de semelhantes Povoações, e sobre o dito Almojarife fareis carregar em Receita os ditos dous mil cruzados para os arrecadar, e dar delles Conta, e assim a artilharia, e munições, cousas outras dos Armazens, e pelo traslado desta, e seus conhecimentos em fórma se levarão em Conta ás pessoas de quem as receberam. E antes, que o dito Antonio Adorno comece a servir o dito Officio lhe será dado juramento dos Santos Evangelhos pelo Provedor-mor da Fazenda de sua alteza destas ditas partes, que bem, e verdadeiramente os sirva, e se fará assento nas Costas desta pelo Escrivão della, de como lhe assim foi dado; e por esta o hei por metido de posse do dito Officio, e mando ao Provedor da Fazenda das ditas Capitancias, e aos mais Officiaes da Fazenda dellas, que lho deixem servir, sem duvida, nem embargo algum, que a ello lhe seja posto. Cumpri-o assim, Francisco Mendes da Costa a fez a 18 de Janeiro de 1550."(Cidade de Salvador)

Fonte: Documentos Históricos 1549-1559 Provimentos Seculares e Eclesiástico - Volume XXXV - Ministério da Educação e Saúde - Bibliotheca Nacional - Rio de Janeiro 1937 - pag. 165/166.

ANEXO 3

25/06/1551 – Alvará regio relevando aos officiaes e moradores da capitania de S. Vicente a reposição de 1.800 cruzados das rendas da corôa, que despenderam em defesa da dita capitania nas guerras alli occorridas até fins de 1549, e deferindo o requerimento dos officiais e moradores de São Vicente para que fosse levantada uma fortaleza na terra da Bertioga. (D. João III)

“Eu el Rey faço saber a vós thomé de sousa do meu conselho,...., e governador das terras do brasil e ao provedor de minha fazenda em elas / que os meus officiaes e moradores da capitania de saõ vicente, de que martim afonso de sousa do meu conselho é capitão / (...) e porem os governadores da dyta capitania sejaõ obriguados de dar todo o serviço necessario pera as obras da fortaleza que a seu requerimento ora mando fazer na terra da bertiogua da dita capitania, até de todo acabada, posto que monte mais ou menos no dyto serviço que os dytos mil e oytocentos crusados / Noteficovolo asy e ao provedor de minha fasenda na dita capitania de saõ vicente, a que por este mândo que dando os ditos moradores toda a ajuda e serviço, que de sua parte for necessaria pera a dita obra alem do que nela mando despender de minhas rendas e dos do dito martim afonso, naõ obryguem os dytos moradores a pagar a dita contia, nem parte dela / e pase certidaõ aos officiaes que a despenderaõ pera lhe ser levada em contra / e sendo caso que os ditos moradores tenhaõ duvida a dar todo o serviço pera as obras da dita fortaleza e conforme a traça que de ca vay (...) / adriaõ lucio o fez em almerim a 25 de junho de 551 / andré soares o fez escrever //”

*Trata-se do atual forte S. João e não o S. Felipe, pois as despesas seriam divididas c/ Martim Afonso de S. Vicente e não com Pedro Lopes donatário de Ilha de Santo Amaro.

Fonte: Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo - Volume XLVIII
– pág. 19/21

ANEXO 4

18/06/1551 - "Livro dos registros desta Feitoria da Capitania de São Vicente" - Trata-se da cópia do Alvará régio acima citado transcrito posteriormente em livro de 1564, cuja cifra de 2000 cruzados diferem do publicado nos "Documentos Interessantes..." que transcreve a importância de 1800 cruzados.

"Certifico eu Sebastião Ribeiro, Escrivão da Fazenda Real (...)que he verdade, que tenho em meu poder hum livro velho, que está no Cartorio desta Provedoria, que se intitula: Livro dos Registros desta Feitoria da Capitania de S. Vicente, que começou a servir em o anno de 1564; e a fol. 25 doito livro está uma Provisão do Senhor Rei de Portugal,(...) e diz, que a requerimento dos moradores da Capitania de S. Vicente, de que Martim Affonso de Souza de seu Concelho he Capitão, mandava se fizesse huma Fortaleza na Bertioga, para o qual havia por bem, que dos direitos, que tinha na dita Capitania, se gastassem dous mil cruzados nas obras da dita Fortaleza, e que das redizimas da dita Capitania, pertencentes ao dito Martim Affonso de Souza, se gastassem mil cruzados; passada em Almerim aos 25 de Junho de 1551 annos".

Fonte: Transcrito do livro de "*Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*" de Frei Gaspar da Madre de Deus - Weiszflog Irmãos Editores - terceira edição - 1920 - SP e RJ - pag.339.

ANEXO 5

JUNHO DE 1551 - Carta do Irmão Diogo Jácome de São Vicente aos padres e irmãos de Coimbra. Descreve o ataque e destruição do forte construído pelos irmãos Braga na Bertioga, citado no livro de Hans Staden, cujo Alcaide-mor era Antonio Adorno.

"Assi que, meus em Christo, não vos espanteis com estes homens de que fiz assima mensão, porque á hy outros muyto mais apartados da Igreja: homens e mulheres sam deitados antre os contrarios destes Indios, os quaes homens se não podem caa aver por estarem longe as molheres. Huma fugio daqui haa já muyto tempo, aa qual dizem ser tam maa que persegue aos Indios a que venhão dar guerra aos brancos e que diz muyto mall. Fora esta, aguora há poucos días que daqui fugirão duas moças, ambas irmãs e casadas com homens brancos, as quaes ellas sam filhas de homem branco e de India, de maneira que estão ambas nos contrarios: as quaes dizem que são tam maas, que ordenarão com que os Indios vieram a dar aqui guerra a huma fortaleza (Bertioga), que os brancos tem feita pera resguardo das povoçoens dos brancos, e assi os ensaiarão de maneyra que derão tal salto estando descuidados que levariam ...indios que estavam em resguardo da terra e hum homem branco, e os que ficaram, ficaram muyto mal feridos de frechadas, e tambem levarão a artelharia que puderam, e puserão foguo às casas de palha; só huma de telha avia em que se salvarão os feridos de os nam levarem. Assi que isto diz que causaram estas molheres com muytas maiores diabolidades que nestas terras se fazem, de maneira que aguora vereis quam grande o demonio faz à misericordia de Deus, que no cabo faz tamanha."

Fonte: "Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil" (1538-1553) - Pe. Serafim Leite. Comissão do Quarto Centenário de S. Paulo - 1954.

ANEXO 6

04/12/1551 - Alvará regio ordenando ao governador das terras do Brasil que averiguasse si Brás Cubas, como allegava, havia dispendido de sua propria fazenda 200\$000 na guerra aos gentios de S. Vicente, e , no caso affirmativo, que lhos fizesse reembolsar.

"Eu el Rey faço saber a vos thomé de sousa do meu conselho capitaõ da cidade do salvador da bahia de todolos santos e governador das terras do brazill e a quoallquer outro meu governador que ao diante for nas ditas partes que bras cubas cavalheiro fidalgo de minha casa, morador em saõ vicente capitania de martim affonso de sousa me fez saber per sua petição como ele servira quoaatro anos de capitaõ e ouvidor com alçada na dita capitania em tempo que os Indios Gentios faziaõ grandes perdas e danos nas povoações e fasendas da dita capitania pela qual rezaõ no ano de 546 ele com os moradores da dita capitania fiseraõ guerra aos ditos imiguos pera a qual armaraõ navios e se fiseraõ outras despesas e que por lhe parecer meu serviço faserse a dita guerra por se as ditas povoações não destroirem como se fasia em outras capitancias despendera de sua fazenda na dita guerra duzentos mil reis e que para certeza de como os assy guastara.....trazia disso estromento publico pedindome que ouvesse por bem de lhe mandar pagar o dito dinheiro e porque pelas delligencias que sobre isso se fiseraõ em minha fazenda do neguoceo da india se não pode qua bem verificar este cazo, e pareceo na dita fazenda que vós deveis laa de tomar dele enformação, vos encomendo e mando que vejais os papeis que por parte do dito bras cubas vos forem apresentados dos guastos que diz que fez na dita guerra e assy uã carta dantonio tinoco que na dita capitania de saõ vicente no tall tempo servia de provedor e contador, e achando pelos ditos papeis e pela mais enformação que disto tomardes que o dito bras cubas despendeo os ditos duzentos mil reis ou alguã parte deles por assy ser meo serviço lhos mandeis laa pagar, e quoanto se lhe assy pagar o que se achar que lhe he devido se romperaõ os ditos papeis e qoasquer outras deligencias que sobre isso forem feitas e por este ou o trelado dele e voso mandado com conhecimento do dito bras cubas mando aos contadores que levem em conta ao oficial que lhe fiser o pagamento tudo o que pela dita maneira lhe mandardes pagar, e este se cumprirá inteiramente como nele se contem posto que não pase pela chancelaria. Adriaõ lucio o fez em almeirim a 4 de dezembro de 1551. Andres soares o fez escrever."

Fonte: Archivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, "Registro do Conselho Ultramarino", Livro I, fls. 80.

ANEXO 7

08/03/1552 - Provisão do Governador Martim Affonso de Souza ao Provedor e Contador da Capitania de S. Vicente Braz Cubas, ordenando entregar de suas rendas mil cruzados para as obras da Fortaleza da Bertioga.

"Martim Affonso de Souza, do Conselho d'El-Rei nosso Senhor, Capitão, e Governador da Capitania de S. Vicente no Brazil &c. Mando a vós Braz Cubas, que ora tendes o cargo de arrecadador minhas rendas, que tenho na dita Capitania, ou a quem tiver cargo de arrecadar as ditas rendas, que dellas dem, e entreguem mil cruzados a pessoa a que se entregar o dinheiro, que El-Rei nosso Senhor manda dar pera a Fortaleza, que se há de fazer na Bertioga, e por este conhecimento da pessoa a quem se entregar, e com certidam de como foram carregados em receita para as obras da dita Fortaleza, os levarei em conta; por quanto sam pera ajuda das despesas da dita Fortaleza, como El-Rei nosso Senhor manda em asua Provisam. Sebastião de Moraes a fez em Alcoentre a 8 de Março de 1552 annos.

Martim Affonso de Souza"

Fonte: Transcrito do livro de "Memórias para a História da Capitania de S. Vicente" de Frei Gaspar da Madre de Deus - Weiszflog Irmãos Editores - terceira edição - 1920 - SP e RJ - pag.339 e 340.

ANEXO 8

1º/06/1553 - Carta de Tomé de Sousa ao Rei de Portugal D. João III relatando o que fez pelas Capitânicas do Brasil.

"(...) Bertioga que V.^a Alteza mandou fazer, que está cinco léguas de São Vicente, na bôca do Rio por onde os índios lhe faziam muito mal; eu a tinha já mandado fazer da maneira que tinha escrito a V.^a Alteza. A ordenei e acrescentei doutra maneira, que pareceu a todos bem segundo V.^a Alteza verá por este debuxo, e ordenei outra vila no começo do campo desta Vila de São Vicente, de moradores que estavam espalhados por êle, e os fiz cercar e ajuntar, para se poderem aproveitar todas as povoações deste campo, e se chama Vila de Santo André, porque onde a situei estava uma ermida dêste apóstolo, e fiz capitão dela João Ramalho, natural do têrmo de Coimbra, que Martim Afonso já achou nesta terra quando cá veio."

Fonte: Carta transcrita no livro "Raízes da Formação Administrativa do Brasil" de Marcos Carneiro de Mendonça.

ANEXO 9

22/12/1555 - "Traslado da Nomeação do Padre Fernão Luiz Carapeto da Vigairaria da Igreja de Santiago da Villa da Bretioga da Capitania de Sao Vicente".

"O Bispo desta Cidade do Salvador. A vós Presado Senhor Pero Borges Provedor-mor nestas partes do Brasil por El-Rei Nosso Senhor Saude em Jesus Christo Nosso Senhor. Faço saber, que nomeio ora novamente a Vigairaria de Santiago da Britioga na Capitania de São Vicente ao Padre Fernão Luiz Carapeto para que Vossa Mercê o apresente na dita Vigairaria em nome do dito Senhor. Dada nesta Cidade do Salvador sub meu Signal, e Sello aos 22 dias de Dezembro Diogo Marques a fez de 1555 annos."

Fonte: "Documentos Históricos 1549-1559 Provimentos Seculares e Eclesiasticos" - Volume XXXV - Ministério da Educação e Saúde - Bibliotheca Nacional - Rio de Janeiro 1937 - pag. 312/317.

ANEXO 10

28/07/1557 - Escritura de doação de terras na Bertiooga de Paschoal Fernandes e sua mulher para o ferreiro Rodrigo Alvares. Trata-se do pequeno Forte de São Felipe já concluído enquanto está por terminar ("defronte") o forte maior do lado da Bertiooga. Segundo Frei Gaspar (notas pag. 288), continha no Livro de Vereações do Arquivo da Camara de S. Vicente 13/02/1557: "... Jorge Ferreira, Capitão-mór de ambas as Capitánias, reedificou a de S. Filippe em Janeiro e Fevereiro de 1557"

"No anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil quinhentos cincoenta e sete aos vinte oito dias do mez de Julho da sobredita era n'esta Caza de pedra, Fortaleza d'ElRey Nosso Senhor, que estaa da banda de Guaibe defronte da Bertiooga, de que he Capitam, e Governador Martim Affonso de Souza do Conselho do dito Senhor ...".

Fonte: Transcrito do livro de "Memórias para a História da Capitania de S. Vicente" de Frei Gaspar da Madre de Deus - Weiszflog Irmãos Editores - terceira edição - 1920 - SP e RJ - pag. 285.

ANEXO 11

02/09/1557 – Carta do Pe. Manuel da Nóbrega enviada da Bahia ao Pe. Miguel de Torres, Proviñçal de Portugal. Verifica-se que a Fortaleza da Bertioga ainda não estava concluída.

“A graça e paz de Cristo Nosso Senhor seja sempre em nossas almas, Amen.

Depois de ter escrito por esta mesma via, de Porto Seguro, chegou uma caravela da armada, que vinha com Mem de Sá, a qual o perdeu dous gráus antes de chegar à linha, e chegou aqui com a nau da India, que vinha em sua companhia. (...)

A primeira é que, por mais propício que Dom Duarte nos seja, nem Tomé de Souza, nem nenhuma de cá ha-de mover El-Rei a que gaste de sua fazenda em nos fazer colégio, antes todos lhe hão de dizer que bem estamos, o que cá bem entendemos (...), e todos julgam ser mais importantes como são fazer fortalezas no Rio de Janeiro, na Birtioga de S. Vicente e socorrer ao Espírito santo, que são todas coisas em que todos mais trazem os sentidos que em colégios nossos.” (...) Desta Baía, a dous de Setembro de 1557 anos.

Filho de V.R. em Cristo

Nóbrega “

Fonte: “Novas Cartas Jesuíticas – de Nóbrega a Vieira” – Org. por Serafim Leite – Cia. Editora Nacional – 1940 – São Paulo – pag. 62/74

ANEXO 12

1569-1578 - "Milagres das luzes" defronte ao forte da Bertioga (Pe. José de Anchieta).

"Aqui vem agora bem empregada a história célebre, jurada de muitas testemunhas nos processos já ditos. Partiu José uma vez entre muitas a visitar a aldeia primeira destes índios, situada junto ao forte da barra, por nome Bertioga. Deteve-se com eles dous dias e agasalhou-se com o capitão do mesmo forte. Havia defronte uma ermida devota da Virgem, pediu ao hóspede que queria ir passar a noite naquele oratório, veio de boa vontade nisso e foi acompanhando-o ele e um genro seu, por nome Afonso Gonçalves, com uma vela acesa, e deixando-o, se tornaram a casa, com a mesma tocha, ficando José às escuras. Eis, que, no silencio da noite, tempo em que dormiam os mais, a mulher do genro do capitão viu e ouviu um espetáculo sobrenatural. Viu a capela, em que José orava, cheia de luz maravilhosa, que lançava seus raios por janelas e portas, alumando toda casa, e ouviu música de vozes admiráveis, que pareciam anjos. Despertou ela o marido, viram e ouviram e, querendo sair e averiguar que seria a causa de tão grande contento, começaram a entrar em pasmo e tremor de membros, que lhe impedia o mover-se, e juntamente os detinha o gozo da doçura celestial, que sentiam e durou neles por muitos dias, todas as vezes que refrescavam a memória daquela celeste harmonia. Fizeram averiguações o dia seguinte se deixara aquela noite alguém luz na capela e acharam que não, assentando ser cousa milagrosa."

"Vendo José que estava descoberto o favor que o céu lhe fizera, e não podendo encobrir com razões, como pretendeu no princípio, pediu aos dous, marido e mulher, com grande instância, e mandou com obediência, por ser confessor seu e pai espiritual, que, enquanto ele vivesse, não descobrissem a visão que tiveram. Juraram tudo o sobredito, depois de morto, as mesmas testemunhas, que foram juntamente de vista e ouvida, acrescentando que tiveram sempre por certo ser aquela harmonia do céu (...)."

Fonte: "Vida do Venerável Padre José de Anchieta" - Pe. Simão de Vasconcelos (Publicado em 1672 / Porto) - Imprensa Nacional Rio de Janeiro - 1943 - pag. 194-195.

ANEXO 13

19/01/1585 – Narrativa do Pe. Fernão Cardim acompanhando o Padre visitador Christovão Gouvêa à São Vicente.

“Fizemos o caminho á vista de terra, e toda é cheia de ilhas mui formosas, cheia de passaros e pescado. Chegámos em seis dias por termos sempre calmarias á barra do Rio, nomeado da *Buriquioca*, sc. cova dos bogios, e por o nome corrupto Bertioga, aonde está a nomeada fortaleza para que antigamente degradavam os malfeitores: a fortaleza é cousa formosa, parece-se ao longe com a de Belém e tem outra mais pequena defronte, e ambas se ajudavam uma á outra no tempo das guerras. Daqui a villa de Santos são quatro leguas.” (...)

“O padre em S. Vicente visitou os padres. Consolando muito a todos, e foi dalli dez leguas pela praia a uma Nossa Senhora da Conceição, que está na villa de Itanhaem: tambem visitou o forte que deixou Diogo Flores, com cem soldados.” (B. Grande/março de 1585)

Fonte: “Tratados da Terra e Gente do Brasil” – Pe. Fernão Cardim – Cia. Editora Nacional (2ª edição) – 1939 - pag. 310 e 315.

ANEXO 14

1587 – “Tratado Descriptivo o Brasil em 1587” – obra de Gabriel Soares de Sousa oferecida ao Rei em 1º de Março de 1587.

“De Santo Amaro fez Pero Lopes de Souza, cabeça desta capitania. D’esta villa de Santo Amaro á barra de Britioga são duas leguas; onde está um forte com artilharia e bombardeiros, que se chama de S. Felipe. Por esta barra entra a maré cercando esta terra até se juntar com o esteiro de Santos, por onde fica Santo Amaro também em ilha, e da ponta onde está esta fortaleza, estão no rio duas ilhetas. Defronte da fortaleza de S. Felipe faz uma ponta muito chegada a est’outra, onde está outra torre com bombardeiros e artilharia, que se diz de S. Thiago, e por entyre uma e outra pódem entrar náos grandes por ter fundo para isso, se d’estas fortalezas não l’ho impedirem; (...)

Atraz fica dito como Pero Lopes de Souza não quiz tomar as cincoenta leguas de costa deque lhe El-Rei fez mercê todas juntas, e de que tomou metade com Tamaracá e a outra em Santo Amaro, de que agora tratamos. Esta capitania foi povoar em pessoa este fidalgo, (...) e foi tomar porto em S. Vicente, d’onde se negociou e fez as povoações e fortalezas acima ditas, no qual passou grandes trabalhos e gastou muitos mil cruzados, a qual agora possui uma sua neta, por não ficar d’elle herdeiro varão aquem ella com a de Tamaracá houvesse de vir.”

Fonte: Publicado pela Cia. Editora Nacional – 1938 (terceira edição) – São Paulo - pag.107/108

ANEXO 15

20/05/1724 - Carta do Governador da Capitania Rodrigo Cezar de Menezes - fortificações da Praça de Santos. Parece referir-se à edificação da tenalha regular de pedra e cal, no lugar da dupla estacada.

"Como pelo tempo adiante poderá o porto da Vila de Santos ser mais bem visto das Nações Estrangeiras e de piratas, aumentando-se nele o comércio, pelas boas esperanças que nesta Capitania há de novos descobrimentos, procurei pôr na última perfeição a fortaleza da barra da Bertioga, da mesma vila, e me parece foi a obra que se lhe fez de muita conveniência a Real Fazenda de V. Majestade, porque, gastando-se com ela de três em três anos muito perto de quinhentos mil réis com madeiras e estacarias, ultimamente se fez de pedra e cal, com muita regularidade e tudo o mais necessário para a sua boa defesa por um conto setecentos e setenta mil réis;"

Fonte: Transcrito no livro "Fortes e Fortificações do Litoral Santista" - Muniz Jr.

ANEXO 16

30/10/1733 – Carta regia de D. João ao Conde de Sarzedas, Governador da Capitania de São Paulo, sobre os relatos enviados pelo Gov. sobre as fortificações da praça de Santos. O termo "muro das duas cazas que servem de coarteis" deve se referir à tenalha acima citada.

“Faço saber a vos Conde de Sarzedas Gov.or e Capp.m Gn.al da Capp.nia de São Paulo q’havendo visto a vossa carta de dezenove de Agosto do anno passado em q’me daveis conta do estado em que se achavão as fortificações da Praça de Santos as quais era muy preciso que se fizessem; (...) e na barra da Bertioga q’achereis cituada hũa fortaleza pequena chamada de Santo Antonio q’não consistia mais q’de hũ baluarte com sinco pesças de Artelharia das quaes só duas tinhão reparos e por outra parte hera fechada com os muros das duas cazas q’servem de coarteis aos soldados da guarnição della seguidas as d.as paredes de hũa grande matta de madeyras de q’não hera facil decobrir-se pessoa algũa se não depois de ganhada a d.a Fortaleza (...)”.

ANEXO 17

27/09/1738 – Carta regia de D. João V ao Governador da Capitania de São Paulo em parte reproduzindo o relatório do Brigadeiro José da Silva Paes sobre as fortificações da Praça de Santos, e ordenando o cumprimento das determinações e projetos deixados pelo Brigadeiro.

“Que fora a Barra da Bertioga, e hé a q’fica mais ao norte da de S.Vicente, e por onde podem entrar navios thé o sitio a q’chamão o Estaleyro pois tem dez, outo e seis braças thé o ref^o siti, e achára aquella bateria, q’tem na prayam quazi toda areada, sendo prexizo conservar naquella entrada algũa defença, e lhe parecera se devia fazer defronte a obra de que mandou o risco que tambem vos remete, na encosta do monte que faz para aquella parte, sendo só para outo peças, q’hé po q’basta; (...) Sou servido por res.am de vinte quatro deste prez.te mez e anno, em cons.ta do meu Conso. Ultr.o que tudo o que o d.o Brigadeiro José Sylva Paes deixou disposto, e delineado na Praça de Santos sobre as suas fortificações, inteiramente se observem, e se fação com todo o cuidado e promptidão, e senão possa alterar pelos Governadores dessa Capitania a forma dada pelo mesmo Brigadeiro.”

ANEXO 18

20/06/1745 – Dom Luiz Mascarenhas (conde d’Alva) Gov. da Capitania de S. Paulo nomeia Mathias de Couto Roiz capitão da Fortaleza de Sam Joam da Barra da Bertioga.

“Mathias de Couto Roiz...havendo se em tudo com toda a rectidão e de novo se oferece por fazer serviço ao mesmo Senhor a reparar a dita Fortaleza á sua custa, assim de canhoiras, quarteis, e cazas; como de tudo o mais de que carece para o seu reparo prezente, em que há de fazer hum consideravel despendio.”

Fonte: Doc. Inter. para a Hist. e Costume de S. Paulo Vol. LXVIII – pag. 240.

ANEXO 19

14/08/1745 – Patente de Governador da Praça de Santos passada ao Tenente de Mestre de Campo General Luis Antonio de Sá Queiroga pelo Gov. da Capitania Dom Luiz Mascarenhas. Doc. Inter. para a Hist. e Costume de S. Paulo Vol. LXVIII – pag. 243.

*1795 / 1815 - "Manuscrito do Mal José Arouche de Toledo Rendon" - Inspetor das Milícias

"A fortaleza da Bertioga tem sete peças, todas desmontadas, e acho que só duas poderão fazer fogo; o quartel está arruinado e por ser muito úmido não pode conservar um só barril de pólvora, e nem tem parte onde se lhe possa fazer cômodo para o ter sem grande risco. Nesta fortaleza por força a artilharia há de estar ao tempo e por isso precisa que o carretamem seja pintado para lhe poder resistir. Este reduto não tem vantagem alguma mais do que servir de registro na ponta da terra firme, porque ali não defende a entrada da barra e logo que qualquer embarcação entre da barra para dentro tem muito onde fazer desembarque e no caso de a quererem tomar (que não tem necessidade disto) quaisquer 40 ou 50 homens a tomam."

ANEXO 20

Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;
- 2) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país;
- 3) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução do Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;
- 4) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
- 5) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;
- 6) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único. As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO II

DO TOMBAMENTO

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, afim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 7º Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Art. 9º O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1) o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar

do recebimento da notificação, ou para, si o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação.

2) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que se proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo.

3) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, afim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

CAPÍTULO III

DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

Art. 11. As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Art. 13. O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 2º Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiverem sido deslocados.

§ 3º A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 14. A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 15. Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação, para fora do país, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá, nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Art. 16. No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes á União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandado destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União,

devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 21. Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

CAPÍTULO IV

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 22. Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º Tal alienação não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º É nula alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o seqüestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto do arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta, enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Art. 24. A União manterá, para a conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo, outrossim, providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Art. 25. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais ou jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 26. Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuem.

Art. 27. Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Art. 28. Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único. A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração, que exceder.

Art. 29. O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único. Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente, antes do tombamento da coisa pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 30. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 6.12.1937

**grifo nosso*

(Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/De10025.htm> acessado em dezembro de 2008)

ANEXO 21

Relatório de Atividades do SPHAN – 1936 a 1940

Arquivo Central do IPHAN

Série: Arquivo Técnico de Administrativo

Sub-séries: Relatório

Título: Atividade do SPHAN (1936-1937)

Relatórios/Atividades do SPHAN (1936-1940): AA01/M073/P03/CX.0001/310/P.03

Documentação localizada no Arquivo Noronha Santos/RJ

Série: Arquivo Técnico e Administrativo

Sub-série: Relatório

Título: Atividade do IPHAN (1936-1937): *A elaboração da Lei e a Organização do Serviço.*

“É velha entre nós – escrevia o Sr. Gustavo Capanema em sua exposição ao chefe do governo – a idéia de se fazer, por forma completa e efetiva, a defesa do nosso patrimônio histórico e artístico. Esforços diversos já foram tentados neste sentido. Até agora, porém, pouco se tem realizado. E obra de sentido nacional e de organização sistemática, está não existe...Montar-se-á o serviço singelamente com o pessoal estritamente necessário, e para realizar de início os trabalhos essenciais e preparatórios. Paulatinamente e com a experiência irá surgindo o plano convertido em lei. Fazer desde logo a lei, que se regesse a matéria, não seria processo racional de realização no serviço público”

Documentação localizada no Arquivo Noronha Santos/RJ

Série: Arquivo Técnico e Administrativo

Sub-série: Relatório

Título: Atividade do IPHAN (1936-1937): *A elaboração da Lei e a Organização do Serviço.* Parecer relatado pelo Dr. Jair Lins e publicado na “Revista Forense”.

“Só em 1933 é que, erigindo a cidade de Ouro Preto em monumento nacional, por meio do Decreto nº 22.928, de 12 de julho, o Governo Provisório promulgou a primeira lei federal no sentido da preservação do patrimônio de arte e de história do país. Mas foi a partir do Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, que a legislação nacional a esse respeito se concretizou num primeiro estatuto, com a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais, subordinada ao Museu Histórico Nacional. E não tardou que se procurasse completá-lo por meio de outra medida legislativa – o Decreto nº 24.337, de 5 de junho de 1934, que aprovou o regulamento do Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas. No entanto, sem embargo de serem bastante apreciáveis os resultados que vieram a produzir aquelas iniciativas, verificou-se, pouco a pouco, a sua insuficiência para o fim a que se destinava. De fato, nem a Inspeção, subordinada ao Museu Histórico, nem o Conselho de Fiscalização, subordinado ao Ministério da Agricultura, se acharam aparelhados convenientemente para assumir o encargo de proteger com eficácia o imenso patrimônio representado pelos valores arqueológicos, etnográficos, históricos e artísticos disseminados pela considerável extensão do território nacional. Havia necessidade não só de um órgão técnico-administrativo mais completo para exercer essas relevantes atribuições, mas sobretudo de uma lei federal que habilitasse o poder público a intervir decisivamente na defesa dos bens que, embora constituíssem a maior parte do patrimônio de arte e de história do Brasil, pertenciam ao domínio particular”

ANEXO 22

Mário de Andrade: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (Cartas e Relatórios Técnicos)

Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981.

São Paulo, 06 de abril de 1937

Rodrigo

(...)

Quanto à indicação dum indivíduo pro SPHAN matutei duas horas e depois de um tempo matutei dialogando com o Sérgio Milliet. É difícil...

Me diga uma coisa: o fulano é contratado, contrato precário, seis meses, quanto tempo? Pode-se retirar o cargo em algum tempo? No caso de ser possível experimentar e não dando certo retirar o cargo, poderia propor um rapaz bastante inteligente, estudante de engenharia, dedicado à arquitetura tradicional, não passadista: Luiz Saia. Tem o defeito de ser integralista. Serviria havendo este complexo de inferioridade? Sei que é ativo e como vivo com ele, poderia orientá-lo bem. (...)

Me responda sobre e abraçe o sempre

Mário de Andrade

S.Paulo 13-IV-37

Rodrigo

Tenho pensado muito na resposta que você me faz e, pra ser inteirinho entre nós, confesso que já tinha antes imaginado em ficar com o cargo e mandar os pesquisadores. Mas estou numa hesitação danada. Muito embora eu tenha certeza da minha honorabilidade pessoal e estando certo de qualquer tempo poder prestar contas com os recibos dos pesquisadores, o simples fato de ter xingado de “cabide de emprego” me dói no coração. O título é esse mesmo “Assistente Técnico” ?

Mas quero um esclarecimento no caso de ser nomeado:

1 – As propostas de tombamento dos delegados estaduais têm de ir acompanhadas de que esclarecimentos? Históricos, datas, descrição (técnica?), fotos?...

2 – Os quadros etc. a tombar serão acompanhados de fotos, de prova de valor aquisitivo, de documentação de peritagem?

3 – As viagens a serem feitas correm pelo conto e quinhentos?

4 – Pagamento de peritos, fotografias etc. por que verba correm?

5 – Quais os serviços a iniciar imediatamente? São todos, ou só arquitetura tradicional?

Me parece que é só isso pra perguntar e pra meu governo.

(...)

Um abraço do

Mário

S.Paulo 13-IV-37

Rodrigo,

(...)

Realmente só poderei dedicar algum tempo mais fecundo ao SPHAN depois do dia 15 de julho, quando o Congresso terminar. Basta dizer que o meu heroísmo foi a ponto de recusar uma viagem à Europa, representando o Departamento em diversos congressos agora em Paris, e com 40 contos no bolso, é duro companheiro. Recusei e vão o Sérgio Millet, da

Documentação Social e o Rubens Borba de Moraes, das Bibliotecas. Eu fico pra bem de todos e felicidade geral de não sei o quê.

Já tinha começado a trabalhar pelo SPHAN mas docemente, adquirindo bibliografia do assunto em conversas intrigando pra saber onde havia quadros e esculturas de grandes autores estrangeiros por aqui, tão difíceis de distinguir dos falsos. Quando foi do seu telefonema, chamei imediatamente os dois principais colaboradores que vou pagar com meus cobres, Nuto Sant'Ana historiador e o Luiz Saia engenheiro dedicado e apaixonado de coisas históricas e coloniais, e lhes dei as incumbências principais.

Chamei também um fotógrafo pra ver se podia nos acompanhar nas viagens imprescindíveis. E estudamos o complexo problema das viagens. Dividimos o Estado em zonas vastas e principais, o vale do Paraíba, o caminho do Tietê, litoral sul, litoral norte, S.Paulo e arredores. Como viajar? Ficou resolvido que de trem é perder tempo imenso e fugir de coisas importantes.

É principalmente nos vilarejos e no meio dos caminhos que a gente encontra em S. Paulo coisas mais valiosas sob os dois pontos de vista que mais nos interessam, história e arte.

A viagem, onde o automóvel alcança tem de ser feita de automóvel que matará num dias várias cidades e vilas, com as pesquisas de arredores conseqüentemente, já fotografando. O problema do fotógrafo: levar um excelente e bem pago, ou mandar os fotógrafos do interior tirar as fotografias. Tudo indica que é preciso levar o fotógrafo, tirar as fotografias possíveis (questão de luz) e industriá-lo bem sobre as outras a tirar, quando refizer a viagem sozinho buscando nova luz mais propícia. Quantas as cópias fotográficas tirar? O melhor é adquirir as chapas e desde logo no mínimo duas cópias, uma pro primeiro recenseamento geral e outra pras futuras propostas detalhadas de cada caso, pra não obriga, nestas, o serviço central a se reportar de cada vez ao primeiro recenseamento geral.

O ideal, e talvez mais barateiro, será tirar desde logo três cópias, uma pra ser guardada aqui comigo dentro do recenseamento geral, nas cópias pra meu uso. O fotógrafo escolhido, ou, melhor os dois fotógrafos, pois o melhor não pode ir em muitas viagens, ficaram de me dar um orçamento genérico, mas até hoje não me deram porque devido à abundância de fotografias estão estudando cotação de mercado. Ficaram de me levar a proposta amanhã sem falta no Departamento.

E há o problema geral de S. Paulo. Você entenderá comigo que não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal. A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica e estética. Recensar e futuramente tombar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mais do que beleza propriamente (esta quase não existe) tombar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características ou mais originais. Acha bom assim?

(...)

Ciao com abraço. Não releio esta comprideza.

Mário

S.Paulo 13-10-37

Rodrigo

(...)

Amanha parto para Bertioiga tirar fotos e planos do forte. Vou com os chefes da Sociedade dos Amigos da Bertioiga, pra organizarmos os orçamentos pra fortalecimento do...forte.

Assim que estiverem prontos, enviarei a você para o orçamento do quarto trimestre deste ano. Se orçar muito verei outra coisa menor pra fazermos, como ficou combinado.

(...) Ciao com abraço

Mário

ANEXO 22.1

SÃO PAULO – SEXTA REGIÃO – PRIMEIRO RELATÓRIO *ENVIADO PELO ASSISTENTE TÉCNICO À DIRETORIA DO SPHAN*

S. Paulo, 16 de outubro de 1937.

Ex.mo. Sr. Dr. Rodrigo M. F. de Andrade

Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Como Assistente Técnico do SPHAN para esta Sexta Região, venho apresentar a V. Ex.^a o relatório das primeiras pesquisas, realizadas no Estado de S. Paulo, a respeito de monumentos arquitetônicos de valor histórico e artístico, dignos a meu ver, de tombamento federal.

Para este meu relatório, ou melhor, para o Serviço, já foram realizadas viagens para S. Roque, Cotia, Itaquaquecetuba, Mboy, Voturuna, Sto. Amaro, S. Miguel, Itu, Porto Feliz, Sorocaba, S. Luis do Paraitinga, Ubatuba, Parnaíba, Pirapora, Barueri, Cabreúva, Atibaia, Perdões e Biacica.

Nas primeiras viagens, tentou-se vários processos de tirar fotografias, sempre dignas de importância do SPHAN mas que não exigissem fotógrafo especialista. Semelhante tentativa pretendia diminuir o custo do serviço fotográfico. Teve-se porém que desistir dessas possível economia, pois o grande número de fotografias falhadas ou incorretas, não só depreciava o Serviço, como implicava em gastos mais pesados, exigindo retorno a lugares e coisas cujas fotografias falhavam.

O relatório que agora apresento a V. Ex.^a não se refere especialmente aos lugares já visitados. É antes um trabalho de visão mais geral do Estado, proveniente de pesquisas históricas. Assim, nem todos os monumentos recenseados foram vistos e estudados por mim, o que pode implicar revisão futura de alguns dados, e certamente acrescentamento de documentação e descrição.

Cumpra também esclarecer que de alguns monumentos, especialmente os da capital de S. Paulo, não foi possível ainda tirar fotografias. Sacristães e outras pessoas competentes opõem recusas ora formais ora evasivas a este trabalho, apesar das credenciais que apresento. É facilmente perceptível a desconfiança dessas pessoas, devida alguma rara vez à ignorância, e muitas à má vontade contra um Serviço que felizmente irá cercar os direitos de estrago e modificações defeituosas, de monumentos dignos de conservação.

Cumpra-nos ainda lembrar mais uma vez o que já afirmei a V. Ex.^a verbalmente. Não é possível esperar-se de S. Paulo grande coisa com valor artístico tradicional. As condições históricas e econômicas deste meu Estado, a contínua evasão dos Paulistas empreendedores para outras partes do Brasil nos sécs. XVII e XVIII, o vertiginoso progresso ocasionado pelo café, são as causas principais da nossa miséria artística tradicional. Ou ruínas de quanto o progresso rastaquiera não cuidou de conservar, ou precariedades duma gente dura e ambiciosa, que menos cuidava das delícias que aventura. Se é sempre certo que sobram aos paulistas mil meios de se consolar de sua pobreza artística tradicional: consolação não modifica a verdade. E esta é a que V. Ex.^a surpreenderá da enumeração que segue:

(...)

SANTOS E ARREDORES

(Esta região ainda não foi estudada para o Serviço. As primeiras viagens para aí projetadas, houve que adiá-las por causa das chuvas.)

Forte de S. Tiago ou S. João

Situado na Bertioga. Construído em 1557 pelo capitão-mor Jorge Ferreira, no mesmo lugar altamente histórico onde existiram o fortim dos irmãos Braga, de 1547 e o reconstruído em 1552, para substituir o primeiro, destruído pelos Tamoios. O nome de S. João lhe foi dado no séc. XVIII, quando da sua reforma ou remodelação, efetuada no governo de D. Luís Antônio de Souza, que o rearmou. Sua derradeira atividade data da Independência, quando o vistoriou o marechal Daniel Pedro Müller, em nome do Governo. Está ruinoso. Será talvez o primeiro trabalho a fazer-se nesta Região, fortalecer-lhe as pedras, guardando-lhe o belíssimo perfil. (Foto n.º 17)

Foto – Forte de São João da Bertioga, ou São Tiago, Bertioga. SP Arquivo SPHAN. Rio de Janeiro.

Fortaleza da Barra Grande ou de Santo Amaro

Foi iniciada em 1584, no quarto ano de reinado de Felipe II de Espanha e I de Portugal. Armaram-no com as peças e equipamentos tomados ao galeão corsário de Edward Fenton, pelo comandante André Higinio, oficial do almirante castelhano D. Diogo Flores de Valdez, no ano anterior, quando aquele corsário penetrara no porto de Santos. A fortaleza da Barra Grande, no séc. XVIII, serviu de presídio político, pra castigo daqueles que em S. Paulo ou nas Minas Gerais, desagradaram de alguma forma o Rei e seus prepostos no Brasil. Foi renovada no séc. XVIII e sua atividade veio ate nossos dias, antes de construírem o forte de Itaipu. (Fotos n.ºs 19, 20, 21 e 22)

Forte da Praia de Góis

Foi construído entre os anos de 1766 e 1767, pelo capitão-general D. Luís Antônio de Souza, para proteger a retaguarda da fortaleza da Barra Grande, e evitar assim desembarque de forças na praia de que esta fortaleza tem nome. Sua última atividade data da revolta de 93, última vez que mereceu guarnição e recebeu algumas peças de artilharia. Em ruínas, conforme indica a foto n.º 23.

Forte de Vera Cruz de Itapema

Em ruínas, ou melhor, desaparecido, só lhe restam as muralhas, aproveitadas para a construção do posto fiscal de Itapema. É construção dos fins do séc. XVI ou princípios do seguinte. Sua derradeira vida guerreira data da guerra do Paraguai, e já estava em ruínas no fim do século passado. A foto n.º 24, reprodução dum quadro do historiador Benedito Calixto, mostra como teria sido o gracioso porte da construção primitiva. É porém provável que o historiador, também pintor, tenha exagerado a esbelteza das vigias, que, neste quadro, discrepam bastante das vigias tradicionais dos outros fortes ainda existentes.

ANEXO 22.2

SÃO PAULO – SEXTA REGIÃO – SEGUNDO RELATÓRIO *ENVIADO PELO ASSISTENTE TÉCNICO À DIRETORIA DO SPHAN*

Compõem-se este Relatório de duas partes, contendo:

Pasta I: Relatório dizendo de vários assuntos e tratando em especial da pintura religiosa de Itu.

Pasta II: Documentação fotográfica comprovante, contendo trinta e três números de documentos, com sua numeração e títulos indicados no verso.

São Paulo 28 de novembro de 1937

Exmo. Sr. Dr. Rodrigo M. F. de Andrade

Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Como Assistente Técnico do SPHAN para esta Sexta Região, venho apresentar-vos o *Segundo Relatório* das pesquisas que estou realizando em S. Paulo.

Suspensão das Pesquisas no lugar

Infelizmente, como aliás já vós dei conhecimento, o tempo das águas, este ano, se manifestou com tal violência, que várias regiões do Estado de S. Paulo estão inundadas, com enormes prejuízos materiais. Assim mesmo, tanto este Assistente como seus auxiliares, tentaram ainda algumas viagens e obter fotografias. Os resultados foram desastrosos. Semana e meia gastas na região de Santos e municípios vizinhos, pelos auxiliares do Serviço, foram quase perdidas. Outra viagem deste Assistente à Bertiooga foi de todo em todo infrutífera. Ainda por cima a nova coleção de fotos, obtidas pelo fotógrafo do Serviço, pelas mesmas razões, perdeu-se de quase metade.

Diante destas dificuldades e tendo em vista a despesa inútil que tais viagens estavam custando, este Assistente suspendeu as pesquisas do gênero, à espera de dias mais firmes.

Não tendo ainda prontas muitas fotografias de exteriores e interiores de igrejas, outras que as já enviadas no *Primeiro Relatório*, prefere-se por isso circunscrever este *Segundo Relatório* ao envio duma coleção de fotos que dá bem o sentido do que é a pintura religiosa de Itu, e seu estado atual.

Museus e Coleções Particulares

(...)

O Forte de São Tiago ou São João, na Bertiooga

Outra iniciativa tomada pelo Assistente Técnico foi propor à Sociedade dos Amigos de Bertiooga, o encargo de restauração do forte de São Tiago, situado na Bertiooga e de que já se falou à p. 17 do *Primeiro Relatório*.

Este forte está bastante danificado pelo tempo e ameaçando ruína. Ora trata-se justamente de um dos mais deliciosos perfis da arquitetura militar colonial que possuímos e há que conservá-lo. Na quebra da praia, olhando o mar e as águas sombrias do rio, entestando o maciço montanhoso da ilha de Santo Amaro, o forte de São Tiago é uma expressão magnífica. No primeiro século defendeu Santos dos Tamoios que vindo do mar, desejariam atacar a vila pelas costas. Hoje é simplesmente gracioso. As suas pedras enérgicas, a sua plataforma de vasta perspectiva, as suas vigias pueris, são duma elegância arquitetônica impecável. O dedo do tempo, que é o maior de todos os feitiços, transformou Hércules na própria Onfale.

O forte compõe-se de três construções distintas, forte, habitação e capela.

A capela que fica na parte Nordeste, está completamente arruinada, sem possibilidade de restauração. As versões sobre a imagem nela venerada são mais ou menos vagas. Diz o

atual zelador do forte, sr. José Epifânio da Silva, ter ela, há uns cinquenta anos, sido transportada para outra fortaleza que ignora. Outros moradores de Bertioga informaram porém a este Assistente, que a última imagem conservada nesta capela, já não era o seu orago, mas sim outra, proveniente do fronteiro convento de São João (Ilha de Santo Amaro), para aí levada quando a capela deste Convento ruiu. E que esta imagem é que fora levada para “outro forte”, que ninguém sabe ao certo qual. Falaram no forte de Itaipus, o que, em milhores dia, será fácil de verificar.

Com a mesma técnica de construção da capela, de pedra, com os interstícios cheios de canjicada, está construída a habitação anexa, que servia de alojamento aos soldados do forte. A sua fachada corre na linha sudeste-noroeste, e está separada do corpo do forte por uma pequena parede, com portão comunicante de 1,10 de largura. A habitação esta afastada da linha da fachada lateral do forte, de 4,56 e se compõem de cinco dependências. A cobertura é de duas águas, telha vã e o piso empedrado.

O forte, em seu estado atual, consta de um grande bloco retangular maciço, com suas paredes de pedra, cheios os interstícios de canjicada de pedra e areia, possivelmente ligada com óleo de baleia. A altura do bloco, do piso interno à calçada de pedra em que se assenta é de 2,74 m. O piso interno que mede 24,76 por 7,10, é revestido de lajes de pedra com área média de 90 centímetros quadrados. Sobre este piso assentaram modernamente um desastrado poste de linha telefônica.

Envolvendo toda a volta do piso, e subindo a uma altura mínima de 0,53 há uma parede de resguardo com 1,12 de espessura. Na fachada principal este envoltório está aberto de viseiras rasas, em quatro lugares. Na fachada de sudoeste surgem uma viseira e um pilar de 1,06 de largura por 0,75 de altura, com coroamento repartido em duas quedas iguais, de pequeno declive. Na fachada oposta à principal, até 4,90 dos lados, continua o envoltório, desaparecendo aí. No piso, sem resguardo se localiza a escada de acesso, que tem 1,80 de largura e onze degraus. Na quarta fachada o envoltório ruiu.

Nos dois cantos do retângulo, limitando a fachada principal – sul e este – se localizam duas vigias do forte. São cilíndricas e construídas de pedra canjicada. A entrada para elas se faz por meio duma abertura de 40 centímetros de largura. Aos dois lados das vigias o envoltório do piso se eleva mais, de maneira a proteger melhor o acesso às vigias. A altura destas, do piso do forte à cobertura é de metros. A cobertura abobadada é da mesma técnica de construção. As vigias servem por três olhais de 0,20x0,10, abertos a 1,60 de altura. Sustentam a estrutura das vigias, coroamentos inferiores, de forma cônica, lisos.

Da calçada onde se assenta o forte à altura do piso, as paredes apresentam uma graciosa inclinação de reforço.

Pelas informações obtidas da gente do lugar que assistiu aos trabalhos da formidável tempestade de 1934, existe uma escada soterrada na areia, da banda do nascente. Falaram mais do que a calçada do forte, hoje só visível num trecho da fachada principal, o envolve todo. Dantes, contando a parte soterrada, dizem que o forte media nove metros de altura, o que parece exagero.

Como localização topográfica a planta regular do forte, de 27 metros por 25 metros, dispõe-se de tal maneira que a fachada principal (a maior) guarda a linha sudoeste-nordeste olhando para o mar, e a sudoeste voltada para o canal que liga Bertioga a Santos.

O forte de S. Tiago necessita de reparos urgentes. O paredão da fachada principal sofreu uma rachadura de alto e baixo, e o peso do material que enche o bloco esforçou a fachada noroeste que está cedendo. Já está quase vertical e a sua vigia pendendo para a terra, ameaça a ruir.

A Sociedade dos Amigos da Bertioga tem feito o seu fragorzinho pelos jornais, dizendo-se ciosa e apressada em levantar esse recanto do esquecimento, saneá-los, conservar-lhes os monumentos históricos e transformá-lo em lugar de veraneio e turismo. O lugar serve

certamente para tudo isso e a Sociedade dos Amigos da Bertioga parece mesmo animada de muito boa vontade e notícias nos jornais.

Infelizmente ainda não correspondeu com alguma eficiência de ação à proposta deste Assistente, o que levou a retardar até agora os estudos para restauração do forte São Tiago. Nenhuma resposta se obteve até agora, nenhum estudo a Sociedade fez, como prometeu. Assim que o tempo firmar, este Assistente dará as providências necessárias para isso.

(...)

ANEXO 23

*Cartas de Rodrigo Melo Franco de Andrade à Mário de Andrade*⁹⁰

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1937

Mario:

V. precisa de aceitar de qualquer maneira as funções de delegado do SPHAN, porque é a única solução razoável para nosso problema em São Paulo. E não tenha receio de ser inventivado como “cabide de empregos”, pois v. não será nomeado por decreto do governo federal e sim apenas contractado por portaria do Ministro, sem a menor publicidade, como succede com todos os contractados

O titulo do cargo é mesmo assistente tecnico, de 3ª classe, segundo a terminologia official. Por conseguinte, é lícita a acumulação das duas funções técnicas, havendo, como há, compatibilidade de horários.

Agora, passo a fornecer os outros esclarecimentos em sua carta:

1º. As propostas de tombamento formuladas pelos delegados regionaes deverão ser instruídas pelo histórico da obra, sua descrição pormenorizada (technica quando possível), informações sobre o seu estado atual de conservação, assim como sobre as alterações que tiver soffrido, referências bibliográficas que houver a seu respeito e documentação photographica.

(...)

Fico à espera de sua resposta definitiva para providencias sobre o expediente do contracto. Para esse effeito, entretanto, talvez seja necessário v. ter a paulificação de mandar certidões de sua carteira de reservista e titulo de eleitos, assim como attestado de saúde.

(...)

Affectuoso abraço do.

(Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade à Mario de Andrade, 1937).

Rio de Janeiro, 05 de junho de 1937

Mario:

...Mas o motivo principal desta carta é o seguinte: estou providenciando agora no sentido de unir material para o primeiro número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que desejo publicar no fim deste mês. Será uma publicação semestral, pois parece impossível fazê-la mais frequentemente, attendendo à escassez de trabalhos aproveitáveis para a sua finalidade.

Para o primeiro número, sua collaboração é imprescindível. Consulto-o, portanto, se v. não terá ahi alguma coisa prompta que seria para a revista. Caso não tenha, ser-lhe-á inteiramente impossível escrever uma nota, pequena que seja, - pelo menos para prestigiar a publicação com seu nome entre os colaboradores? Os originais me devem chegar às mãos até o próximo dia 15 deste.

Se não for abusar de sua bondade, peço-lhe também com muito empenho o favor de ver se me arranja até aquela data, além de alguma coisa de sua autoria, qualquer collaboração dos auxiliares que v. tomou, relacionada com uma das obras a tomar pelo Serviço. O que é preciso, de qualquer maneira, é que São Paulo não deixe de figurar na revista.

Contando com uma resposta sua, mando-lhe o abraço affectuoso de sempre

(Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade à Mario de Andrade, 1937, grifo nosso).

⁹⁰ Correspondência de *Rodrigo Melo Franco de Andrade* para *Mario de Andrade*, localizada no Arquivo Noronha Santos/RJ. Série: Arquivo Técnico e Administrativo; Sub-Série: Relatório; Título: Atividade do IPHAN (1936-1937).

ANEXO 24

ARTIGO DE AFONSO TAUNAY PARA A REVISTA DO PATRIMÔNIO

TAUNAY, Afonso de E. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº. 01, 1937, p: 05-07.

Quer nos parecer que os relativos avultados restos do forte de São Tiago da Bertioga sejam os únicos vestígios hoje subsistentes da era quinhentista em terras de São Paulo.

Situada à margem setentrional da barra da Bertioga, a dominar esplendoroso panorama oceânico, defrontava-se a velha fortaleza à da ilha de Santo Amaro, chamada de São Felipe, de que nada mais subsiste.

Data São Tiago de Bertioga já dos anos martim-afonsinos pois reza a tradição que no local onde ergue levantou o navegador do Ocidente e do Oriente uma espécie de trincheira. Já na primeira metade do século passado XVI era o local frequentemente assaltado por tamoios, incitados pelos franceses do Rio de Janeiro. Assim, em janeiro de 1547, os índios desembarcados se setenta grandes igaras afrontavam a resistência heróica e improfícua dos cinco irmãos, filhos de Diogo de Braga, e mais alguns colonos. Triunfantes, devoraram diversos dos poucos prisioneiros sobreviventes do encarniçado embate.

Em 1549 era fortificado novamente o local, cuja cidadela foi confiada ao comando do famoso Hans Staden. No ano seguinte via-se o célebre alemão atacado pelos tamoios, que se apoderaram do seu fortim e o levaram prisioneiro; circunstância de que lhe proviria eterna fama nos fastos do Brasil primeiro e da bibliografia americana.

Tão importante a posição que Dom João III, por provisão de 18 de junho de 1551, ordenava que se refortificasse a barra da Bertioga autorizando o Governo Geral do Brasil a despender a esta obra a soma, enorme para a época, de três mil cruzados.

Em 1557, dizem-no Frei Gaspar de Madre de Deus e Varnhagen, citados por Azevedo Marques, encetou Jorge Ferreira, capitão mor vicentino, as obras do forte de S. Felipe na ilha de Santo Amaro.

É de crer que um dos grandes combates de março de 1566 se haja dado na barra da Bertioga quando, em diversão, operando os Tamoios por ordem dos franceses atacados no Rio de Janeiro por Mem e Estácio de Sá, assaltaram a vila de São Vicente e de Santos. Repelidos e destroçados pelos habitantes de ambas, as capitaneadas por um “índio preto” fiel, cujo nome os cronistas não conservaram, voltaram à carga, mas aí ainda mais desastrosamente. Com o correr dos anos e sobretudo depois da expulsão dos franceses da Guanabara e do Cabo Frio, os fortins da Bertioga se arruinaram progressivamente, tanto mais quanto cada vez menos se tornou freqüentada a sua barra, que os navegantes deixaram pela de Santos.

Em 1710 e 1711 receosas as autoridades coloniais de novo assalto francês, com as agressões ao Rio de Janeiro, de Duclere e Duguay Trouin, realizaram-se alguns reparos nas fortificações da Bertioga.

Em 1770 dispunha o único fortim subsistente, o de S. Tiago, crismado para S. João, de seis canhões de calibre 8, dois de 6, um de 4 e ainda dois pedreiros de bronze.

O morgado de Mateus, capitão general de S. Paulo, de 1765 a 1775 ordenara que no local do antigo forte de São Felipe se erguesse novo baluarte que devia ter o nome de seu santo padroeiro: São Luiz. Foram as obras da nova praça encetadas, começando a levantar-se a muralha respectiva, que não se concluiu. Dele existem escombros, e provavelmente foi uma das ruínas de sua capela que o snr. Jorge Besser, morador da barra de Bertioga, encontrou singelo e elegante cruzeiro de pedra, que, por intermédio do Dr. Paulo Duarte, se incorporou à coleção do Museu Paulista.

A barra da Bertioga havia então uma das três armações paulistas de baleias. Nela se fazia assaz ativa pesca.

Por verdadeiro milagre, subsiste até hoje um pano de muralha do velho forte quinhentista, que é preciso a todo o transe conservar.

Com o seu alto e fervente espírito de tradicionalismo, restaurou-o o Presidente Washington Luís. E aliás com grande tacto. Restava-lhe uma única guarita de atalaia e almenara; mandou o benemérito zelador do patrimônio nacional fazer-lhe a simétrica, como se pode ver da estampa que ilustra estas singelas notas.

Um grande perigo ameaça o fortim martim-afonsino e de Hans Staden: o oceano assustadoramente avança pela praia da Bertioga a dentro, e em breve irão as vagas quebra-se sobre o frágil paredão, hoje quase quadri-secular, se não encontrarem a resistência oposta por um enroscamento que o proteja eficazmente.

Urge tal providência, em prol, da conservação do único vestígio quinhentista subsistente do apossamento luso em terras de S. Paulo.

ANEXO 25

Documentação sobre o estado de conservação do forte e a execução das obras de restauração: Arquivo Central do IPHAN – Arquivo Noronha Santos

Relatório do estado de conservação do Forte São João

Fortaleza de Bertioga

Estado atual

A Parte da construção que apresenta estado mais precário é a do ângulo esquerdo do Forte. A guarita deste ângulo sofreu um deslocamento, achando-se um pouco tombada, como se vê nas fotografias 3 e 7. Há fendas nos pontos de ligação da guarita com o parapeito. Na base, no trecho bem junto do ângulo, a muralha está arruinada. No lado esquerdo do forte, a muralha apresenta uma grande fenda, bem perto do ângulo – fotos 3 e 4. O parapeito deste lado esta quase todo em ruína – foto 6.

A muralha da frente está também fendida de alto a baixo na proximidade do ângulo – fotos 8, 9 e 10.

No seu ângulo direito o fortim está mais bem conservado. A muralha do lado direito com seu parapeito, a guarita e a muralha da frente junto ao ângulo e em grande parte de sua extensão nada mostram em ruína o em estado precário de estabilidade. Neste ângulo existe ainda a calçada de pedra que circundava o forte e que já desapareceu quase toda.

A construção contigua à fortaleza, atual residência do zelador, conserva as paredes primitivas. Disse-nos o zelador que a casa teve anteriormente dois pavimentos. Há algumas paredes novas, de páu a pique, feitas por ele e nesta parte a cobertura foi feita com folhas de zinco.

Do outro lado, correspondente à muralha esquerda do forte, há ainda algumas paredes antigas, mas só se conservam em parte – é o local da antiga capela.

O zelador Sr. Epifanio da Silva, mostrou-nos duas pias de pedra – foto 18, da antiga capela, peças encontradas por ele, que aliás está no local há trinta e poucos anos, segundo nos disse.

Está colocado sobre a parte interna da fortaleza, um poste de ligação – foto 13

Dezembro de 1938

ANEXO 26

PRINCIPAIS SERVIÇOS A EXECUTAR

1) Reposição da parte deslocada (uma das guaritas com o respectivo canto) e consolidação das muralhas nas partes fendidas.

O deslocamento do canto esquerdo da fortaleza foi evidentemente causado pelo fraquejamento da base com a desagregação de algumas de suas pedras no ângulo e pelo rompimento da muralha nas duas faces adjacentes, ao que parece, ocasionado por grandes raízes que atravessam a construção de lado a lado.

Seria necessário, para a reposição desta parte no lugar primitivo, esvaziar a parte interna do enchimento em frente às fendas, para, depois da limpeza procedida nas mesmas (arrancar as raízes), fazer esforço no sentido de puxar a guarita para o primitivo lugar, consolidando então as muralhas com cimento, no local das fendas.

Esta guarita apresenta fendas nas partes em que se liga ao resto da estrutura, provavelmente causadas pelo peso da guarita na posição inclinada em que ficou. Feita a reposição poderiam ser reparadas.

2) Consolidação da base da muralha.

Feita a reposição do canto deslocado, seria necessário atacar a consolidação da base neste canto, para garantir em definitivo a sua estabilidade.

Para a defesa do forte contra o avanço (progressivo) do mar, enrocamento já sugerido teria o conveniente de mudar o aspecto da fortaleza e do local. A muralha tem pouca altura e uma elevação em sua frente iria encobri-la muito. Além disso seria preciso circundar o forte com essa proteção o que obrigaria a uma construção muito extensa.

Para esse problema, parece que o prolongamento da calçada, ainda existente no ângulo direito e que é uma base de cerca de 40 cms. De altura por metro e pouco de largo, viria a preservar suficientemente a muralha, isto além do fortalecimento da mesma, possivelmente conseguido com injeções de concreto.

3) Limpeza geral.

Há um grande número de raízes aderidas à construção, o que como já aconteceu em parte, poderá vir a prejudicá-la mais.

4) Refatura das partes mais arruinadas da mureta, restaurando a forma primitiva.

No lado esquerdo do forte e no lado adjacente, nos fundos, a mureta esta quase toda arruinada, mas com a limpeza seria possível ver a posição das bocas que existiam nessa parte.

Creio que estas refaturas assim como outras pequenas em alguns pontos do parapeito da frente, poderiam ser executadas sem inconveniente, desde que se procurasse fazer obra da mesma natureza da existente e sem arremates mais precisos afim de não tirar ao forte o seu aspecto de antiguidade.

5) Retirada do poste de ligação.

O poste, os fios que ele sustenta, que vem da ilha de Sto. Amaro, atravessando o canal, e os arames que auxiliam a fixação do poste, prejudicam o aspecto da fortaleza.

Seria conveniente estudar a possibilidade de transferir o poste para outro ponto da Bertioga.

6) Acabamento.

Seria conveniente a aplicação de um esboço apropriado para resistir à ação proveniente da proximidade do mar. Este revestimento teria a vantagem de proteger um pouco a muralha, que atualmente está coberta de limo.

7) Na casa do zelador poder-se-ia completar o telhado e fazer limpeza e revestimento. As esquadrias, assim como a porta entre o forte e a casa, poderiam ser revistas e substituídas as partes estragadas.

As paredes em ruína do outro lado, deveriam ser conservadas no estado atual, feita apenas a limpeza. O que existe, algumas paredes até dois metros e tanto de altura, não permite pensar em reconstituição.

Dezembro de 1938

José Souza Reis

ANEXO 27

Projeto e orçamento preliminares para trabalho a executar no forte de Bertioga

Preliminares

O forte de Santiago ou S. João (chamado popularmente de Bertioga) está situado no continente, na desembocadura do canal desse mesmo nome que separa o continente da ilha de Santo Amaro. Consta de 2 corpos distintos:

1º - O forte propriamente dito, ocupando uma área aproximada de 330 mq. (ver croqui). É constituído por um muro, internamente vertical e externamente em talude, de 1m. de espessura e aproximadamente 3m. de altura, apoiado sobre alicerce de espessura e profundidade ainda não exatamente determinadas. Uma rápida pesquisa local acusou entretanto que, externamente, a pequena calçada de 1,90 de largura, indicada na planta anexa, se prolonga, num nível mais baixo, mais ou menos um metro, por toda a volta da construção. Até uma altura de 2,77 essa murada foi preenchida com argila e calçada com pedras.

O muro é de pedra bruta de vários tamanhos, com ligação de “cal de marisco”. Nos dois cunhais que froteiam o canal e a entrada da barra estão localizadas duas guaridas.

2º Anexo ao forte existe, parcialmente em ruína, uma construção possivelmente residencial, abrangendo uma área aproximada de 200 mq. Envio desta parte apenas um croqui ligeiro. Desta construção, a parte mais arruinada é a entrada (foto 1) que parece ter possuído em tempos uma cobertura, e a capela hoje sem teto e completamente desaparelhada de altares outros objetos de uso religioso.

Estado do forte

De um modo geral a estrutura do forte está boa. Informes obtidos no local dizem que há anos, uma ressaca especialmente vigorosa, martelou demais o lado da construção voltado para a entrada da barra. Em consequência dessa ressaca a base de um canto sobre o qual se assenta uma guarida foi prejudicada provocando arreamento numa extensão de 5,250 ms. (2,75 mais ou menos de cada lado). Esta parte do muro, sem dúvida, tendo perdido fixidez de base, fez um movimento de rotação em torno de um eixo da base, assumindo uma posição pensada (indicada em vermelho no croqui) e provocando duas lesões, uma em cada parede.

Por ocasião desta ressaca, informam os locais, a areia da praia subiu mais de 1 metro, soterrando assim parte da calçada que envolvia o forte.

A amurada superior (acima da calçada) do lado da barra está parcialmente arruinada.

Proposta para consolidação da estrutura do forte e reposição do canto deslocado na sua primitiva posição

1º A partir da murada deverá ser retirado o enchimento de argila criando uma vala de 1m. mais ou menos de largura e 3m. de profundidade.

No canto arruinado essa vala terá uma largura maior para permitir ali trabalhos especiais.

2º Se fará uma estrutura de vigas e colunas de concreto-armado na parte interna de murada, para consolidá-la.

O canto deslocado deverá receber uma estrutura especial pois aí não se trata apenas de consolidar o que existe mas de reforçar estes 4,5 ms. da murada de tal modo a permitir esforços para repo-la no lugar sem perigo de esboroamento.

3º Depois de ter sido o canto deslocado suficientemente consolidado na parte interna, externamente deverá ser executada nele uma armadura de pranchas suficientemente fortes com o objetivo de tornar garantidamente a guarida solidaria com o restante do muro e de possibilitar a localização de esforços que serão utilizados para a reposição desta parte no seu primitivo lugar.

Para estes esforços serão necessários macacos de parafuso, capazes de trabalho alto. Este material poderá ser requisitado, no momento oportuno, ou de uma estrada de ferro (macaco de locomotiva), ou da guarda-moria do porto de Santos ou de S. Sebastião.

Para o assentamento e funcionamento destes macacos deverá ser feita uma base especial sobre a praia, ou ainda sobre a base de pedra que possivelmente existirá abaixo 1 m. do nível atual.

As frinchas abertas com o deslocamento da parte da murada deverão ser anteriormente limpas de todo o material estranho à estrutura do mesmo e talvez mesmo devam ser criadas nesses pontos, zonas (orifícios) para injetar no momento da reposição uma placa consolidadora de concreto.

Para o acabamento externo do trabalho deverá ser estudada a possibilidade de uso de “cal de marisco”, tradição ainda remanescente na ilha de Santo Amaro, no lugar chamado “Sambaqui”. A pátina, nestes pontos das frinchas, assim como nas outras partes onde pequenos concertos forem necessários, poderá ser obtida artificialmente.

ANEXO 28

Orçamento preliminar

Movimento de terra

retirada – 200 mc. ao preço unitário de 4\$000	800\$000
reposição – 200 ms. ao preço unitário de 2\$000	400\$000
.....	1:200\$000

Calçada interna

retirada – 75mc. ao preço unitário de \$500	37\$500
reposição – 75mq. ao preço unitário de 1\$500.....	112\$500
.....	149\$000

Refôrço geral armadura

176,5 m.l ao preço unitário de 30\$000 (concreto-marítimo com caixão)	5:295\$000
---	------------

Refôrço especial

33,2 m.l. ao preço unitário de 35\$000 (concreto-marítimo com caixão.....	1:162\$000
---	------------

Refôrço externo (madeira)

área aproximada 50 m.q. ao preço unitário de 20\$000.....	1:000\$000
---	------------

Base para exercer esforço sobre a parte deslocada

área aproximada 30 m.q.	
escavação e preparação.....	300\$000
fatura	500\$000
.....	800\$000

Transporte e possivelmente aluguel macacos

.....	500\$000
-------	----------

Fixação parte deslocada (com concreto)

.....	200\$000
-------	----------

Material acabamento

“cal de marisco”	300\$000
Patinação artificial no lugar frinchas	300\$000
.....	600\$000

Soma total..... 10:906\$000

Eventuais

..... 5:000\$000

..... 15: 906\$000

São Paulo, 1 de junho de 1941

Luis Saia

Assistente-Técnico 6ª Região.

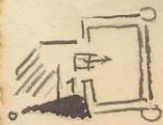
ANEXO 29

**ACOMPANHAMENTO FOTOGRÁFICO DAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DO
FORTE SÃO JOÃO**

Autoria: Luís Saía (1941 e 1942)



Arquivo Central do IPHAN – RJ



Também nesta entrada (1) existia a
marca de um telhado (aliás
era nitidamente um alpendre)
que foi agora recoberto pelo re-
tendimento novo. Já mandei redi-
r o retendimento no lugar da ma-
ca.



Notar na foto a marca
de um pequeno telhado
q. existiu protegendo a
entrada. Notar t. bem a
interrupção da gola



Notar a interrupção
da gola nesta parte
da construção.

Arquivo Central do IPHAN - RJ



F 23.190



F 23.191

38



F 23.192



F 23.193

40



F 23.194



F 23.195

42

Arquivo Central do IPHAN - RJ



Arquivo Central do IPHAN – RJ



Arquivo Central do IPHAN – RJ

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)